

CARLOS FRANCISCO GERENCSEZ GERALDINO

O CONCEITO DE MEIO NA GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à comissão julgadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana, sob a orientação do Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins.

SÃO PAULO
2010

ao *Esquilo*

AGRADECIMENTOS

Sou sensivelmente grato: ao Prof. Elvio Rodrigues Martins por haver-me desvendado ao estar do ser; aos colegas do *Geografias do Contemporâneo* pelo preenchimento de instigantes e aprazíveis fins de tarde; aos amigos Marcos Antônio Fávoro Martins e Rildo Borges Duarte por me aliviarem da concreta vivência paulistana dissolvendo-a em doses semanais de boas risadas; e à Júlia Oliveira por, simplesmente, ser. Já ao pai Rogério, à mãe Cecília e ao irmão *Samuca* só arrumo agradecimento pronunciável valendo-me do *idioleto* de Manoel de Barros: “O melhor de mim sou Eles”.

Liberdade condicional

(Mario Quintana)

Poderás ir até a esquina
comprar cigarros e voltar
ou mudar-te para a China
– só não podeis sair de onde tu estás.

RESUMO

GERALDINO, C. F. G. *O conceito de meio na Geografia*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Esta dissertação investiga os sentidos relativos ao conceito de meio presentes no debate atual, na epistemologia da ciência geográfica e em seu estatuto ontológico. Três questões motes de capítulos alicerçaram a pesquisa: 1ª. Como se apresenta o conceito de meio na Geografia brasileira? 2ª. Como foi tratado, quando e como surgiu tal conceito no campo científico e, em específico, na história do pensamento geográfico? 3ª. O que é meio, e o que há de geográfico nele? Os resultados convergem para a necessária reflexão deste como um elemento conceitual chave no léxico da ciência geográfica.

Palavras-chave: meio; conceito; Geografia; epistemologia; ontologia.

ABSTRACT

GERALDINO, C. F. G. *The concept of environment in Geography*. Dissertation (Masters in Human Geography) – Department of Geography, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This study researches the meanings which concern environment concepts in the current epistemological debate of geographical science and its ontological status. Three main issues structure this research: 1st. How is the concept of environment presented in Brazilian geography? 2nd. How was it regarded, when and how did such concept emerge in the science field and, specifically, in the history of the geographic thought? 3rd. What is environment and is there a geographical meaning in this concept? The results converge into a necessary reflection of it as a key conceptual element in the lexicon of geographical science.

Keywords: environment; concept; geography; epistemology; ontology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
I. O AMBIENTE DO MEIO	13
Estudo do meio	18
Meio ambiente	24
Meio técnico	39
Meio geográfico.....	47
II. O MEIO NA GEOGRAFIA.....	50
Percurso nas ciências	50
Percurso na Geografia	69
Fins do meio	91
III. A GEOGRAFIA DO MEIO	94
O meio	94
O meio geográfico	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
BIBLIOGRAFIA	122

INTRODUÇÃO

Resguarda-se em uma tese de livre-docência apresentada nos idos de 1979 a passagem que melhor ilustra a motivação desta pesquisa. Nela, o autor Armando Corrêa da Silva diz: “[...] meio – ideia sempre obscura nos estudos geográficos” (p. 79). Uma citação curta, porém, altamente inspiradora. Deveríamos apenas acrescentá-la de um pequeno e fundamental adendo enfatizando que a tal “ideia de meio”, além de se dar por obscura, também, esteve sempre presente em livros e dizeres que teceram e fundamentaram, ao longo dos anos, o discurso geográfico acadêmico. Afinal, é até de se pensar o fato de que qual pessoa introduzida à história da ciência geográfica se oporia à afirmação que em nossa disciplina estaremos sempre vigilantes às múltiplas e mútuas relações presentes na superfície terrestre entre as sociedades humanas e os seus respectivos meios? Não precisaríamos forçar muito a memória para lembrar que a Geografia sob seu estatuto científico – ao menos em sua faceta primeiramente rotulada por *antropogeografia* e depois afrancesada para *geografia humana*¹ – baseia-se em Friedrich Ratzel como um saber angular que busca essa dita relação: o humano e o meio; par exemplar do fenômeno dialético que, diluindo-se em relações, resulta num espriar de múltiplas geografias evidenciáveis nas mais diversas paisagens.

Entretanto, se tal relação faz-se tão presente e fundamental, cabe desde já interpolarmos a pergunta: Será o conceito de meio algo realmente obscuro, e daí, por conseguinte, um objeto passível de pesquisa? Bem, talvez a melhor tentativa de iniciar uma resposta seria proceder inversamente interrogando o seu interlocutor com outra questão, ou melhor, outras questões, a saber: Qual é, então, o sentido, ou o conteúdo, que temos do conceito de meio em nossa disciplina? Há a recomendável clareza do seu significado? Tal

¹ “Devia mesmo a Ratzel o seu próprio nome de batismo: antropogeografia – a geografia humana, como mais à vontade se diz na língua francesa, inimiga das longas palavras compostas” (FEBVRE, 1954, p. 427).

conceito, tão utilizado, faz-se satisfatoriamente compreendido? Alguns, corretamente, poderão objetar que, segundo sua determinada fundamentação teórica, é certo, e até mesmo óbvio, que o conceito se faz claro. Por que não haveria de sê-lo? Afinal, seria algo como um descuido científico um pesquisador dizer sobre conceitos dos quais ignora seus respectivos conteúdos. No entanto, a pergunta, apesar de respondida, não visa esta direção – pois, assim, todos que utilizam o conceito em seus discursos estariam a par do seu conteúdo – mas sim, visa saber, mesmo que de forma não definitiva, os sentidos gerais atribuídos ao conceito de meio nos discursos produzidos por um grupo de geógrafos hoje considerados clássicos, tais como Friedrich Ratzel, Paul Vidal de La Blache, Albert Demangeon, Maximilien Sorre, Jean Tricart e Milton Santos. Objetivando construir um apanhado das várias e pontuais contribuições, a fim de apresentar, ao cabo, um horizonte sintético razoavelmente delineado; procurando entrever os fundamentos epistêmicos deste conceito. De tal modo, a pergunta inicial desta pesquisa se dá sobre como a ciência geográfica vem se utilizando deste conceito e quais são as características principais, resguardadas no arcabouço teórico de nossa disciplina, presentes em seus diversos usos.

Sobre isso, vale ressaltar que ao longo da pesquisa não foram encontrados trabalhos cujos objetivos se debruçassem de forma direta sobre como se apresentaram e/ou como se apresentam os sentidos do referido conceito. Encontramos, sim, raros trabalhos que o tratam em alguma de suas partes – ora com a preocupação em defini-lo (BERQUE, 1999; D'AGOSTINI, 2002; DEMANGEON, 1982; GEORGE, 1973; GOUROU, 1984; HOLZER, 1997; LIMA, 2010; MARTINS, 2007; PONTUSCHKA, 2004; RODRIGUES, 2009; SANTOS, 2004; SILVA, 2002; SORRE, 1984; SUERTEGARAY, 2005; TRICART, 1978; VARGAS, 2005; VIDAL DE LA BLACHE, 1946), ora atendo-se em historicizá-lo (CASTRO, 2005; GALOCHET, 2009; GONÇALVES, 1989; MENDONÇA, 2002; MONTEIRO, 1981 e 1984; MORAES, 1997; TISSIER, 1992) – mas cuja proposta principal não é a apreciação epistemológica do conceito de meio em si (à exceção de CASTRO, 2007 e 2007b). Tal constatação ergue-se como uma das principais justificativas deste trabalho.

É interessante observarmos que as pesquisas de cunho epistemológico tenham, então, passado ao largo deste conceito ou, pelo menos, não se atido diretamente a ele. Por um lado, isso até poderia ser motivo da emergência de algum sentimento de surpresa, já que a investigação de conceitos, autores e propostas teóricas faz-se em uma proporção considerável na atualidade, principalmente após o surgimento, em meados do século passado, da crítica ao excessivo empirismo da Geografia Tradicional. Faz-se fato o crescente interesse pelos campos de epistemologia, ontologia e história do pensamento geográfico em diversos fóruns de

debate. Sendo a produção acadêmica nestes campos representada por uma gama de trabalhos que versam sobre, por exemplo, conceitos e categorias como espaço (SANTOS, 2002), tempo (SALVI, 1992), região (LENCIONI, 1999), paisagem (SCHIER, 2003), território (SOUZA, 2001), lugar (HOLZER, 2003), geopolítica (COSTA, 1992), natureza (CARVALHO, 1991), bem como de trajetórias intelectuais de autores clássicos (MORAES, 1995; MOREIRA, 2008) e de demais temas denominados por teóricos ou metodológicos. E é justamente daí que advém a interrogação: o conceito de meio, tão presente e fundamental à Geografia, teria passado despercebido na soma destas últimas décadas? Por que isto teria ocorrido? Bem, na verdade, deve haver uma gama de explicações. Porém, a nosso ver, tal estranha impressão inicial se liquefaz quando constatamos a dificuldade de sua apreensão derivada do grau de generalização, de conotações e falta de continuidade e escrutínio que este conceito sofreu na história do pensamento geográfico. Aliás, arriscaríamos dizer que não só em nossa disciplina, mas, também, em outras ciências em que se faz presente, o meio aparece difuso, pouco preciso, polissêmico e, daí, prontamente passível de ser trocado por infindáveis sinônimos. Termos como ambiente, entorno, paisagem, recurso, natureza e espaço geográfico são alguns daqueles que podemos lembrar, de forma sumária, da nossa própria área de conhecimento.

Outro motivo da falta de explicitação teórica para com o meio talvez se deva ao grau de sua abrangência fenomênica. Meio, a princípio, poderia ser considerado o mais lato dos conceitos, cuja essência seria imperceptível não por ser pequenina, mas, sim, por ser demasiada grande. Estaria presente ao humano antes do surgimento da ciência ou sequer mesmo da Filosofia. Viria acompanhado ao próprio ato de estar e pensar o mundo. Seria algo como um complemento de determinação dialética de outro conceito amplo, o de *consciência*; sinônimo, talvez, de *realidade* ou *mundo*. Assemelhando-se aquela primeira experiência sensível hegeliana ou, melhor dizendo, algo que se faz presente e possibilitador da “primeira geografia” nos moldes de como nos quis fazer saber Elvio Martins (1996). Estamos falando aqui de meio gerado por um pensamento humano, ou seja, o meio ao qual está o homem, porém, não estaríamos de maneira alguma equivocados se falássemos que qualquer animal ou mesmo uma passível e ignóbil pedra estaria subordinada ou contida em um meio, sendo que a última, é certo, não consciente e o animal, por sua vez, com um tipo de pensar e estar diferente de nós. Esses tipos de meios serão verificados com a acuidade necessária no último capítulo deste trabalho. Por ora, fica a certeza que tal conceito não é algo do qual possamos passar facilmente, ou, pelo menos, indiferentes a uma boa dose de reflexão.

Espera-se que após estas constatações, aquela surpresa de não havermos encontrado trabalhos na Geografia cujo foco principal fosse o conceito de meio, na pior das hipóteses, já

não se faça ser assim tão surpreendente. Afinal, um trabalho que visasse tal objetivo investigativo – o que é meio? – já nasceria sob os confortos de um berço espinhoso; acompanhado da sensação de dúvidas como: O incomodo residual gerado pelo termo meio já não soaria antigo o bastante a ponto mesmo de podermos deixá-lo por esquecido? Não seria ele clássico demais para explicar nossos tempos pós-modernos? Ou talvez não fosse demasiado generalista e, por conseguinte, obscuro o bastante para reconhecê-lo nos termos de Gaston Bachelard (1996) como um “obstáculo-epistemológico” ao discurso da geografia científica; ou, à moda de Carlos Drummond de Andrade (2008), não seria ele uma pedra em nosso caminho? Somando-se a isso, certamente tal trabalho estaria sujeito à grande quantidade de críticas relativas, por exemplo: ao esquecimento eventual de um ou outro autor que apresentou uma definição chave do conceito, do amplo recorte temático, do pouco tempo disposto para a realização etc. Enfim, a tarefa de pesquisar a vasta extensão vaga do meio sofre das mais acertadas críticas possíveis. Contudo, resultaria inútil qualquer tentativa de estudá-lo? Apesar das inúmeras e importantes ressalvas que irão se erguer, a assertiva de Armando Corrêa da Silva, caso alguma tentativa não ocorra, permanecerá viva, pulsante e, acima de tudo, em inequívoca pertinência. Ela inspira perguntas como: O que é meio? E como o entende a Geografia? Essa pesquisa, como já se é possível entrever, sustenta-se nelas. Iremos, então, finalmente encerrar este *claro enigma* desanuviando de vez a obscuridade velada em que ora se resguarda o conceito? De forma alguma, não nos arrogamos a tanto. Queremos, sim, apenas iniciar um caminho elucidativo; mesmo sabendo do risco que esta boa intenção que nos move, ao cabo, só resulte em aprofundá-la.

*

Tendo em vista os objetivos e a justificativa desta pesquisa, destaquemos, então, suas delimitações. Para isso, vale primeiro ressaltar que não se quer discutir propriamente a determinação do meio, mas o conceito de meio. Pois, se quiséssemos adentrar ao terreno da “determinação do meio” – ou, formulando a expressão de outra maneira, de como o meio age circunscrevendo as ações humanas – teríamos a necessidade de desconsiderar o viés terminológico da pesquisa e ir procurar nas bibliotecas de Geografia autores que defenderam ou contestaram esta tese sob outros nomes de conceitos. Descolaríamos, portanto, nosso objetivo do conceito de *meio* e partiríamos à procura de conceitos como *natureza, ambiente, clima, território, espaço, lugar* etc; enfim, não estudaríamos o que se tem de teórico cravado na palavra meio, que é o que aqui se quer.

Também, não se pretende aqui fazer uma leitura plena deste conceito na produção da Geografia. Por isso, cada um dos três capítulos foi constituído de recortes metodológicos diferenciados, contudo, conexos aos do primeiro. Este, por sua vez, foi delimitado à produção geográfica acadêmica brasileira realizada nas últimas décadas, porém, com o interesse voltado ao resultado deste período na contemporaneidade. Então, o mote do primeiro capítulo é, sob um olhar angular na produção geográfica brasileira, identificar quais são os nichos teóricos aos quais o termo meio aparece como conceito. A pergunta que respalda seu objetivo é: Quando os geógrafos enunciam “meio” hoje, a qual conteúdo teórico estão se referindo? Em quais contextos esquadrinha-se este conceito? Assim, o primeiro capítulo, *O ambiente do meio*, busca compreender, a partir do olhar situado de alguém dentro da academia brasileira, o que é o meio para os geógrafos que o utilizam. Já o segundo e terceiro fazem-se como uma busca de respostas para as incógnitas surgidas do primeiro. No segundo, uma resposta de ordem epistemológica; e no terceiro, de ordem ontológica. O segundo, *O meio na Geografia*, faz uma imersão à história do pensamento indo ao encontro de uma gama de importantes geógrafos que lançaram mão, em sua rede conceitual, do termo meio. E o terceiro, *A geografia do meio*, busca encetar uma construção minimamente coerente e funcional do meio; partindo da mais singela e complexa pergunta que a ele pode-se remeter: o que é? Daí a entrada na ontologia – aqui, embasada em Jean-Paul Sartre – como uma das maneiras de compreendê-lo. Afinal, dizer o que o meio é somente sob o viés epistemológico – ou seja, dizer sobre o seu ser apenas referindo-se aos que, com propriedade, lhe deram sentido – é arriscar-se a travar o pensamento criativo, a pô-lo como já resolvido e, portanto, não mais pensável, mas, apenas constatável.

Em suma, esta pesquisa concentrou-se em investigar os sentidos relativos ao conceito de meio presentes no debate atual, na epistemologia da ciência geográfica e em seu estatuto ontológico; isso, a partir de três questões motes de capítulos: 1ª. Como se apresenta o conceito de meio na esfera acadêmica atual? 2ª. Como foi tratado, quando e como surgiu tal conceito para as ciências em geral e, especificamente, na história do pensamento geográfico? 3ª. O que é meio, e o que há de geográfico nele? Tal iniciativa tem por finalidade apontar para um caminho elucidativo e ordenado deste elemento conceitual chave no léxico da ciência geográfica.

I. O AMBIENTE DO MEIO

Não é raro, durante a leitura de textos acadêmicos ou didáticos versando sobre geografia, depararmos com a palavra *meio*. Aparecendo quase que despercebida aos olhos faz-se, também, sempre bem compreendida na conjuntura de seu uso. Na maior parte das vezes ela não aparece só, como meio em si, mas vem acompanhada de algum tipo de adjetivação ou complemento que serve mais para reforçar seu significado no contexto esboçado do que propriamente alterar ou pontuar outra acepção. A seguir, podemos reconhecer alguns exemplos das formas junto com as quais o meio acostuma-se apresentar associado: meio urbano, meio rural, meio intelectual, meio tropical, meio natural, meio físico, meio ambiente, meio geográfico, meio escolar, meio familiar, meio técnico, meio social, meio profissional, meio acadêmico, enfim, certamente conseguiríamos preencher ao menos duas páginas se não nos detivéssemos e entregássemos somente a fácil tarefa de lembrar e citar seus pares.

De toda sorte, o que se deve dar a atenção é que o vocábulo meio, associado a outro ou não, é sobremaneira presente e utilizado em grande proporção sem, por contrapartida, adequada ênfase teórica ou, melhor dizendo, sem ser matizado sob um trato conceitual. Assim, *meio* aparece, quase sempre, como uma palavra qualquer nos textos – facilmente compreensível e passivamente substituível – e não como uma noção ou conceito² específico de conteúdo restrito àqueles que foram minimamente introduzidos ao assunto. No entanto, é importante que se note o “quase sempre” dito na frase anterior, pois o meio tem valor e

² “Há uma polêmica em Terminologia sobre o emprego dos termos conceito e noção. A Norma ISO 1087 (1990) emprega *notion*, em francês, como equivalente de *concept*, em inglês. Muitos terminólogos empregam, por conseguinte, *noção* e *conceito* como sinônimos e não é raro encontrar um termo que substitua o outro sem qualquer restrição. [...] Ocorre, entretanto, que muitos terminólogos brasileiros alegam que o termo *noção* transmite a ideia de algo vago, pouco claro. Já *conceito* transmitiria a ideia de algo mais definido, mais estruturado. Esse debate ainda não se concluiu e a opção de uso fica ao terminólogo” (BARROS, 2004, p. 106).

conteúdo teórico – senão, não haveria o porquê de um trabalho como este – coisa que faz lhe caber com justeza e fato a designação de conceito. Mas o que, por sua vez, seria um conceito? Bem, numa primeira aproximação de resposta ainda a ser enriquecida logo mais, poderíamos dizer que conceito é uma palavra ou signo cujo conteúdo respalda-se por uma determinada teoria, seja essa de ordem científica ou filosófica. Difere-se de categoria, pois, como afirmou Armando Silva, esta “[...] define os modos de ser, enquanto o conceito define a ideia ou conjunto de ideias a respeito de alguma coisa ou fenômeno” (1986, p. 28).

Tendo isso em mente, façamos então um primeiro e necessário deslindar. Existe nos textos que lemos – não só os sobre geografia, apesar de estes estarem em nosso foco – o meio com o significado passível de ser encontrado em qualquer dicionário de Língua Portuguesa, ou seja, o meio como *palavra meio*; e existe também em alguns textos destinados à certo público específico, o meio subsidiado por uma teoria, o meio, então, como *conceito meio*. Assim, a diferença de ambos é que o meio sob sua forma conceitual é o termo³ que designa determinado fenômeno estudado à luz de uma teoria. Enquanto que a palavra meio pode conter várias definições – portando, ser polissêmica – o conceito meio ficaria, por seu turno, monosemicamente agarrado à designação de determinado fenômeno. Dessa maneira, pode-se até trocar o rótulo do conceito após uma discussão visando o melhor nome ao fenômeno observado, porém, o fenômeno em si não mudará seu identificado conteúdo pela simples e literalmente *formal* troca de palavra para designá-lo⁴.

Dáí, também, discutir, por exemplo, se a expressão *meio ambiente* é pleonástica ou não – assunto bastante tematizado em searas geográficas e que aqui não deixará de aparecer –, podendo o fenômeno ao qual ele se refere ser nomeado como simplesmente de *meio* ou então de *ambiente*, de nada alteraria as características próprias do fenômeno, pois esta seria apenas uma discussão visando o melhor nome para a comunidade que o trabalha identificá-lo e comunicá-lo com maior eficácia.

³ “[...] termo é o nome de um conceito ou de uma designação e contribui para a nominalização de uma definição” (LAFACE, 2001, p. 240).

⁴ Na maioria das vezes os conceitos são expressos por palavras e definidos por palavras, porém, o conceito não é a palavra. Sandra Lencioni expressou tal raciocínio ao dizer: “Para que exista um conceito é necessário defini-lo, é necessário palavras e forma de linguagem. No entanto, atribuir identidade entre a palavra e o conceito se constitui um equívoco. Uma grave incorreção, pois se uma palavra pode ter vários significados, um conceito, em tese, não” (2008, p. 112). Por isso, também, é que podemos ter conceitos expressos em outras formas de linguagem que não necessariamente a palavra escrita como, por exemplo, nas artes plásticas ou em representações cartográficas. Afinal, em qualquer carta, mapa ou mesmo na soma de poucos traços de um croqui estão presentes bases de compreensão de determinada *concepção* de mundo. Para um aprofundamento desse argumento, conferir a teses de Douglas Santos (2002) e a de Ângela Katuta (2004); dessa última, em específico, o segundo capítulo.

Precisamente, todavia, o inverso desse raciocínio também pode ser possível. Ou seja, dois fenômenos diferentes – dois olhares diferentes para a realidade – podem, por uma casualidade um tanto quanto recorrente, ser nomeados com o mesmo termo. Isso, sem dúvida, gera uma imensa confusão no diálogo entre os pares da comunidade a qual o utiliza, pois o conceito ganha o depreciativo e problemático sintoma de polissemia; a ponto mesmo dos pares acadêmicos chegarem às vias de travar, como bem metaforizou Thomas Kuhn, “um diálogo de surdos” (1982, p. 188).

A palavra meio caracteriza-se pela sua ampla e diferenciada extensão – isso mesmo quando excluída suas formas como adjetivo e advérbio, considerando-a apenas como substantivo – chegando às marcas de mais de uma dezena de acepções possíveis – dentre a língua culta, técnica, chula e neologismos regionalistas – segundo as edições mais recentes dos principais dicionários da Língua Portuguesa. De tal maneira, não estaríamos tão errados em pensar que essa amplitude, geradora da polissemia da palavra meio, por si só, já preste como fator que derrama e agrega problema ao discurso da ciência geográfica. Afinal, se a palavra escolhida para ser o nome de um conceito já é preta em significados e interpretações diferenciadas nos dicionários, certamente terá maior chance de trazer algumas destas possíveis outras interpretações equivocadas quando utilizada, do que, por exemplo, um neologismo cunhado pelos cientistas. Contudo, faz lógico que este não é o único problema referente ao conceito de meio e nem mesmo o devemos considerar como algo essencial. Posto que os sentidos diferenciados presentes internamente ao discurso geográfico, ou mesmo de qualquer outro no campo científico, surjam não de escolhas que cada pensador faz a partir das acepções decantadas e resguardadas em dicionários, mas sim, de suas visões de conjunto – para sermos precisos, de sua teoria – dos assuntos que centram e subsidiam sua pesquisa e cujo significado do termo utilizado já não se dá, e nem pode ser lido, como correspondente a uma palavra frequente no cotidiano, mas sim, como um constructo, como um conceito peculiar definido pela e para sua disciplina. Algo que no limite faz-se ser até incompreensível se não for remetido ao contexto teórico que o abarca. Daí, também, deriva o fato de que um conceito não ser passível de compreensão sem o auxílio de outros. Um conceito jamais se sustém sozinho. Seu significado é atrelado e amparado pela definição de outros, que formam, em última instância, uma teia ou rede conceitual possibilitadora de um discurso teórico (OLIVA, 2003).

Reconhecer o exposto é passo importante para evitarmos certos equívocos relativos à confusão entre a palavra e o conceito de meio evidenciável, por exemplo, num típico trocadilho que infelizmente não raro aflora-se com tom revelador e formal no discurso

geográfico – passível de ser identificado em livros, artigos e falas em eventos e aulas – concebido a partir do seguinte juízo: “não queremos o meio ambiente, mas sim ele por inteiro”⁵. Ora, bem sabemos que o *meio* do conceito *meio ambiente* não diz respeito ou mesmo tem qualquer tipo de relação, afora a forma terminológica, com uma das possíveis conotações da palavra *meio*, que é evidentemente utilizada na expressão como sinônima do vocábulo *metade*. Este se faz como um bom exemplo da desconsideração analítica entre o conceito e a palavra *meio*.

Outro atributo capital do conceito é o fator histórico; sobre esse, Max. Sorre dizia: “Nas disciplinas do homem, a linguagem não tem o rigor de uma álgebra: o conteúdo dos termos de seu vocabulário muda com o tempo, carregando-se de novos sentidos” (1984, p. 117). Assim, o conceito renova-se passando por transformações relativas ao câmbio ou aprimoramento da visão do pesquisador em face da realidade também fluida. Daí, às vezes, este optar pela alteração do nome do conceito por não mais se adequar às mudanças dos conteúdos da realidade ou, por outra via de procedimento, optar pelo mantimento da forma linguística do termo com a atenção de sempre ir indicando ao público as mudanças em seu conteúdo. Esse dilema gerado pela tensão forma/conteúdo do conceito, por exemplo, levou Milton Santos a refletir e a se autoquestionar na passagem:

[...] desastrosa é a utilização de um mesmo vocábulo para fatos que se encontram em permanente mutação. Mais precisamente, é todo o problema de vocabulário que se coloca, de maneira cada vez mais aguda, para as disciplinas relacionadas com os dados humanos, cuja evolução é em nossos dias tão rápida. Essa evolução acelerada – que é na verdade uma revolução – exige tanto a transformação de nossos instrumentos de pensar quanto das formas de expressão de nosso pensamento. [...] Essas mudanças, tão rápidas, da sociedade humana fazem com que as noções clássicas e as palavras consagradas nos coloquem frequentemente em situação embaraçosa. Devemos manter um vocabulário caduco por amor às palavras, conservando expressões que, em decorrência das mudanças ocorridas na realidade, perderam, em parte ou na totalidade, o sentido? Devemos abandonar palavras dotadas de uma ressonância e de um valor histórico, ou devemos aceitá-las indicando que seu conteúdo mudou? (1991, p. 45).

⁵ Um exemplo pode ser conferido na passagem: “Gonçalves (1989), em sua crítica ao conceito de meio ambiente, propõe uma visão de ambiente por inteiro, ou seja, considerá-lo nas suas múltiplas facetas. Não sendo mais possível conceber ambiente como equivalente a natural. O ambiente como inteiro, como se refere, implica privilegiar o homem como sujeito das transformações, sem negar as tensões sob as mais diferentes dimensões” (SUERTEGARAY, 2000, p. 27). Remetendo-se, também, a Carlos Gonçalves (1989), Francisco Mendonça argumentou: “Mesmo se esta leitura crítica apresente considerável coerência etimológica, não deixa de ser lastimável o fato de os geógrafos pouco terem lutado para explicar a especificidade e importância do termo *meio* no que concerne à sua significação científica [...]” (2002, pp. 124-125).

É interessante podermos notar que o autor responde a este impasse resolvendo-o em sua própria trajetória intelectual. Pelo menos, é isso que faz claramente em relação ao conceito, curiosamente aqui tematizado, de meio. O faz agregando ao seu antigo conteúdo – referente apenas aos elementos naturais, aquilo que hoje seria entendido por meio natural – às mudanças geradas pela apropriação humana, com o porém de preocupar-se em ir sempre pontuando na sua forma conceitual as periodizações, os recortes no real, que considerou como mais essenciais. Assim, apresenta-nos em sucessão: o meio natural ou pré-técnico, o meio técnico, o meio técnico-científico, e o meio técnico-científico e informacional (2004, pp. 233-241). Dessa maneira, como resoluto do impasse binário por ele próprio evidenciado, acaba por optar em não traçar somente um dos caminhos postos. Não diz apenas *meio* e ressalva a mudança do conteúdo. Como também não joga fora o termo, consagrado na literatura geográfica, em prol das diferenças da realidade atual. Resolve-se – com o perdão do aqui quase que inevitável, porém justificável, trocadilho – pelo caminho do meio no truncamento dual referente ao *meio*.

Bem, se quiséssemos elucubrar mais sobre o que é conceito e quais são suas qualidades científicas, teríamos que nos delongar por mais páginas ou até por um trabalho todo. Mas, apesar dessa preocupação estar transversalmente presente, não se quer isso em específico. Portanto, contentemo-nos por aqui sobre as considerações acerca da definição do conceito e sigamos com o foco apenas no conceito de meio; seguros que as afirmações feitas acima já servirão de forma satisfatória para iluminar o caminho que traçaremos a partir de agora. Este caminho, por sua vez, diz respeito ao contextualizar conceitual do meio no ambiente da Geografia que vem sendo produzida no Brasil. Esta, formada por professores e alunos, eventos, livros, aulas etc; contem uma plêiade de temas e enfoques, sendo o conceito de meio aplicado e utilizado em alguns deles, certamente, em pelo menos quatro deles. Os nichos teóricos mais evidentes em que ora se resguarda são: 1. o debate ambiental, cujo meio aparece sob o rótulo de *meio ambiente*; 2. o *meio técnico*, posteriormente agregado de conteúdo científico e informacional, embasado principalmente pelas teorias desenvolvidas e encontradas em grande parte das obras de Milton Santos; 3. o *meio geográfico*, termo mais utilizado em obras hoje consideradas como “clássicas”; 4. e, por fim, o meio da prática pedagógica denominada *estudo do meio*.

Faz-se claro que o conteúdo teórico do meio nestes quatro contextos tem relações que podemos até considerar profundas, ocorre que teríamos como que fechar os olhos para, em contrapartida, não evidenciarmos, como veremos adiante um a um, as suas também profundas diferenças teóricas e práticas. É certo, também, que pode haver mais alguns usos que aqui nos

escapa, sucede que, todavia, somente estas quatro diferentes formas de presença do conceito meio no discurso geográfico brasileiro já servem para torná-lo, no mínimo, multifacetado e polissêmico. Em verdade, podemos estar seguros que há outros usos sendo feitos para o conceito de meio na geografia acadêmica atual que fogem completamente ao ajuste arbitrário dessas quatro esferas. Contudo, tais propostas ainda não se constituem como matrizes do pensamento geográfico, ou seja, suas presenças estão resguardadas às discussões no universo acadêmico sem ainda fortes reverberações no campo técnico ou na prática do ensino. Já as quatro esferas apresentadas formam-se, a nosso ver, como grandes temas paradigmáticos ao qual o conceito de meio é interpretado hoje na Geografia. O que, enfim, equivale dizer que o meio, sob sua forma conceitual, está assentado em quatro tipos de matrizes teóricas: a pedagógica, a ambientalista, a técnica e a temário clássico.

Portanto, a pergunta norteadora a ser respondida doravante é: Qual é o conteúdo do conceito de meio presente nestas esferas? A resposta dessa questão será a mesma para outra, a saber: O que é o meio, ou como é entendido, no discurso da Geografia brasileira? As análises dessas esferas apontadas serão como um roteiro por onde irão rumar as próximas páginas.

Estudo do meio

Iniciemos pelo conceito de meio subscrito na prática pedagógica do estudo do meio. Como auxílio fundamental para esta trajetória, tomaremos emprestados os raciocínios expressos por Nídia Pontuschka (2004) em texto tratando sobre as diversas transformações que o estudo do meio sofreu desde o seu surgimento nas escolas brasileiras até a atualidade. Neste, além de analisar sua história, a autora preocupa-se em esboçar algumas das possíveis definições do conceito que dá nome e fundamento para tal prática, que aqui serão de grande valia para desvendarmos quais são os conteúdos da realidade que se aglutinam nessa esfera em que o meio aflora-se.

Segundo Pontuschka, as primeiras escolas brasileiras a terem na pauta de seus currículos o estudo do meio foram as de cunho político anarquista, na virada do século XIX para o XX, nas regiões Sul e Sudeste do país. A metodologia à qual seguiam era aquela proposta por Francisco Ferrer Guardia (1849-1909), pedagogo libertário fundador da Escola Moderna de Barcelona. A ideia era de que os alunos tomassem conhecimento da realidade, sem a regulação do governo, observando principalmente as características sociais do entorno, desenvolvendo, de maneira espontânea e crítica, conceitos como os de igualdade e justiça

frente à dura condição de vida que visualizavam. Os fatores principais para que emergisse este tipo de ensino contestador no Brasil foram aqueles provindos do contexto histórico e geográfico da época. Com a decadência da produção cafeeira e os reinvestimentos de capitais para a industrialização, os imigrantes – principalmente os de origem italiana – vindos para o campo foram manobrados às cidades para trabalharem nas fábricas. Lá passaram a sentir na pele o aguçamento da contradição capital/trabalho. Viam-se em desvantagem com seus novos patrões não por somente disporem dos meios de produção, mas, também, por não terem acesso à educação básica. O fato de a maioria ser analfabeta dificultava em muito a organização dos movimentos reivindicatórios relativos aos problemas sociais que enfrentavam. Não por acaso, a primeira escola anarquista do Brasil surge localizada no bairro operário do Brás da capital paulista. Foi fundada em 1900 por Luigi Basile e batizada de *Dante Alighieri*. Naquele contexto, as contradições afloravam por ser um dos primeiros bairros a se industrializar e por conter uma grande leva de imigrantes italianos de veia anarquista. Porém, já na segunda década deste mesmo século, com o movimento anarquista reprimido e seus líderes mortos, estas escolas foram fechadas. E será somente na década de 1960, sob o auge da Escola Nova, e agora embasado no método piagetiano, que a prática do estudo do meio retomará para as escolas. No entanto, outra vez será reprimida, agora pelos militares com seus poderes ditatoriais pós-AI5. Só mesmo reflorirá, pouco a pouco, no início da década de 1980, adentrando definitivamente nas escolas particulares e públicas. Só que, mais uma vez, com um porém. Como lamenta Pontuschka, o estudo do meio hoje é exercido de maneira muito diferenciada de escola para escola, sendo entendido por alguns professores até como apenas um simples sair da sala de aula. Outro problema, ligado a esse, que o estudo do meio vem enfrentando, é a perda de seu caráter contestatório. Assim, faz-se no mínimo interessante sabermos que o estudo do meio não foi iniciado, e prolongado em sua história, como método pedagógico passivo, cujo olhar desinteressado estivesse apenas voltado ao constatar teorias científicas em campo ou se interessando somente pelos impactos que o homem faz na natureza. O estudo do meio que foi tantas vezes reprimido por ser uma metodologia fundamentalmente crítica, hoje ironicamente enfrenta a grande dificuldade de ser realizado, em grande parte das escolas, como simples passeio inócuo e até com uma potencial ferramenta naturalizadora dos conflitos sociais expressos nas paisagens.

A consideração histórica da metodologia do estudo do meio nos serve aqui, tão somente, para não esquecermos seu fundamento contestatório. Porém, o que nos deve mais interessar é o como que seu conceito central é entendido. E se justamente iniciamos a análise das quatro esferas indicadas pela prática do estudo do meio, isso se deve por um motivo; esse

é derivado do fato que o conceito de meio vigente nesta esfera encontra-se com a maior extensão e, conseqüentemente, com o menor grau de compreensão dos quatro nichos identificados. O que quer dizer que o meio desta esfera é o que mais contém acepções diferenciadas; fazendo-se com o mais amplo e com o menos preciso conteúdo. Fato que, sem dúvida, acarreta-lhe um problema lógico-conceitual evidenciável na tentativa de resposta das questões: O que é o *meio* do estudo do meio? Ou seja, qual é o conteúdo conceitual subscrito em tal prática? Seria um conceito de meio definido propriamente para a tal prática? Se assim o for, como podemos considerar válida a resposta tautológica que diz que “o meio do estudo do meio é o meio do estudo do meio”? Ora, simplesmente não a poderíamos considerar. Assim, outra pergunta incorreria: Seria este meio um conceito emprestado de outras esferas que o utilizam? Como o meio das outras três: o meio ambiente, o meio técnico ou o meio geográfico, por exemplo? Seria temerário responder que é a somatória destas três ou que é a mesma entidade *meio* que se está falando, principalmente pelo risco de desconsiderarmos suas diferenças. E, enfim, uma última: o que há de geográfico no estudo do meio?

Na verdade, sendo o estudo do meio, sobretudo, um método de ensino, as perguntas feitas acima se tornam quase que injustas. Afinal, é certo que o estudo do meio não se faz como uma nova proposta de conceituar o meio, mas sim, como uma proposta de ensiná-lo. Todavia, mesmo sendo isso, o aplicador do estudo do meio não pode se eximir da definição ou sentido ao qual trata o *meio* que irá ensinar. O fato de não se cobrar uma conceituação inédita ou própria para tal prática, não o torna livre e descompromissado de esboçar claramente sua concepção de meio utilizada. Não fosse de tal modo, qualquer criança sendo a ela submetida poderia arruiná-la, logo no início, se acaso inocentemente perguntasse ao professor: “O que é meio?” Ouvindo como resposta um seriado de exemplos como “estas cadeiras, as janelas, a lousa, o ar, os seus coleguinhas...” até a pergunta se dissolver sem, no entanto, chegar-se a uma resposta. Pois, exemplificar o meio é bem diferente de defini-lo. Sabemos que, na maioria das vezes, a capacidade retórica de um adulto é superior ao de uma criança e que isso serviria muito bem ao professor para desviar a questão que talvez pense ser apenas mais uma que “não vem ao caso”. Ocorre que esta em específica vem ao caso e vem afiada, pois vai direto ao fundamento teórico desta prática pedagógica – mesmo sendo tudo isso ignorado pela criança questionadora – quer saber sobre quais entidades da realidade estão abarcadas pela simples palavra *meio*.

Contudo, cabe esclarecer que essas interrogações críticas que estamos fazendo ao estudo do meio não visam, de maneira alguma, deslegitimar esta prática pedagógica, pois, ela de fato alcança resultados e faz-se importantíssima ao estudo e ao ensino da geografia. Ao

questionar o conceito meio desta esfera apenas queremos, juntamente às preocupações expressas por Pontuschka, que de simples técnica de ensino torne-se uma prática fortificada com metodologia fundada numa teoria geográfica. Pois, jamais teremos uma metodologia pedagógica voltada para a compreensão do geográfico da realidade se ela não se fundar conceitualmente; principalmente, em se tratando de seu conceito base.

A fim de melhor entendermos o conteúdo conceitual do meio nesta prática, aproximemo-nos de suas definições. Faremos esta aproximação seguindo o já referido texto de Pontuschka. Em certa altura, trazendo as definições para o conceito de meio de autores envolvidos diretamente nesta prática, a autora cita a preocupação, divulgada em artigo de 1965, de Sylvia Magaldi dizendo “[...] que a abordagem do estudo do meio envolvia o problema de conceituar *meio*, de caracterizá-lo, de defini-lo” (apud PONTUSCHKA, 2004, p. 253). Então, consciente disso, em suas próprias palavras, Magaldi assim o definia: “[...] meio é um todo, indissociável e orgânico, no qual estão presentes, em comunicação fluente, dinâmica, todos aqueles elementos que, nas salas de aula aparecem rotulados e compartimentados: geografia, biologia, língua, artes etc” (apud ibidem, p. 254). Muito próxima dessa definição feita por Magaldi encontra-se a de Maria Nidelcoff, que diz:

[...] o meio é toda aquela realidade física, biológica, humana que rodeia os alunos, estando ligados a ele de uma maneira direta, através da experiência e com a qual estavam em intercâmbio permanente. Não se pode, portanto, precisar os limites do meio, porque, à medida que a criança cresce, seus relacionamentos com a realidade que rodeia se tornam imperiosos. O meio é cada vez mais amplo, se estende: meu quintal, minha rua, meu bairro, meu lugarejo, os arredores do meu lugarejo (apud ibidem, p. 256).

Vemos que com estas duas definições, o conceito de meio do estudo do meio passa a ganhar contornos. As definições iniciam por considerá-lo como um todo envolvente captado pela experiência. Ambas, também, deixam claro o fato que este todo ao qual concerne o meio é estudado de maneira multifacetada em disciplinas ofertadas em sala de aula. Porém, a definição de Nidelcoff parece ser mais rica do que a feita por Magaldi por considerar o meio como algo sinônimo de consciência, pois o “todo” que o meio é se complexifica, pelo menos em escala, à medida que a criança cresce e se defronta com relações abrangentes com o mundo. Assim, podemos interpretar, segundo estas definições, que o meio é tanto aquilo que está ali materializado e envolvendo a criança, quanto aquilo que a criança apreende dele, interpretando-o em sua consciência. Interessante observarmos também que a definição de Nidelcoff bem representa a metodologia piagetiana, bastante vigente em meados do século

passado, por relacionar o grau de complexidade da coisa apreendida com a capacidade intelectual desenvolvida em estágios de aprendizado da criança.

Apesar de trazer parâmetros ao conceito de meio, os recortes do real realizados tanto por Nidelcoff quanto por Magaldi são amplos o bastante a ponto de autorizar a associação do termo *meio* ao termo *todo envolvente*. Fato que deriva que o estudo do meio seja passível de muitas metodologias, tantas quantas forem às áreas de conhecimento que temos hoje. Nesse sentido, estudar o meio é algo que o ser humano faz desde sua formação. Assim, se quisermos polemizar sendo ainda razoáveis, podemos dizer que uma considerável parte dos seres vivos, de certa forma, também *estuda* seus meios com o fim de subsistirem enquanto seres e enquanto espécie. O que se quer dizer aqui é que o estudo do meio não é de maneira alguma uma exclusividade da ciência geográfica, e nem mesmo poderemos defender que a nossa disciplina faça mais uso dele do que outras como, por exemplo, a Química ou a Física. O estudo do meio para ter algum uso à Geografia deve ter uma direção do olhar aos objetivos de nossa disciplina. E daí devemos saber o que é que queremos dizer com estudo de Geografia, bem como, com o estudo do *geográfico* presente na realidade, quando fazemos uso da metodologia do estudo do meio. Portanto, a pergunta chave para não deixarmos o estudo do meio em geografia ser o estudo de qualquer coisa que nos envolve é: O que há do meio que interessa à Geografia? Lembrando, mais uma vez, que dizer *tudo* nos remeteria a discutir desde quarks e elétrons às longínquas e incontáveis galáxias. Pontuschka, consciente disso, persegue o que há de geográfico no meio ao apresentar uma série de questionamentos na passagem:

Os alunos, mesmo os das séries iniciais, querem saber os porquês de fatos observados na paisagem ou percebidos nas relações humanas: Porque há tantos *shopping centers* nas marginais dos rios Pinheiros e Tietê; por que este *shopping* está no topo da colina e a nossa escola lá embaixo, escondida; por que tantos alunos vêm de outro bairro para nossa escola; por que as principais áreas industriais estão próximas aos rios e de outros cursos d'água; por que foi feito um loteamento de 40 terrenos e não deixaram lugar para construir a escola; por que há garças no rio Pinheiros quando se sabe que não há peixes nesse rio poluído (2004, p. 260).

Há algo fundamental subsumido nestas perguntas. Algo que dá a razão disciplinar da Geografia. As perguntas buscam saber os *porquês dos aondes*. Trazem a necessidade de respostas enraizadas na configuração territorial, na geografia correspondente àqueles fenômenos. Não se pode deixar de considerar que, sim, há um fundamento geográfico evidenciado nessas perguntas. Não há como escapar disso. Pontuschka e os demais geógrafos do atual contexto parecem saber claramente o quanto o estudo do meio faz-se como peça-

chave para adentrada ao geográfico da realidade. Porém, uma definição própria para o meio segundo a ciência geográfica ainda falta. Há, ainda, certa confusão dos termos utilizados. Meio não parece se diferenciar, por exemplo, de conceitos como paisagem, lugar, território, meio ambiente ou mesmo espaço⁶. Então, meio ainda não seria um conceito com propriedades singulares que lhe permitiria articular-se com outros conceitos. Assim, ao invés do meio articular-se com outros conceitos, encontrando seu lugar numa rede conceitual, simplesmente, parece se diluir entre eles; passando a ser um bom sinônimo sempre à mão.

Essa característica de indefinição do conceito de meio é derivada da falta de epistemologia geográfica na prática do estudo do meio. Essa falta de epistemologia, no entanto, não quer dizer que aqueles que estão aplicando o estudo do meio nas escolas não estejam ensinando geografia. Pois, como vimos, há sim perguntas geográficas sendo feitas à realidade através dessa prática, portanto, se está indubitavelmente fazendo geografia. A falta de epistemologia aqui apontada diz respeito apenas à forma conceitual do meio que é apresentada baseando-se em definições advindas de outras áreas do saber – como no caso, da Psicologia ou da Pedagogia, por exemplo – ou diluída entre os conteúdos de outros conceitos típicos da Geografia, como espaço, paisagem e território. Dessa maneira, esse sintoma de se não saber ao certo a que o conceito de meio se refere ao geográfico da realidade, pode causar problemas em sua própria aplicação pedagógica. Afinal, bem saber dizer a realidade constitui-se como passo fundamental para compreendê-la.

Talvez, até não pudéssemos absolutizar esta falta epistemológica concernente ao conceito de meio, pois o geógrafo Pierre Dagenais, em um diminuto artigo de 1944, já trazia ao debate do estudo do meio, doses homeopáticas de epistemologia ao referenciá-lo em nomes importantes como Paul Vidal de La Blache, Pierre Defontaines e Albert Demangeon. Ocorre, que apesar de tê-los como referência ao tratar sobre o estudo do meio, Dagenais não busca problematizar ou respaldar o conceito de meio na definição destes autores. Mas apenas os utiliza como defensores de tal importante prática pedagógica para a Geografia. Assim, o conceito de meio do estudo do meio, ainda quando é remetido à epistemologia, como é o caso desse breve artigo de três páginas de Dagenais, não é definido geograficamente.

Enfim, o que se pode concluir sobre estas considerações? Bem, principalmente que se de fato procuramos saber o que se entende por meio na ciência geográfica brasileira, não é na esfera identificada do estudo do meio que teremos sólidas fontes de respostas. Pois, se

⁶ Um exemplo dessa indiferenciação se encontra na passagem: “[...] o professor pode ir ajudando o aluno a trabalhar com referenciais que permitam a leitura mais sistematizada do ‘meio’ como querem alguns, do ‘espaço’ como querem outros” (PONTUSCHKA, 20004, p. 256).

podemos verificar em trabalhos teóricos sobre essa prática uma iniciativa de defini-lo – ainda que rara e fragilmente assegurado pela epistemologia da disciplina – em sua efetivação pedagógica nas escolas teríamos que encontrá-lo na definição de cada professor(a) que lhe faz uso. Ou seja, se de fato queremos buscar o cerne teórico do conceito de meio não podemos nos debruçar nesta prática de ensino, afinal, estaríamos sujeitos a fragmentar a investigação ao infinito ou, pelo menos, à quantidade de professores de Geografia que o utilizam guardando particular noção em suas cabeças.

Como dito, o conceito de meio no estudo do meio é pouco tematizado porque se encontra no campo de aplicação pedagógica e não no campo de problematização teórica. Assim, o trato conceitual no estudo do meio, antes de ser problemático, estaria em dependência de formulações teóricas externas. Essas formulações seriam aquelas encontradas nas outras três esferas identificadas: o meio ambiente, o meio técnico e o meio geográfico. O que se quer dizer, então, é que quando um professor de Geografia utiliza-se do estudo do meio em suas aulas, ou guarda uma particular compreensão do conceito de meio, ou o respalda no que o discurso geográfico chama de meio ambiente, meio técnico ou meio geográfico. Porém, mesmo que o professor tenha uma particular acepção de meio, ele, de certa maneira, deve ter tido alguma influência dessas três formas de meio encontradas no discurso geográfico.

Dessa feita, se os lugares que encontraremos terrenos mais sólidos para discussão teórica do conceito tematizado estão exteriores a prática pedagógica do ensino do meio, teremos, então, que ir em direção a eles. O passo seguinte, desse modo, será dado ao encontro do conteúdo conceitual do *meio* presente no debate ambiental.

Meio ambiente

Sem dúvida, se há algum dos quatro tipos de conceitos de meio que se faz mais presente no discurso produzido pela geografia brasileira este é o de meio ambiente. A ponto de que se um palestrante desavisado enunciar a palavra meio, sem muito se especificar, certamente haverá a grande chance da maioria dos ouvintes no auditório o interpretarem como alguém preocupado com as questões que envolvem as ações depredatórias humanas sobre a natureza. Mas, então, *meio* e *meio ambiente* não seriam a mesma coisa? Bem, se optássemos por uma resposta afirmativa resolveríamos uma série de problemas relativos ao conteúdo teórico do termo meio, porém, não conseguiríamos safar de cair em outro grande problema que pode ser enunciado com a pergunta: O conceito meio trata apenas daquilo que concerne à interferência

humana na natureza? Ou melhor, o conceito meio é próprio da questão ambiental? Ora, bem sabemos que não. O conceito meio é anterior e mais abrangente do que a questão ambiental, embora não deixe de estar presente nela como um conceito-chave (GIANNUZZO, 2010). Portanto, atentemo-nos, então, à pergunta mote das próximas linhas: Como é entendido o conceito de meio matizado pela questão ambiental no contexto da Geografia brasileira? Contudo, para respondê-la, devemos antes entender como o ambientalismo a ela se juntou.

Segundo Eduardo Viola e Hector Leis (2002), o ambientalismo brasileiro surgiu na primeira metade da década de 1970 em forma de associações que realizavam campanhas de conscientização pública e denúncia de âmbito local. Já no fim desta mesma década, a escala de abrangência destes grupos se alastrou, atingindo os âmbitos regional e nacional; havendo, também, um considerável aumento da quantidade de pessoas envolvidas nesta empreitada. Os autores comentam ainda que até o ano de 1985, o ambientalismo brasileiro tinha um caráter bissetorial, com os grupos atuando na luta pelo controle da poluição urbano-rural e pela preservação de ecossistemas naturais. Porém, após esta data, passa a ganhar um caráter multissetorial, enraizando-se nas mais diversas instâncias sociais como a política, a econômica e a educativa. Dentre estes setores dos quais o ambientalismo se espalhou, encontra-se o que designaram como o “ambientalismo dos cientistas”, constituído de pesquisadores e instituições que se prestaram ao estudo dos problemas relativos à apropriação desregulada da sociedade ocidental sobre a natureza.

Apesar de o ambientalismo ter atingido o setor científico como um todo⁷, ele não o fez de maneira homogênea. Algumas disciplinas se mostraram mais preocupadas com esse assunto do que outras. E duas delas, a Geografia e a Biologia, se fizeram como expoentes máximos do ambientalismo científico. Sendo que se a segunda ateu-se mais ao discurso preservacionista, ressaltando a importância do equilíbrio de ecossistemas naturais, a primeira voltou-se, segundo Paulo Vieira (1992), à análise de três fatores que seriam: a avaliação de impactos sócio-ambientais de políticas públicas; a análise espacial de planejamento; e da repercussão da problemática ambiental em seu próprio campo teórico-metodológico. E é justamente neste último fator que nos concentraremos. Pois é nele onde reside as discussões conceituais que fizeram o *meio* transformar-se em *meio ambiente*. Afinal, como bem observou Dirce Suertegaray (2005), a Geografia, que até então não se referia a “ambiente”, mas sim

⁷ A avaliação do comportamento acadêmico motivado pela ascensão do discurso ambiental já esta sendo discutida internamente em algumas disciplinas como, por exemplo, na Economia (ROCHA, 2004), na Sociologia (ALONSO & COSTA, 2002; FERREIRA & FERREIRA, 2002; FERREIRA, 2001; VIEIRA, 1992), na Filosofia (MARTÍN, 1997), na Agronomia (DULLEY, 2004).

somente a “meio”, deparou-se após a adentrada do ambientalismo, juntamente com uma nova agenda de pesquisa, também com um novo termo em seu léxico⁸.

Certo é que a expressão meio ambiente não precisou do ambientalismo surgido nos fins da década de 1960 para aparecer no discurso geográfico. Esse termo havia sido utilizado por vários outros geógrafos, hoje considerados clássicos, como reflexão sobre as relações entre a sociedade e a natureza. Ocorre, cabe lembrar, que um conceito não é somente feito pela sua designação linguística, mas, também, por seu conteúdo teórico. E por isso que mesmo que se a forma meio ambiente já havia sido pronunciada na Geografia anterior a qualquer movimento reivindicatório de equilíbrio entre sociedade e natureza, ela não tinha o mesmo conteúdo que teve a partir do momento em que a agenda ambientalista consolidou-se na segunda metade do século passado⁹. Falava-se de *meio ambiente* como um sinônimo de *meio*, de *meio geográfico*, de *natureza*, de *espaço*, de *solo* etc. Já, após a década de 1960, o termo meio ambiente adentrou e se estabeleceu num nicho teórico específico na Geografia brasileira, sendo – junto a outros termos como *ecologia* (MORAES, 2000) – um termo central ao discurso ambiental. Portanto, meio, após essa década, passa a responder também como um conceito sinônimo de ambiente, ou de uma junção entre eles: o meio ambiente; ganhando, em definitivo, nova significação com o movimento ambientalista.

A adentrada do ambientalismo e, conseqüentemente, do conceito meio ambiente na Geografia brasileira, reverberou-se em dois pontos no âmago teórico e metodológico da disciplina. Num primeiro, alastrou-se como nenhum outro tema havia feito no corpo disciplinar. E no segundo, enfrentou duras críticas relativas quanto à sua, na expressão de Antônio Moraes, “fragilidade epistemológica” (2000, p. 6). Para melhor entendimento disso, atentemos, respectivamente, aos pormenores de ambos.

Ainda que sem a aceitação plena por parte dos geógrafos, e mesmo sem uma definição clara sobre seus conteúdos teóricos, a agenda ambientalista enraizou-se institucionalmente em nossa disciplina. Se aqui nos falta dados de um acompanhamento histórico desse processo, temos, em contrapartida, um bom exemplo do quanto ela hoje se faz presente. Em uma pesquisa realizada em 2006, objetivando verificar a abertura institucional dada à temática ambiental na produção das pesquisas geográficas, analisamos os então 33 cursos de pós-

⁸ Segundo Jean-Louis Tissier (1992), o termo *environnement*, por exemplo, só passou a ser mais utilizado na geografia francesa quando Pierre George, na década de 1970, o trouxe às discussões ambientalistas relacionando-o ao clássico termo *milieu*.

⁹ Como afirmou Francisco Mendonça: “[...] os termos ambiente e ambientalismo empregados na atualidade ligam-se a concepções completamente diferentes daquelas do final do século XIX e início do século XX. Se naquele momento estavam atrelados diretamente ao estudo da natureza do planeta, no momento presente ligam-se mais aos graves problemas derivados da interação entre sociedade e a natureza [...]” (2002, p. 127).

graduação *stricto sensu* de Geografia – alojados na “Grande Área Ciências Humanas” reconhecidos e recomendados, no triênio 2004-2006, pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) – a fim de identificar o quão inserido estava a terminologia ambientalista, sob seu principal rótulo *meio ambiente*, em suas respectivas linhas de pesquisas ofertadas¹⁰. E o resultado foi bastante expressivo no que diz respeito ao espriar deste conceito nessas instituições de pesquisa. Dos 33 programas conferidos, 25 deles – 75% do universo focado – possuíam linhas de pesquisa que faziam uso da terminologia *meio ambiente*. Como havia programas que contavam com mais de uma linha de pesquisa que fazia referência ao termo estudado, foi possível evidenciar a somatória de 28 linhas de pesquisa que então estavam disponíveis nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Geografia no Brasil que atentavam para assuntos diretamente vinculados ao conceito de meio ambiente. Embora estes dados não sejam inteiramente atuais, seria muito difícil alguém levantar a hipótese que nos últimos anos este quadro teria mudado radicalmente no sentido da redução dos números. É mais provável que numa nova inspeção desta condição indique ou números bem parecidos com estes ou até mesmo um aumento deles. Dessa forma, é plenamente plausível afirmar que hoje em dia há uma grande abertura institucionalmente dada às pesquisas da temática ambiental na Geografia e que, devido a esse fato, tal disciplina está necessariamente relacionada ao *meio ambiente*, fazendo-se responsável ao uso deste conceito e, por decorrência, utilizando-o e respondendo por ele frente tanto às outras disciplinas, quanto à sociedade em geral¹¹.

¹⁰ Os critérios metodológicos para essa coleta estão expressos na passagem: “Para a formação dos dados foi tido como referência somente o conceito de meio ambiente, portanto, todas as linhas de pesquisa que traziam um dos dois termos deste conceito foram contabilizadas; foram considerados, por exemplo: ‘meio ambiente’, ‘ambiente’, ‘socioambiental’, ‘geoambiental’, ‘gestão ambiental’ e ‘análise ambiental’. Pelo mesmo motivo, alguns termos relacionáveis e muito presentes em situações cuja terminologia ‘meio ambiente’ aparece não foram contabilizados, alguns exemplos destes se seguem: ‘natureza’, ‘desenvolvimento sustentado’ e ‘geo-ecologia’” (GERALDINO, 2006, p. 32). Tal cuidado metodológico serviu apenas para não confundir a investigação do conceito meio ambiente com os demais presentes na temática ambiental.

¹¹ Outro exemplo de caráter empírico da inserção da temática ambiental na geografia pode ser encontrado no artigo de Dirce Suertegaray (2005b). Nesse, a autora apresenta uma análise da produção de teses e dissertações, do período 2000 a 2003, de 29 programas de pós-graduação em Geografia do Brasil recomendados pela CAPES. Para isso, se preocupou em formar subunidades, ressaltando que para a “[...] definição dos campos temáticos [...] não foi feita a priori, resultou da análise do conjunto de dissertações e teses, portanto, constitui elemento de indicação de tendência” (p. 39). Tal delimitação resultou em cinco áreas de estudos distintas, sendo elas: “Geografia Humana”, “Geografia Física”, “Educação e Geografia”, “Teoria e Método em Geografia” e “Ambiente”. Podemos afirmar, por meio desta pesquisa, que os estudos relacionados com o conceito em questão (“Ambiente”) são de sobremaneira prementes dentro da produção de Geografia no Brasil, pois além de se configurar entre as cinco subunidades propostas pela autora apresenta-se, em números absolutos de teses e dissertações analisadas, em segundo lugar em quantidade com 310 trabalhos, atrás, apenas, da subunidade “Geografia Humana”, esta com 740 trabalhos.

Porém, apesar do ambientalismo fazer-se, da segunda metade do século passado para cá, como uma exigência quase que inegável e absoluta nas agendas dos diversos setores da sociedade, trazendo consigo e fincando institucionalmente o uso do conceito meio ambiente no discurso geográfico, não deixou, contudo, de trazer igualmente desconfianças e ressalvas em várias de suas bandeiras de defesa. Se, por um lado, fez-se quase como unanimidade de sua importância temática por haver trazido, como apontou Moraes, “[...] a consciência de finitude de certos recursos em situações terrestres” (2000, p. 94), por outro, não aderiu a todos no concernente a sua metodologia e nas suas intenções políticas e sociais. Da mesma maneira que se fez um discurso presente nos diversos nichos sociais, “explodindo” como um tema das ciências sociais nas últimas três décadas (ALONSO & COSTA, 2002), sofreu, em contrapartida, uma gama de críticas – perfazendo, contudo, um número bem inferior em relação àqueles que optaram pela sua pronta aceitação – tanto pelo seu aspecto lato de movimento social, quanto mais amiúde, em relação ao seu conceito-chave. Notadamente, boa parte dessas críticas veio da seara científica e, talvez dessa, poderíamos até elencar a Geografia como a que mais pontuou, justamente por ser ela própria, dentre as disciplinas, uma das que mais se abriu ao tema.

Segundo Antônio Moraes (1997), em um “[...] primeiro momento, os estudos sobre a temática ambiental emergiram num plano bastante técnico e só aos poucos se foi afirmando a necessidade de aprofundar a reflexão metodológica e epistemológica” (p. 45), sendo esta “[...] uma área em que, do ponto de vista teórico, ainda estamos tateando” (p. 46) e que, por isso, “[...] ressentem-se de melhor fundamentação conceitual e de bases filosóficas mais sólidas” (p. 79). Tal *tendão de Aquiles teórico* que possui o ambientalismo não é algo que se faz apartado da prática dos técnicos – sejam eles geógrafos, biólogos e demais – que trabalham cotidianamente sobre o assunto. Um pensamento precipitado pode sugerir uma dualidade do problema. Colocando os problemas teóricos do ambientalismo separados de sua prática em planos de gestão ambiental, fazendo parecer que tais problemas teóricos sejam apenas picuinhas levantadas por “aqueles que refletem muito e pouco fazem”. Ocorre que a ação só é possível após a reflexão do como irá se agir e aonde irá se agir na realidade. E essa designação do como (metodologia) e do aonde (ontologia) é envolvida de problemas definidos por um encadeamento de resoluções teóricas resguardadas em uma disciplina (epistemologia). A metodologia é produzida em conjunto às atribuições e necessidades do recorte do real e sua ação é direcionada à apreensão dos conteúdos apreendidos neste. As ferramentas de recorte e o colhimento do real são, respectivamente, as categorias e os conceitos. Quando estes últimos são inadequadamente elaborados, perdem a verossimilhança,

perdem a correspondência com o real, constituindo-o abstratamente, por demasiado diferente do concreto, tornando-o, pois, inócuo ao entendimento e, por fim, fazendo com que as ações direcionadas a ele se dêem como ineficazes e equívocas¹². Temos um exemplo disso quando Xavier da Silva, em texto avaliando a aplicação dos termos utilizados na temática ambiental, relata a imprecisão e o descuido com estes em vários contextos, tais como no ensino de ciências, como também no discurso e práticas dos agentes técnicos e cientistas; em certa altura do artigo, diz:

Nos encontros técnico-científicos relacionados com o ambiente [...] nota-se certa desorientação. Não há linguajar comum, sequer acordo sobre termos básicos, fundamentais, como “ambiente”, “monitoramento”, “gerenciamento”, entre outros. Algumas vezes, nestes encontros, e neste contexto confuso, vicejam propostas mirabolantes, são misturadas ao raciocínio científico concepções poéticas, se apresentam visões místicas ou são feitas tentativas de entender a realidade por meio de percepções mágicas (1995, p. 353).

Se a imprecisão terminológica pode tornar-se prejudicial quando as intervenções, mesmo aquelas que se pretendem positivas, são aplicadas – tanto no ensino, no caso dos professores de Geografia, quanto no gerenciamento ou monitoramento da qualidade ambiental feita por técnicos geógrafos – ela não pode ser de forma alguma uma ação inconsequente. Todos aqueles envolvidos com a temática ambiental devem ter minimamente uma referência conceitual clara para com seus termos chave¹³.

Em específico, o conceito meio ambiente vem sendo pontualmente questionado na Geografia desde o início da inserção do ambientalismo no campo científico. Certos geógrafos deixam claro seu descontentamento tanto com o ambientalismo em geral, quanto com o conceito que o sustenta. É interessante vermos, por exemplo, que há mais de três décadas Jean Tricart dizia:

O meio ambiente está em moda... Para alguns, falar sobre isto principalmente é esquecer a inação. Para outros o termo impreciso é cômodo, pois permite o palavreado supérfluo. Para

¹² Esse processo foi metafóricamente explicitado com excelência por Gottfried Leibniz, em contundente trecho selecionado por Milton Santos: “[...] quando a divisão de nossos pensamentos não é bem feita, ela confunde ao invés de esclarecer. É necessário que um trinchador, ao trincar, conheça as juntas, sem o que ele dilacerará a carne em vez de cortá-la” (1991, p. 21).

¹³ Em pesquisa feita a partir de 207 números dos principais periódicos de Geografia do país, foram selecionados 94 artigos cujos autores usavam ou no título ou nas palavras-chave a expressão *meio ambiente*. Nesse universo, apenas 20% dos artigos que faziam uso do termo meio ambiente tinham a preocupação em apresentá-lo, em defini-lo. Então, 80% dos artigos que tratavam diretamente do termo meio ambiente não explicitavam como o concebiam. Fato que, sem dúvida, contribui em muito com as chances de haver erros de interpretação do referido conceito (GERALDINO, 2006).

dizer a verdade, ele é muito mal definido e, geralmente, não leva a nada. Portanto, é preciso fazer um esforço de método para melhor delimitar os problemas, para colocá-los em termos definidos com maior exatidão. Este esforço é indispensável tanto no plano interno, para permitir à disciplina uma melhor compreensão de seu objeto, quanto no plano externo, para facilitar o trabalho disciplinar. Isto é particularmente imperativo para tudo o que diz respeito ao meio-ambiente, cujos diversos aspectos são abordados por numerosos especialistas de diferentes formações. O risco da cacofonia, da incompreensão é grande, muito grande (1975, p. 5).

Podemos ver que para Tricart, o meio ambiente estaria sendo considerado sem a devida matriz geográfica. Fatores externos a ele, como certo modismo temático, teriam trazido tal conceito à Geografia. E essa adentrada do conceito pelas portas dos fundos o teria deixado com pouca precisão, permitindo o que expressou por “palavreado supérfluo” no trato geográfico da questão ambiental. Fato que igualmente levou Pierre George a se questionar: “O que é meio ambiente? Uma realidade científica, um tema para controvérsia, o objeto de algum imenso receio, uma diversão, uma especulação?” (1973, p. 7); para, compartilhando da mesma opinião de Tricart, reconhecer em seguida: “É tudo isto ao mesmo tempo” (ibidem). Já Pasquale Petrone, em entrevista publicada em 1994, reclama principalmente pela falta de uma epistemologia geográfica do conceito de meio outrora existente. E, em consonância com Tricart e George, o vê afetado por certo modismo pernicioso no processo de ascensão do ambientalismo na academia; em suas palavras, podemos ver que:

No caso particular da Geografia, é um paradoxo que uma ciência que se tem dedicado muito ao estudo das relações entre sociedade e ambiente geográfico, o qual, durante muitos anos, justificou na Universidade a presença de disciplina rotulada *O Homem e o Meio*, não tenha merecido, no caso dos estudos relativos ao meio ambiente, a expressão a que na verdade faz jus. Há certo modismo nas atenções que se tem dado às questões de meio ambiente (p. 149).

Praticamente seguindo a mesma linha argumentativa, porém, enfatizando que a inocuidade conceitual do meio ambiente não se faz só como um problema encontrado no discurso geográfico, mas nas ciências em geral e na mídia, Antônio Christofolletti, por seu turno, afirmou:

O substantivo “ambiente” e o adjetivo “ambiental” vêm sendo empregados de forma generalizada e ampla, nas lides científicas e jornalísticas, expressando variedade de facetas em sua significação. [...] Para o contexto da problemática ambiental há necessidade de utilizar conceitos definidos de modo mais preciso, com enunciados que permitem a operacionalização através do uso de procedimentos analíticos e critérios de avaliação (1994, pp. 127-128).

Dentre as várias considerações possíveis, o conjunto das críticas desses importantes geógrafos incide praticamente numa mesma tecla, a saber: a falta epistemológica em que o conceito meio ambiente vem se enquadrando no discurso geográfico. E isso, obviamente, não se dá porque a Geografia em sua história não ousou tratar das relações entre as sociedades humanas e seus respectivos ambientes, mas sim, porque a ascensão da temática ambiental em nossa disciplina foi realizada de fora para dentro e, de certa maneira, esquecida do arcabouço teórico construído para o trato desse problema. Assim, o reclame uníssono desses geógrafos é para que haja uma efetiva ligação entre o que a Geografia classicamente já havia feito com os novos conteúdos empíricos da desregulada apropriação humana da natureza. Daí, conceitos como meio ambiente seriam salvos de sua identificada imprecisão, constituindo-se como fortes auxiliares nos caminhos de compreensão e de propostas de solução nos problemas em que ora são tematizados.

Outros geógrafos, também conscientes da falta epistêmica do conceito, optaram por calcar seu discurso em terrenos mais firmes, substituindo o *meio ambiente* pelo conceito de *natureza*. Por exemplo, Amélia Damiani (1985), em um estudo sobre a privatização de áreas naturais em Cubatão-SP, salienta logo no início do texto que ousou tratar do conceito meio ambiente sem a preocupação de remeter-se à vasta bibliografia a respeito, vendo esta vinculada em boa parte ao campo das ciências naturais e, por isso, distante do domínio das ciências humanas. Por conseguinte, identifica sem reservas o conceito meio ambiente – segundo sua ótica, desreferencializado nas ciências humanas – ao conceito de natureza para viabilizar seu estudo. Assim, não propriamente faz uma crítica ao conceito de meio ambiente como os demais autores apontados, mas apenas constata a sua falta de embasamento teórico próprio no arcabouço das humanidades. Fato que, a seu ver, não ocorreria com o conceito de natureza.

Ana Fani Carlos, por sua vez, buscou argumentar sobre a confusão, derivada da falta de escrutínio epistemológico, entre os conceitos de natureza e de meio ambiente. Tomando partido dessa discussão ao dizer:

Há, sem dúvida, uma dificuldade na articulação entre um conhecimento da natureza e da sociedade, que segundo alguns geógrafos, tem na chamada Geografia Ambiental, um momento de superação. Em muitos trabalhos a preocupação com a sociedade parece tomar conta do debate na medida em que os geógrafos se deparam com o problema da deterioração ambiental, mas ainda carecem de uma profunda análise sobre o sentido da análise da natureza, de seus conteúdos, num outro plano. Na ausência deste debate, o termo natureza é substituído pelo “meio ambiente” ou “ambiente” sem que tenha havido um processo teórico de passagem entre as noções de natureza e de ambiente (2002, p. 196).

A autora entende que entre *meio ambiente* e *natureza* há uma diferença que, na maioria das vezes, não se faz explicitada. Porém, ao menos nesse texto, não se propõem a fazê-la, optando, como Damiani, em utilizar com mais segurança o conceito de natureza ao invés de meio ambiente. Já em artigo mais recente argumentando a favor de uma “geografia concreta” baseada na noção de produção/reprodução do espaço, Carlos, voltando a tematizar o conceito de meio ambiente, diz, em certo momento, que entender os processos sócio-espaciais a partir da particularidade dos lugares em diferentes escalas de relacionamento com o mundo permite:

[...] superar a noção de “meio”, que surge reduzida à condição de localização dos objetos, dos atos e ações em seu conjunto na superfície terrestre. Seu sentido se fundaria na ideia de um espaço anterior e exterior à prática sócio-espacial, uma natureza, portanto. Nesse sentido, a noção de “meio ambiente” significaria um recuo conceitual em relação ao conteúdo da noção de “produção do espaço” (2009, p. 80).

Se suas considerações sobre a noção de meio parassem por aí, poderíamos afirmar, sem dúvida, que a autora se posiciona definitivamente contrária ao uso de tal noção, bem como ao seu respectivo conteúdo, no léxico geográfico. Meio seria, então, algo teoricamente antigo e quando hoje posto far-se-ia como um “recuo conceitual” às novas teorias vigentes. Porém, Carlos, não para por aí. Segue sua argumentação ainda muito bem crítica em relação ao conceito referido, mas já o contextualizando a uma determinada prática e abrindo a possibilidade – vale salientar, muito cara para os fins que este trabalho visa – de renovação do conteúdo do termo *meio* à medida que houvesse uma atenção ao seu trato epistemológico na Geografia. Pelo menos, é isso o que podemos interpretar na passagem:

Se por um lado a noção de “meio ambiente” parece apontar uma crise ecológica incontestável, por outro lado, essa análise se fecha nos problemas de degradação, que são parte constitutiva da problemática espacial no mundo moderno. Assim, o uso do termo na geografia contemporânea propõe uma inversão que requer a análise profunda – o antigo debate das relações entre a sociedade e a natureza foi reduzido ao abstrato termo meio ambiente como síntese que permite pensar o transmutar-se da ação humana criadora como ação da sociedade produzindo um espaço àquele da sociedade destruidora do meio ambiente. Tal análise profunda enfoca a naturalização dos fenômenos sociais, bem como a redução da ação da sociedade para o Estado. Nesta perspectiva não há produção social, mas meio brindado ao homem, natureza modificada e destruída, não havendo contradição, mas desequilíbrio. Como decorrência desse entendimento, haveria a necessidade de uma ação que exige coerência e, com ela, a restituição da lógica que é a natureza, não da sociedade e de sua história, o que remete às relações formais e não sociais (ibidem).

Notemos, se a noção de meio na citação anterior poderia sustentar alguma dúvida na intenção da crítica da autora – já que inicia falando sobre o “meio” e termina dizendo “meio ambiente” – nesse enxerto agora todas as dúvidas se resolvem. Pois, o meio entendido pela autora é claramente identificado como aquele utilizado pelos que enxergam os conflitos da sociedade contemporânea sob a ótica da apropriação desmedida da natureza não tocada, ou seja, dos problemas ditos ambientais. Daí, a Geografia ficando presa a essas questões poderia deixar de compreender outros elementos não menos importantes que, em seu entendimento, estariam adequadamente tratados sob o viés da produção do espaço. Enfim, não queremos adentrar aqui no mérito se a “noção de meio” ou a “produção do espaço” explicaria melhor a realidade, mas apenas nos utilizamos dessa passagem para enfatizar que a noção de meio criticada por Carlos é aquela vinculada ao ambientalismo e que tal termo, se fosse considerado sob a epistemologia da Geografia, poderia ser resgatado dessas amarras, readequando-o à captação mais ampla que a complexidade do mundo atual pede. Carlos não se propõe a fazer isso nesse texto, segue-o, com coerência, apontado os caminhos para a produção do espaço; porém, também não se mostra, de forma alguma, contrária ao resgate geográfico epistemológico do *meio*, numa tentativa que visasse retirá-lo de seu trato reducionista em que ora se encontra.

Se as apreciações apresentadas até o momento ativeram-se a contestar o conceito de meio ambiente encerrado no plano epistêmico da ciência geográfica, Glória Vargas e Arlete Rodrigues agregam mais críticas ao vincularem os já evidenciados problemas epistêmicos do meio ambiente ao discurso político. Tendo cada uma um pressuposto, trataram de construir argumentos que não só procuraram desbancar o conceito, mas também todo o aparato que o envolve e que vem sendo institucionalizado politicamente.

Assim, Vargas (2005) dirá que a institucionalização do ambientalismo permitiu remover os problemas relacionados entre a sociedade e a natureza do âmbito político e cultural, ao utilizar-se de termos aparentemente neutros nas intuições e na ciência. O meio ambiente é, segundo a autora, um conceito de natureza empobrecido epistemologicamente por motivos eminentemente políticos. Inspirada na filosofia de Jürgen Habermas, a autora vê a separação do ambientalismo em uma esfera com propriedades independentes da economia, da política e da cultura como uma das criações mais típicas da Modernidade, que seria a progressiva separação da vida social em esferas funcionais, cada qual com suas propriedades e leis constituintes. De tal maneira, quando um geógrafo inicia sua abordagem na realidade – tendo o conceito de meio como referência ao meio ambiente – já estaria sendo extirpado de qualquer possibilidade de contestar de forma ampla e satisfatória os problemas que se propôs resolver. Vargas, portanto, entende o conceito de meio ambiente como uma armadilha política

institucionalizada nas ciências com o objetivo de mitigar críticas consistentes ao sistema social. Em sua opinião, somente o amplo resgate do conceito de natureza contribuiria para o fim desse embargo intelectual.

Não muito distante de Vargas, Arlete Rodrigues levanta argumentos contrários ao ambientalismo articulando a sua incapacidade epistêmica aos seus motivos políticos. Assim, nos alude aos riscos da questão ambiental – resolvida como um desenvolvimento que se consiga sustentar – escamotear as “[...] contradições e conflitos de classe transformando-os em ‘conflitos’ entre gerações” (2006, p. 101). E em artigo mais recente, tratando sobre o mesmo tema, conclui que:

Ao verificar trabalhos de Geografia observa-se que, no geral, foi incluído mais um tema – o do “meio ambiente” –, mas não houve interpenetração teórica, metodológica e de categorias analíticas das Geografias. A maioria dos trabalhos incorporou os preceitos de documentos oficiais do FMI, do Banco Mundial, condensados no Relatório Nosso Futuro Comum (1991) e Agenda 21 (1996), sem articulação entre as Geografias física e humana, sem incorporação de novas questões teóricas ou metodológicas (2009, p. 167).

Nesta passagem podemos ver que, além de afirmar, como os demais autores aqui apresentados, a falta epistêmica do meio ambiente, Rodrigues entende a temática ambientalista atrelada à incorporação acrítica de ditames de órgãos internacionais, cujo fim último seria a manutenção do sistema social vigente por meio de políticas abafadoras de conflitos. Assim, tanto os argumentos de Vargas quanto os de Rodrigues complementam-se apontando os impactos políticos e sociais causados pela propositiva imprecisão terminológica e conceitual do meio ambiente.

De tal modo, podemos dizer que na somatória dos autores apresentados e discutidos, de Tricart à Rodrigues, afora uma ou outra possível e salutar divergência, todos têm em comum algo. E esse ponto pacífico se constitui justamente no alerta aos riscos de se utilizar o conceito de meio ambiente. Deles, uns sugeriram optar por preservar o conceito de meio forjado na nossa disciplina e subsidiar o meio ambiente com o seu conteúdo; outros optaram por substituir o conceito de meio ambiente pelo de natureza. Mas todos soam em coro: há graves problemas de vários tipos de ordem com o que se vem em muito chamando de meio ambiente.

Todavia, se há algum autor que para este trabalho se fez epistemologicamente mais interessante, no que concerne ao conceito de meio, ele é Milton Santos. Isso se deve ao fato que além de criticar o conceito de meio ambiente sob a égide do ambientalismo – seguindo

praticamente as mesmas linhas argumentativas dos autores citados, articulando, por exemplo, o ambientalismo aos problemas políticos e acadêmicos – tem, também, como objetivo, defender o conceito de meio que se faz tão caro à sua proposta de rede conceitual. Então, para Santos, o conceito meio ambiente subsidiado pela temática ambiental lhe fez trabalhar em dobro, pois além de criticar seu conteúdo, teve que ter o cuidado de procurar preservar sua forma e repô-lo em outros patamares no debate. Assim, critica o conceito de meio ambiente somente em seu conteúdo, mostrando que o conceito de meio tem validade epistêmica na Geografia se fosse considerado pelo caminho da técnica. Ou seja, *meio* para Milton Santos, deve ser entendido como *meio técnico* e não como *meio ambiente*.

A seguir, podemos conferir uma amostra a partir da coleta de quatro passagens – datadas de momentos diferentes, sozinho ou na parceria de Maria Laura Silveira – que bem sintetizam todas as diversas oportunidades que este autor teve de rejeitar, ou de no mínimo aceitar com muitas reservas, o discurso ambientalista e seu termo chave. Milton Santos dizia: “O termo ‘meio ambiente’ me incomoda profundamente. Não é uma questão corporativa; é que meio ambiente se constitui apenas uma metáfora, portanto não se pode teorizar a partir dessa noção. O que há é o *meio*, que por simplificação chamamos às vezes de meio ambiente [...]” (2003, p. 7). E também que:

[...] muitas visões ecológicas parecem também constituir, hoje, metáforas geográficas de grande aceitação. O enfoque ambientalista, por exemplo, de um lado, renuncia a um enredo histórico para explicar a transformação do meio e, de outro lado, propõe uma visão fragmentária desse meio. A falta de uma perspectiva histórica, que é substituída por uma sucessão ecológica, seria mais uma forma de decretar o fim do grande enredo e de propor uma noção de tempo cíclico alheio às mudanças históricas. É, ademais, uma geografia metafórica e redutora desde que “não existe meio-ambiente diferente de meio” (M. Santos, 1994:4) e, o meio, como categoria abrangente que precisa ser operacionalizada, é desconhecido ou rejeitado (SANTOS & SILVEIRA, 1997, p. 23).

A mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutrinação da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsificação do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento. O discurso do meio ambiente é carregado dessas tintas, exagerando certos aspectos em detrimentos de outros, mas, sobretudo, mutilando o conjunto (SANTOS, 1998, p. 22).

Quando falamos em meio ambiente, em vez de meio, certos enfoques atuais podem aparecer como reducionistas, na medida em que eles apenas se interessam por um dos aspectos de uma complexa problemática. Por exemplo, uma visão puramente ideológica da questão, uma visão puramente econômica ou uma preocupação exclusivamente tópica (idem, 2006, s/p.).

Tais passagens mostram o autor evidenciando a polissemia do meio na geografia brasileira. Contudo, tão logo ao demonstrar tal entendimento dual do referido conceito, não demora em juntar esforços para desqualificar o meio ambiente como algo interessante ao discurso geográfico. Santos, em várias oportunidades, demonstra-se insatisfeito por entender que o meio ambiente é um conceito que foi transposto de outra área do conhecimento científico para o discurso geográfico¹⁴, sem, no entanto, que houvesse tido a acuidade de *geografizá-lo* a fim de torná-lo operacional em nossa disciplina. O termo meio ambiente afigura-se, então, para o autor, não como um conceito, mas sim, como uma analogia¹⁵ ou como uma metáfora¹⁶. Isso, por conter em seus interstícios uma lacuna semântica quando se encontra dentro do contexto do discurso geográfico. Tal lacuna deve-se a sua não construção epistêmica a partir da especificidade ontológica da Geografia, mas sim, como sugeriu Dirce Suertegaray (2005b), da Biologia; e é desta forma que o conceito meio ambiente pode ter vindo a perder “[...] a sua capacidade de definir pelo próprio fato de migrar” (SANTOS, 1991, p. 46).

Se Milton Santos faz críticas semelhantes a que os outros autores aqui apresentados realizaram, no entanto, aquilo que o torna, ao nosso julgo, mais relevante àqueles interessados sobre os sentidos do conceito de meio presente no discurso geográfico brasileiro deve-se a presença de dois fatores. Um primeiro, já exposto, deriva-se do fato de criticar o conceito de meio ambiente e ao mesmo tempo utilizá-lo com outro conteúdo daquele proposto pelo ambientalismo, um conteúdo provindo da técnica captada em seu sentido amplo; isso será analisado mais à frente, quando tratarmos do meio técnico. E um segundo, deve-se ao fato que suas críticas sobre o conceito de meio ambiente – e, de certa maneira, de toda a temática ambiental que o sustenta – terem sido objeto de reflexão e de motivação de uma réplica de outro importante geógrafo brasileiro, Carlos Augusto Monteiro. Ou seja, as críticas de Milton Santos fizeram emergir dentro do cenário da geografia acadêmica brasileira uma interessante discussão epistemológica e ontológica sobre a validade do conceito de meio ambiente. Esse debate inaugura-se quando Monteiro em um depoimento, redigido de forma pessoal,

¹⁴ Isto, em sua visão, é um grande problema, pois considera que “[...] à geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulação de outros campos” (SANTOS, 2004, p. 87).

¹⁵ “Os geógrafos procedem bastante por analogias, sobretudo em relação às ciências naturais. Aí aparecem duas fontes de erros graves. Inicialmente não se pode transpor, e sobretudo de forma mecânica, o que se passa no mundo físico ao que se passa na história. Em seguida, a analogia muitas vezes leva a examinar os objetos do exterior, o que só permite apreender seu aspecto ou sua forma, quando é o conteúdo que em verdade nos permite identificar, individualizar e definir” (SANTOS, 2002, p. 41).

¹⁶ “Conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações” (SANTOS, 2004, p. 87). Por conseguinte, “[...] as metáforas e as analogias devem ser analisadas e referidas ao seu terreno de origem” (LE COURT apud ibidem, p. 22).

intitulado *A questão ambiental na Geografia do Brasil* (2003) traz uma reavaliação – pois já havia feito uma primeira avaliação em 1981 – da inserção e da importância da temática ambiental à Geografia. Em tal obra, o autor apresenta um primeiro capítulo nomeado *A “Questão Ambiental” na Geografia: uma falsa questão?* procurando contrapor a acusação levantada, principalmente por Santos, de que a temática ambiental não deveria ser objeto de estudo da Geografia. Monteiro escreve este capítulo após se sentir surpreso, como consta na introdução desta obra, com a fala de Maria Adélia Souza na mesa final do evento *Geografia 2001*¹⁷ que rotulou a questão ambiental como uma falsa questão à Geografia¹⁸. Assim, Monteiro – argumentando que a questão ambiental na Geografia já é algo bem fundamentado¹⁹ e que, por isso, não necessitaria uma retomada à averiguação de sua validade ou legitimidade – repassa o questionamento da validade da questão ambiental para Milton Santos e seus seguidores, como Souza, questionando: “[...] quais os motivos que teriam levado a que alguém viesse a por em dúvida a referida ‘questão’?” (2003, p. 13).

O desenrolar desse debate instalado e ainda vigente, foi objeto de uma reflexão em outro trabalho que aqui não haveria a necessidade de retomar (GERALDINO, 2007). O que aqui basta saber é que esse diálogo aberto demonstrou bem a polissemia do conceito meio no cenário atual da ciência geografia brasileira. Pois, mais do que ser constituído de visões diferentes sobre o mesmo conceito, mostrou-se como uma disputa epistemológica pelo conteúdo do *meio*; algo que, para o amadurecimento do discurso científico, é, sobremaneira, salutar. Não seria, então, uma questão de tolerância entre os pares, mas uma verdadeira abertura à discussão²⁰. Encontrando-se aí um terreno preciosamente fértil de consideração ontológica do conceito de meio.

¹⁷ Realizado entre os dias 10 e 12 de Novembro de 1998, na Universidade Federal do Sergipe.

¹⁸ Maria Adélia de Souza tem aproximações amistosas com as ideias de Milton Santos, tendo publicado uma gama de livros em parceria e participado do mesmo grupo de pesquisa na Universidade de São Paulo. O próprio Monteiro aponta tal aproximação nesta passagem sobre o episódio mencionado: “Ao intervir no incidente manifestei meu espanto e – talvez imprudentemente – associei a opinião de Maria Adélia a uma filiação ao pensamento de Milton Santos, cultor de uma Geografia puramente ‘Humana’ onde a natureza não tem quase lugar, sendo algo descartável.... E, naquela ocasião, prometi refletir sobre o caso e quem sabe, cometer mais um ensaio, possivelmente rotulado ‘A Questão Ambiental: uma falsa questão na geografia?’ Recordo-me de haver, no calor do momento, referido-me a geógrafos obcecados pelo humano e que têm ojeriza pela natureza” (2003, p. 11).

¹⁹ Afirmar isso remetendo a dois de seus trabalhos intitulados “Geografia & Ambiente” (I e II) de 1984 e 1997.

²⁰ Sendo isso mesmo algo que o próprio Carlos Monteiro afirmou: “As apontadas diferenças entre o pensamento de Milton Santos e o meu não querem, de nenhum modo, significar que eu esteja certo. [...] É até bem provável que o pensamento de Milton Santos, e seus seguidores, esteja certo. É extremamente proveitoso que haja divergências de pensamento o que – a meu ver – são sinais de vitalidade da ciência. Há de se desconfiar das “unanidades” que são indícios de estagnação” (2003, p. 15).

O que Santos, Souza e Monteiro iniciaram – como, também, os demais autores que apresentamos – possibilita a construção de elementos visando equacionar, o quanto for possível, o sentido do conceito de meio na Geografia. Afinal, a abertura para a discussão de conceitos só faz reforçar seu conteúdo enquanto conceito de uma disciplina, e não de algo fruto da cabeça um autor isolado. Todavia, um adendo deve ser aqui considerado: evidenciar como problema a polissemia de um conceito não é, por contrapartida, o mesmo que ufanar a favor da *monossemização* dele; ficando, assim, uma ciência com seus conceitos presos semanticamente às definições consagradas. Só que, por outro lado, também aceitar a polissemia sem discussão é correr o risco de fragmentar o discurso geográfico. Assim, nestes dois pólos opostos, cria-se uma tensão; porém, uma tensão bem-vinda. Posições diferenciadas sempre existirão em qualquer ciência – lugar próprio para isso – ocorre que as diferenças devem sempre ser esboçadas e postas frente a frente tendendo à síntese. Assim, a monossemia conceitual seria uma totalização em curso, com um fim nunca atingido plenamente; seria uma tendência, um caminho resolutivo de diferentes propostas sobre o mesmo assunto. A partir disso, preserva-se a abertura às novas interpretações sem se correr o risco de impossibilitar o debate entre elas.

Portanto, o debate Santos/Monteiro só se deu por conta de um problema conceitual. Isto é, não haveria prolongamento possível, se Milton Santos, ao criticar o conceito de meio ambiente, sugerisse que esse fosse extirpado do discurso geográfico. Pois, o conceito de meio, para este autor, como dito, é muito caro. As suas considerações teóricas em Geografia formaram uma teia conceitual cujo conceito de meio faz-se nóculo central, talvez, na mesma altura do conceito de *espaço*. O que debatiam era qual o conteúdo geográfico do conceito de meio que utilizavam. Monteiro, argumentando a favor da consideração do meio ambiente como um termo que englobasse os aspectos físicos e naturais aos impactos derivados dos anseios da sociedade ocidental; algo, por sua vez, muito próximo de uma geografia socioambiental defendida recentemente por Francisco Mendonça (2002). E Santos, por sua vez, defendendo a compreensão do termo meio como um atributo do raciocínio técnico.

Assim sendo, após esboçarmos um mapa dos significados do conceito de meio presentes na prática pedagógica e agora na temática ambiental e, também, de verificarmos que das várias críticas que esta última recebeu e ainda anda recebendo, a mais contundente – posto que fez emergir uma salutar discussão epistêmica e ontológica no bojo do discurso geográfico sobre o significado do conceito de meio – foi aquela provinda daqueles que propagam que o conceito de meio só é interessante à geografia científica se considerado sob seu viés técnico. Resta-nos, a partir deste momento, indagar o que se entende, então, por meio técnico.

Meio técnico

A interpretação do conceito de meio vinculado ao fenômeno técnico não é algo que se faz recente no cenário epistemológico da geografia acadêmica. Nomes como Paul Vidal de La Blache, Albert Demangeon, Max. Sorre²¹, Jean Gottman, Pierre Gourou, Pierre George e Jean Labasse; debruçaram-se sobre o tema e contribuíram, cada qual com a sua ótica, decisivamente ao enriquecimento teórico desse vínculo (SANTOS, 2004). Contudo, se, restringindo o campo de análise, focarmos a atenção apenas ao cenário atual da geografia acadêmica brasileira, logo veremos que jamais conseguiremos discorrer por mais de uma página sobre o conceito de meio técnico sem mencionar um nome em específico, esse nome é o de Milton Santos. Dificilmente encontraremos algum geógrafo que atualmente pesquise aspectos da realidade utilizando-se de conceitos como *técnica* ou de *meio técnico* sem a ele fazer referência. Isso se deve ao tamanho da sua influência acadêmica derivada de seus esforços, não isolados, na busca de compreender as intrincadas relações entre geografia e a técnica. Assim, se de fato queremos entender o sentido de uma facetas com as quais o conceito de meio hoje se apresenta, no caso o *meio* como *meio técnico*, necessariamente teremos que nos debruçar na obra deixada por esse autor. Porém, estudar e descrever seu sistema conceitual como um todo extrapolaria em muito os objetivos desse trabalho. Dessa maneira, cabe esclarecer que aqui o entendimento de seu sistema conceitual, e em particular de sua concepção de técnica, não visa outra coisa senão sua direta relação à compreensão do conceito de meio. Meio que, para Santos, quer dizer o mesmo que meio técnico; e que se faz, também, como um dos principais conceitos na sistematização de suas ideias.

Se em 1978 Milton Santos expunha sua insatisfação acerca do trato ao qual vinha sendo dado ao conceito de meio, asseverando, em uma nota de rodapé, que “[...] dificilmente os geógrafos podem reclamar de outros especialistas o uso que fazem de palavras como ‘meio geográfico’, ‘meio físico’, ‘meio natural’, ou simplesmente ‘meio’, pois entre os geógrafos, a ambiguidade é a regra geral” (p. 21). Por sua vez, quase duas décadas mais tarde, após uma sucessão de ensaios, livros e artigos, apresenta detalhadamente uma sistematização ampla de suas ideias na obra *A natureza do espaço* (cuja primeira edição data de 1996), onde o conceito de meio, além de afigurar-se como peça-chave na trama conceitual, aparece metodicamente

²¹ Sorre, segundo Milton Santos, foi “[...] o primeiro geógrafo a propor, com detalhe, a consideração do fenômeno técnico, em toda sua amplitude” (2004, p. 35).

atrelado a outros conceitos como a técnica, a ciência e a informação²². Já no início do primeiro capítulo desta obra podemos ver com clareza o caminho teórico que se concentrará; neste, Santos diz:

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada (2004, p. 29).

Nesta passagem, vários elementos já estão postos. O primeiro, e mais evidente, é a escolha teórico-metodológica feita querendo entender as recíprocas relações entre a sociedade e a natureza pelo viés da técnica. Ou seja, o autor até deixa por entrever que existem outros tipos de relação para este binômio, porém, afirmando ser a técnica a principal, opta por ela. Um segundo, não menos evidente, é a atribuição dual de sentido ao conceito de meio. Isso, pois, se num primeiro momento o termo meio aparece como aquilo que envolve o homem, ou seja, sendo o outro do homem, sua alteridade, seu entorno – o que, por conseguinte, permite a relação –, num segundo momento, o termo meio aparece na própria definição do que é técnica, como sinônimo de recurso. Assim, mesmo nesta pequena e introdutória passagem já se pode identificar, e no transcorrer do texto se confirmar, a dupla designação em que o termo meio é entendido pelo autor: como *entorno* e como *recurso*. Já os outros elementos, apesar de estarem presentes na passagem, não estão tão evidenciados como estes primeiros, abrigando-se no transcorrer do texto. Estes dizem respeito ao significado dos conceitos de *natureza*, *meio*, *técnica* e *espaço* como, também, de suas relações.

Atentemos primeiro à relação entre *natureza* e *meio*. Aquele que iniciando a leitura desta obra depara-se com o trecho já aqui citado: “[...] a principal forma de relação entre o homem e a natureza, *ou melhor*, entre o homem e o meio [...]” (grifo nosso), pode, com razão, indagar-se sobre o que o autor entende por meio e por natureza. Seriam eles termos sinônimos? No decorrer da leitura verá que sim. Apesar de não haver particular preocupação em definir o conceito de natureza, Santos, em vários momentos, considera que a partir do momento em que existe o homem, seu olhar para o entorno natural é dirigido à apreensão prática e simbólica, transformando de imediato a natureza em recurso para suprir sua sobrevivência. Essa apreensão do meio, ou da natureza, é feita pela técnica. Santos chega

²² Segundo Flávia Grimm (2009), a expressão meio técnico-científico aparece pela primeira vez nos escritos de Milton Santos no ano de 1981, para somente após mais de uma década ser modificada, ou melhor, ser acrescentada de mais um termo: informacional. Ficando, portanto, meio técnico-científico-informacional.

mesmo a levantar a pergunta se haveria uma distinção entre o que é natural e o que é artificial do meio. Porém, apressa-se em responder que “[...] para os fins de nossa análise, mesmo os objetos naturais poderiam ser incluídos entre os objetos técnicos, se é considerado o critério de uso possível” (2004, p. 38). Assim, mesmo os objetos provenientes de processos naturais seriam interpretados, pelo “critério do uso possível”, como tendo potenciais finalidades ao homem e, portanto, poderiam ser considerados como meios. Daí, a técnica, segundo o autor, seria uma possível resolução de certa má herança da Geografia de considerar homem e natureza como fenômenos separados.

Se o entendimento da relação entre os conceitos de meio e de natureza em Santos são pautados pela técnica, faz necessário sabermos então qual é a relação entre *meio* e *técnica*. E esta, não muito diferente da anterior, resulta numa quase igualdade dos conteúdos dos termos. Como é expresso em um dos subtítulos de *A natureza do espaço*: “A técnica, ela própria, é um meio” (ibidem, p. 38). Dessa maneira, aquilo que envolve o homem, sua geografia, seu meio, é composto de tecnicidade. O olhar estaria sempre procurando finalidades, por isso, enxergando tudo ao seu redor como meio; mesmo aqueles objetos, como vimos, de origem natural. A geografia faz-se, assim, como resultado histórico de um processo de tecnificação que o homem faz de seu meio. Pois, como disse Santos, repetindo N. Rotenstreich, “[...] a própria história se torna um meio (um *environment*)” (ibidem, p. 40). Sendo o *meio geográfico* o mesmo que *meio técnico*; em suas palavras:

[...] não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico do outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquinico durante dois a três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional (ibidem, p. 41).

Ou seja, o meio geográfico é um resultado da técnica em desenvolvimento. Porém, antes de nos debruçarmos na análise desses novos elementos (científico e informacional) do meio atual, devemos ainda resolver a última relação exposta em questão na primeira passagem: a relação entre o conceito de *meio* e o de *espaço*.

Numa pergunta, meio e espaço, para Milton Santos, também são termos sinônimos? Considerando esta frase do próprio: “É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional” (ibidem, p. 240), necessariamente teremos que responder “sim”. Esta é a passagem que mais evidencia a semelhança entre estes termos, mas em vários momentos das suas obras isso fica subsumido.

Espaço é demonstrado por Milton Santos como algo diferenciável de *paisagem* e *configuração territorial*²³. Todavia, é possível se afirmar – dada, primeiro, a ausência da diferenciação em seus escritos e, segundo, pela simples substituição dos termos sem ressalvas em várias passagens de suas obras – que meio – ora expresso como *meio técnico-científico-informacional* (2004, p. 41), como *meio geográfico* (idem), como *meio social ambiente* (1999, p. 17), como *meio ambiente* (2003, p. 7) ou como *meio ambiente construído* (1998, p. 73) – e *espaço* são termos equivalentes, portanto, sinônimos.

Autorizados por esse raciocínio, talvez não estivéssemos exagerando se interpretássemos o título de seu principal livro como *A natureza do meio*. Afinal, o espaço é composto pelas formas territorializadas mais a sociedade que as anima – ou seja, por objetos e ações²⁴ – e o meio – entendido pelo autor como entorno e recurso, sendo relativo à existência de algum indivíduo ou da sociedade – é, então, também composto de formas territoriais e sociedade propiciadora de dinâmica. E ainda mais, ambos, meio e espaço, existiriam tanto objetivamente quanto subjetivamente. Caso que a seguir pode-se evidenciar na precisão e na sobreposição não conflitiva que o autor faz no uso desses termos:

O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. Na realidade, o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido. Ambos têm a técnica como origem e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma síntese entre objetivo e o subjetivo (SANTOS, 2004, p. 55).

A subjetividade e objetividade relacionadas ao meio aí expressas têm, para Santos, nomes próprios, respectivamente: *psicoesfera* e *tecnoesfera*. Sendo ambas “[...] redutíveis uma à outra” (ibidem, p. 256). A tecnoesfera responde pela materialidade do meio. É o resultado nunca acabado dos processos de territorialização das técnicas, fazendo-se como próteses

²³ “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente” (SANTOS, 2004, p. 103).

²⁴ “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solitário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas com o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 63).

aderidas ao meio natural. Já a psicoesfera é a parte subjetivada do meio. São as ideias amalgamadas à expansiva artificialização do meio. Em um exemplo utilizando-se do território nacional (1998, p. 32), Santos clarifica estes termos ao dizer que a tecnoesfera dá-se como fenômeno contínuo na maior parte do Sul e do Sudeste brasileiro, chegando até quase a cobrir o Mato Grosso do Sul; já a psicoesfera apresenta-se como uma realidade em todo país. Ou seja, mesmo naqueles lugares onde não há uma tecnificação expressiva do território já pode haver alguns comportamentos e desejos, gerados e perpassados pelos meios de comunicação, de regiões altamente tecnificadas. Todavia, psicoesfera e tecnoesfera são aspectos atuais de uma única e mesma realidade: o meio técnico-científico-informacional. E somente o entendimento dessa composição terminológica possibilitará uma melhor compreensão do conceito de meio utilizado pelo autor.

A transformação do meio natural no meio técnico-científico-informacional se dá por etapas de artificialização do entorno. Como talvez se poderia imaginar a princípio, a noção de meio natural não se faz aquela apenas proveniente de um território sem humanos. É possível haver humanos habitando e modificando certa porção do território sem, no entanto, este ser classificado por Santos como meio técnico. Para o autor, o meio natural só passa a ser um meio técnico com a invenção das máquinas; como verificamos nas suas próprias palavras: “Estamos porém, reservando a apelação de *meio técnico* à fase posterior à invenção e ao uso das máquinas, já que estas, unidas ao solo, dão uma nova dimensão à respectiva geografia” (2004, p. 234). Assim, a máquina seria um recorte teórico derivado do entendimento de que seu surgimento alterou significativamente as relações entre sociedade e natureza proporcionando – com a territorialização em formas de estradas de ferro, rodovias, fábricas etc. – uma nova configuração geográfica no mundo. E a consonância com a natureza rompida dá a luz ao um novo meio, o meio técnico.

Milton Santos enfatiza que a relação do homem com a natureza é sempre mediada pela técnica. E, seguindo tal raciocínio, para qualquer ato humano, em um determinado meio, já teríamos que chamá-lo de meio técnico. Pois, uma abertura na floresta ou construções de abrigos feitos com materiais encontrados na natureza e pouco modificados seriam, sem dúvida, frutos de sistemas técnicos. Porém, Santos argumenta que nessas condições de vida – nestes “gêneros de vida”, para lembrarmos um clássico – é presente uma ligação harmônica entre homem e meio; e que mesmo este meio sendo produto de certas modificações, estas, por contrapartida, não seriam tão agressivas, a ponto mesmo de ainda podermos chamá-lo de meio natural. Haveria nestes espaços ou meios a presença de “[...] sistemas técnicos sem objetos técnicos” (ibidem, p. 236). Já o meio técnico conteria objetos resultantes não só de processos

escritamente culturais, mas também de objetos puramente técnicos; estes, no sentido de serem produtos de cálculos racionais que não necessariamente estivessem relacionados aos ditames tradicionais daquele grupo humano. Inaugurando, assim, na história da humanidade, um estranhamento do entorno derivado não mais pela não compreensão dos processos naturais, mas, sim, pelo novo meio resultante dos próprios objetos artificiais. Para ressaltar isso o autor nos lembra que fomos “[...] rodeados, nestes últimos quarenta anos, por mais objetos do que nos precedentes quarenta mil anos” (1998, p. 21). E, de tal modo, os raciocínios dos porquês dos aondes – portando, raciocínios do tipo geográfico – já não podem ser realizados tendo unicamente a cultura local como referência. O meio técnico é produzido tendo outros ditames, outra razão. “A razão do comércio, e não a da natureza, é que preside à sua instalação” (SANTOS, 2004, p. 237). Razão vinda, muitas vezes, de outros lugares. Razão colonizadora, capitalista. Tornando o meio um híbrido cada vez menos fruto de uma ordem proveniente da cultura local para ser resultado de uma razão de tipo comercial; daí é que:

Ontem, o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação, *hoje*, a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o Local ou o Mundo, é cheia de mistérios. Agora que todas as condições de vida, profundamente enraizadas, estão sendo destruídas (A. Wellmer, 1974), aumenta exponencialmente a tensão entre a cultura objetiva e a cultura subjetiva e, do mesmo modo, se multiplicam os equívocos de nossa percepção, de nossa definição e de nossa relação com o Meio (SANTOS, 1998, p. 22).

Data da década de 1970 um incremento científico ao meio técnico. Na verdade, ainda técnico, porém com técnicas inovadoras descobertas por processos acelerados em laboratórios. A ciência potencializou a técnica ao tratá-la como um fim em si próprio; inaugurando, assim, a tecnologia. Essa, por sua vez, é esparramada estrategicamente ao território azeitando ainda mais a tríade de produção, circulação e consumo de mercadorias. Todavia, o alargamento das fronteiras visando uma mais-valia de nível global não poderia vir senão acompanhadas de alguma espécie de controle. Controle tanto na sincronização da produção e circulação de mercadorias em fábricas distantes de suas sedes, quanto na garantia do consumo dessas. De maneira que tão logo que o meio técnico-científico se assentou já foi prontamente adicionado de um mundo de redes comunicacionais sob a forma de cabos submarinos, satélites e antenas, forjando o que hoje temos como a “cara geográfica” (SANTOS, 2004, p. 239) do processo de globalização: o meio técnico-científico-informacional.

Já se fazem razoavelmente claros alguns dos princípios subjacentes quando alguém hoje em dia menciona o termo meio técnico. Obviamente, há possibilidade de haver outras leituras e compreensões, porém, como vimos, não há como fugir muito da fonte aqui mencionada. Sabemos minimamente que meio se relaciona com outros conceitos e também como se relaciona. Sabemos, também, como um crescente processo de artificialização vai paulatinamente modificando seu conteúdo e como esse modificar é periodizado terminologicamente por Santos. No entanto, para satisfazermos a sede de compreensão do que seria entendido por meio técnico, faltaria ainda uma única consideração provinda da questão: Como o meio técnico pode aspirar ser um ente analítico e explicativo da sociedade com autonomia frente às ciências humanas? Questão essa que em outras palavras se exprime: Qual a legitimidade da ciência geográfica segundo essa concepção teórico-metodológica? A resposta necessitará, mais uma vez, da boa utilização do conceito de meio.

Declaradamente inspirado pela filosofia de Jean-Paul Sartre, Milton Santos deixou implícito em seus escritos uma concepção de homem como ser projetivo, como o único ser na natureza que age segundo um projeto de ordem existencial; agindo, portanto, num mundo anterior a ele, agindo como um ser fincado no mundo. Projetar é, de certa forma, um ato de ver-se agindo no futuro. Como sabemos, nem todos os projetos se realizam do modo como foram pensados. Pois, se sempre assim o fossem, habitaríamos um mundo onírico, sem resistência; um mundo ficcional onde não viveríamos, mas atuaríamos num filme do qual também estranhamente estaríamos sentados na cadeira do diretor. E o que se encontra entre a projeção e o ato é o meio ao qual vivemos, ele é a real resistência. Assim, ao longo da história, os homens o enfrentaram e foram, pouco a pouco, por tentativa e erro, modificando-o como objetivavam em seus projetos. Porém, seus projetos, em concomitância, eram também modificados por conta da resistência gerada pelo meio. Os homens foram *geografando* um mundo onde o resultado era reconhecido como fruto de um projeto e de uma ação feita por eles. Os objetos que os envolviam tinham explicações históricas e geográficas. Ou seja, sabiam dos objetos de seu meio os porquês que haviam surgido e o porquês que estavam onde estavam. Porém, como vimos, para Santos, a inauguração do meio técnico acarretou, dentre as suas novidades, um início do estranhamento, que hoje se dá a níveis supremos, em relação aos objetos dispostos no meio. A maquinização do território instalou próteses cujas explicações foram reservadas para poucos técnicos, que por suas vezes, saberiam até explicar seu funcionamento, mas já também não teriam tantas certezas sobre os motivos sociais de seus usos. Nessa constante artificialização do meio, junto ao espraiamento territorial da divisão do

trabalho, formas foram surgindo e sendo substituídas na paisagem já sem explicação, exigindo ainda ações específicas para suas melhores realizações; e dessa maneira:

As ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio. Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional, mas a sua razão é, frequentemente, uma razão técnica. Dentro de uma ordem pragmática, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a racionalidade do meio e não do sujeito (SANTOS, 2004, p. 81).

Mas, então, segundo esta passagem, os objetos estariam agindo? O meio estaria agindo? Seria isso possível? Como bem se sabe, a ação é propriedade de um sujeito e, portando, não poderíamos de forma alguma considerar um objeto como um ser agente. No entanto, se de fato queremos entender os processos da realidade, não devemos nos contentar com apenas as construções linguísticas vigentes. Muito das vezes um raciocínio complexo sofre para conseguir ser expresso pelo ranço de lógicas mais simples que se assentaram semanticamente nos discursos. Neste caso, dizer que os objetos de maneira alguma podem agir – dando-se por satisfeito com a réplica – é no mínimo preocupante para a legitimação do discurso geográfico. Afinal, seguindo este raciocínio simplório, a geografia de um lugar não participaria das ações presentes nele; o que acarretaria uma pergunta cuja resposta, podemos facilmente prever, seria inevitavelmente desoladora: Para que então estudar geografia? Se atentarmos bem para isso, certamente iremos ver o valor presente na passagem seguinte:

Objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer destinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos “valorizam” diferentemente as ações em virtude de um conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de um modo uno, isto é, não-separado, objetos e ações “agindo” em concerto (ibidem, p. 86).

Antes de tudo, é interessante vermos que os limites da linguagem estão presentes nos termos entre aspas “valorizam” e “agindo”. Mas o que de fato devemos nos ater, é a argumentação a favor da importância de se considerar o meio ao qual se dá ação. Não é preciso lembrar que vivemos num mundo onde o meio é cada vez mais artificializado, ou seja, feito por artifícios produzidos por sujeitos. Sujeitos plenos em intenções. Intenções que se cristalizam em formas de objetos que aceitam as ações de maneira diferenciada, seletiva. Assim, o trabalho morto materializado no meio ergue-se como dado não passivo na sociedade. Justamente porque “[...]”

a práxis inscrita no instrumento pelo trabalho anterior define *a priori* as condutas [...]” (SARTRE apud SANTOS, 2004, p. 299). O meio entendido como produto social faz-se, então, como uma entidade explicativa das sociedades. Pois, a “[...] cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente” (SANTOS, 2004, p. 110). Essa idéia, transposta sob certas modificações por Santos à Geografia, é aquela mesma lançada por Sartre em seu *Crítica da Razão Dialética*; afinal, nas palavras de Santos, “[...] podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte” (ibidem, p. 317).

Se o meio, constituído inegavelmente de uma ordem geográfica, ganhando cada vez mais intencionalidade, seleciona ações, então, também se faz como possibilidade de resposta aos questionamentos contemporâneos acerca de umas facetas do fenômeno humano. Este ser, explicado enquanto agrupado em sociedade, seguidor de uma cultura, determinado por ordens políticas e econômicas, fruto de um enredo histórico, possuidor de uma biologia e psicologia única; também pode ser revelado como um resultado sempre inacabado das relações necessárias, mediadas pela técnica, com o meio constituído por determinadas formas e conteúdos. Assim é, para Milton Santos, que a Geografia, enquanto disciplina acadêmica, ganharia seu quinhão de terra nas explicações da ordem humana.

Bem, se queríamos elucidar um pouco sobre o conteúdo subjacente ao termo *meio técnico* no bojo da Geografia brasileira, esta breve adentrada ao pensamento de Milton Santos já nos dá alguns parâmetros importantes para serem considerados. Vemos, por exemplo, que em relação ao *estudo do meio* e ao *meio ambiente* a concepção de *meio técnico* é a mais bem articulada num sistema conceitual – forjado em consonância às questões mais latentes dispostas na epistemologia de nossa disciplina – e também que traz a maior capacidade de abraçar elementos do real. Pois, se o *meio* do ensino do meio não está evidenciado por falta de consenso teórico e o discurso ambientalista denota utilizar-se do meio compartimentado somente às ações humanas depredatórias da natureza; o meio técnico expande aos horizontes de toda e qualquer ação humana na natureza, não deixando de considerar outros elementos de ordem social e histórica como, por exemplo, o atual período de globalização.

Meio geográfico

Após termos estabelecido neste primeiro capítulo alguns princípios que regem a linguagem conceitual e, depois, de havermos analisado três das quatro esferas em que o conceito de meio

estaria alocado no discurso geográfico, nada seria mais lógico que então partíssemos a procura do como é entendido o conceito de *meio geográfico* hoje. Ocorre, como foi se possível entrever ao longo do texto, que se há alguma espécie de consenso entre todos aqueles que se utilizam do conceito de meio na Geografia hoje – aqueles que o utilizam no ensino, sob a temática ambiental ou sob o seu estatuto técnico – este é derivado do fato de entenderem ser o *meio* do qual falam, o próprio *meio geográfico*. Ou seja, os três tipos de *meios* analisados requerem ser sinônimos do conceito de *meio geográfico*. E a despeito de raríssimas exceções, não encontraremos hoje no discurso geográfico brasileiro aquele que se preocupe em separar o conceito de meio geográfico do conteúdo teórico daqueles outros três analisados. Bem, na verdade, dois. Pois se lembrarmos que o *meio* do estudo do meio não existe como um conceito particular, sendo dependente de formulações externas, veremos que existem basicamente dois grandes nichos teóricos ao qual o meio se apresenta, a saber: o meio ambiente e o meio técnico²⁵.

Assim, do que vimos até o momento, podemos concluir que – respondendo a pergunta motivadora deste capítulo: “Como é entendido o conceito de *meio* no discurso da geografia científica brasileira?” – quando alguém se reporta ao termo meio, utiliza-o em uma dessas cinco possíveis perspectivas: 1. como sinônimo de qualquer outro conceito, ou seja, quando alguém transpõe o conteúdo teórico de algum conceito que de fato estaria se referindo mudando o rótulo dele para *meio*; 2. para tratar das questões da desregulada apropriação da sociedade ocidental sobre a natureza, utilizando-o como meio ambiente; 3. referenciando-o pelas contribuições de Milton Santos, ou seja, como meio técnico; 4. referenciando-o em alguma definição clássica de meio geográfico; 5. ou o utilizando propondo uma definição original, caso, por exemplo, de Luiz D’Agostini (2002) que mais a frente, no capítulo 3, analisaremos.

Podemos ver também que afóra um importante, porém recente e diminuto, diálogo aberto entre os detratores do termo meio ambiente, seus defensores e os defensores do meio técnico, não aparentam haver, exceto raras exceções, outras tantas manifestações preocupadas em dialogar a respeito dos conteúdos próprios do conceito de *meio*. Faz-se, igualmente, ainda rara a preocupação de trazer este diálogo aos parâmetros epistemológicos. Contrariamente a isso, é também um tanto quanto difícil passarmos a vista, por exemplo, pelo sumário de

²⁵ Há, é certo, quem utilize o conceito de meio geográfico cujo conteúdo traz relativa independência desses dois tipos teóricos preponderantes. Referenciando-o por algum autor hoje dito como *clássico*. Ocorre que os que fazem isso são espreitados de perto pelo problema de anacronismo. Pois os conceitos mudam com o tempo e o uso de uma definição antiga do *meio* para os dias de hoje pode incorrer numa falta de adequação aos conteúdos da nossa realidade.

qualquer recém-lançado periódico de Geografia e não depararmos com o seu uso. Em verdade, tal termo dá sinais claros de padecer de um consenso usual cujo conteúdo nem sempre se mostra claro ou pertinente a todos. Algo que em muito se assemelha – devido ao seu extensivo sub-entendimento aliado intrinsecamente à sua pouca precisão – aquela noção de “obstáculo verbal” proposta por Gaston Bachelard (1996).

Mas, será que essas interpretações variadas de seu conteúdo não teriam uma raiz comum? Como será que adentrou o conceito de meio na Geografia? Quais as características que se fizeram balizadoras do que hoje se chama de *meio geográfico*? Investigar suas origens ajudaria na tentativa de dissipação das inseguranças relativas ao seu uso? O capítulo seguinte faz-se como uma grande resposta “sim” para essa última questão e, também, como um adentrar epistemológico visando, ao menos, dar uma resposta para as demais. Dessa feita, se neste capítulo vimos traços constituintes do “ambiente do meio” hoje, rumaremos agora na busca pelo percurso histórico que fez o “meio na Geografia”.

II. O MEIO NA GEOGRAFIA

Como surgiu e como foi trabalhado o conceito de meio na Geografia? Qual seria sua importância teórica? Teria ele o que poderíamos chamar de uma *episteme acadêmico-geográfica*? Ou seja, uma raiz e um tronco teórico formado e consolidado em nossa disciplina? São essas perguntas que expressam as intenções mais latentes do presente capítulo. Assim, para irmos atrás de suas respostas, partiremos antes do pressuposto que os sentidos atribuídos ao conceito de meio no discurso geográfico não são passíveis de serem compreendidos com razoável clareza se resumidos apenas a uma investigação de cunho epistemológico interno à ciência geográfica. Isso, pois, ainda que os objetivos aqui presentes estejam circunscritos unicamente à Geografia, os significados atribuídos ao conceito de meio revelam-se anteriores a constituição de nossa ciência como disciplina acadêmica; adentrando a ela já com múltiplas conotações tramadas e advindas de outros campos do saber. De modo que o aglutinamento de significados sob o mesmo rótulo *meio* só, então, será satisfatoriamente apreendido se de início o captarmos em seu transitar pelas diferentes áreas do conhecimento; verificando, assim, ponto a ponto, quais foram as mutações conceituais motivadas pela sua flagrante trajetória interdisciplinar. Portanto, este capítulo tratará primeiro de como foi forjado o conceito de meio no pensamento científico, para depois debruçar-se ao entendimento de que maneira a Geografia o apropriou ao seu discurso.

Percurso nas ciências

O historiador francês Lucien Febvre abre a introdução de sua obra *La terre et l'évolution humaine*, publicada originalmente em 1921, proferindo:

Não digamos que há dois grandes problemas – a expressão implicaria a existência de dados definidos e de certezas prévias que rareiam muito nesta matéria; mas sim dois conjuntos, vastos e confusos, de questões mal delimitadas que qualquer espírito curioso de história encontra, logo de início, no seu caminho. Duas palavras, duas etiquetas, são o bastante para definir: fala-se corretamente do “problema da raça” e do “problema do meio”. Quereríamos definir aqui os termos do segundo (1945, p. 413).

Reconhecendo ainda que “[...] há séculos já que o problema é posto” (ibidem, p. 414) – e entendendo *meio* como algo sendo o conjunto das influências exteriores agindo na conduta dos seres humanos – parte, tão logo após esta afirmação, para uma extensa análise adentro à história das ideias, remontando a algumas posições teóricas datadas de mais de dois milênios. Iniciando com considerações analíticas sobre Hipócrates em *Dos ares, das Águas e dos Lugares*; Platão nas *Leis*; Aristóteles na *Política*; passando por Montesquieu em *Espírito das Leis*; Jean Bodin em sua *República*; e por tantos outros ilustres pensadores até chegar, finalmente, naquilo que realmente almejava: a Geografia; esta, entendida enquanto ciência geográfica. Para daí se concentrar, então, em essencialmente levantar um embate pautado entre os escritos de Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache – a respeito das possibilidades de haver ou não a determinação do meio – para depois encerrar, contra Ratzel, com argumentos favoráveis ao segundo, não por acaso, seu mestre²⁶ (DOSSE, 2004).

Essa preocupação de Febvre em resgatar os argumentos desenvolvidos pelos autores clássicos da análise das interferências externas nas sociedades também esteve presente entre os geógrafos. Quando, por exemplo, Ratzel, Vidal de La Blache e Sorre iniciam seus, respectivamente, *Antropogeografia*, *Princípios de Geografia Humana* e *Geografia Psicológica*, também procedem por essa mesma fórmula. Ocorre, porém, que se esses três últimos autores diziam sobre as influências exteriores já se utilizando da designação conceitual “meio” – ainda que, como veremos, em Ratzel isso não fosse tão constante e preciso como em La Blache e, principalmente, em Sorre – os autores clássicos abordados por

²⁶ Como mostrou Larissa Lira (2008), Lucien Febvre foi o primeiro intelectual a fazer um esforço de sistematização da ciência geográfica francesa. No entanto, apesar de ser discípulo conhecedor das ideias de Vidal de La Blache, não tinha em mãos, até finalizar a sua *A terra e a evolução humana*, a capital obra teórica do mestre intitulada por *Princípios de Geografia Humana*, que só foi vir a ser organizada por Emmanuel de Martonne no ano seguinte, em 1922. Assim, mesmo que tenha feito esta obra com a boa intenção de proteger teoricamente a Geografia das críticas da Morfologia Social proposta pela Sociologia embasada por Émile Durkheim (LACOSTE, 1988), Febvre, como bem pontuou Lira, “[...] acaba por colocar questões que, como o livro teórico de Vidal de La Blache esclarecerá pouco mais tarde, não fazem parte dos fundamentos da geografia francesa, mesmo que ele entenda ser um de seus ‘representantes’” (2008, p. 6). Acarretando, sobretudo, àqueles que insistem em teorizar a partir do embate possibilismo lablachiano *versus* um determinismo ratzeliano – aventado por Febvre nesta mesma referida obra – o risco de incorrerem, logo de início, num típico caso de anacronismo.

Febvre não apresentavam esse mesmo uso terminológico. Notadamente, não se prendiam pelo uso do conceito de meio, mas sim, pelo interesse em comum de estabelecer princípios e coordenadas a respeito de como as alteridades mesológicas podiam interferir no ser humano e em sua história. E, para isso, utilizavam de um leque conceitual que variava dentre muitas designações, como: *solo*, *teatro*, *clima*, *circunstâncias*, *terra*, *território*, *quadros*, *ambiente*, *geografia* e, às vezes, também, *meio*.

No entanto, apesar do conceito meio, sem dúvidas, ter como um dos seus conteúdos mais caros aquilo que estes pensadores expunham sobre as interferências exteriores sob uma gama variada de termos, não o podemos confundir, em contrapartida, diluindo-o neles. O que quer dizer que o meio tem uma história que lhe é própria. Uma história singular que, por vezes, o faz ser confundido com outros termos, mas, se bem delineada, permite-nos entrever os porquês tanto de sua larga extensão, quanto de sua especificidade no discurso científico e geográfico. Permitindo-nos, assim, acompanhar as mudanças ao longo do tempo de seu conteúdo e de sua forma; tempo esse, vale adiantar, sintetizado a um período muito mais diminuto do que toda uma demorada retrospectiva do temário sobre as influências exteriores. Desse modo – e se realmente pretendemos compreender o conceito de meio utilizado hoje – devemos antes acompanhar a formação de suas características que chegaram à geografia acadêmica forjadas em consonância com a sua própria expressão terminológica: *meio*.

Segundo Georges Canguilhem (1989), a origem de toda a história científica deste conceito está presente nos escritos de Isaac Newton. Neles já se encontram os sentidos iniciais do termo, como também, as suas primeiras acepções teóricas. *Meio*, portanto, nasce no bojo da insipiente Física moderna sob a égide do paradigma mecanicista. Ainda que, primeiramente, não com esse mesmo nome, mas sim, o de *éter* (*aether*).

O questionamento sobre a existência ou não do éter cósmico percorreu séculos em aberto, centrando-se basicamente na possibilidade de haver ou não o vácuo entre os corpos estelares. Mas, é somente no início da era moderna que esse questionamento se intensifica. E o principal embate ao seu respeito se encontrou nas críticas newtonianas à filosofia cartesiana. Ainda hoje é polêmica a defesa que Newton teria abandonado por completo o conceito de éter admitido por René Descartes. Esse último, mecanicista de uma fase anterior, postulava ante a filosofia escolástica predominante de sua época, que na natureza não existiria qualquer tipo de força imanente aos corpos, que a natureza em si seria pura materialidade extensiva e que o movimento presente nela seria derivado apenas de choques entre os corpos que lhe constituíam. Desse modo, para esse francês considerado pai da Filosofia Moderna, não haveria espaço possível entre os corpos. Tudo na natureza estaria materialmente conectado;

inclusive os corpos estelares com aquilo que – recorrendo à expressão dos antigos, como Anaxágoras e Aristóteles – chamava de *éter*. Éter que, por sua vez, não era mais que uma substância extensiva que sustentava os astros em movimento no cosmos.

Newton, a princípio, contestou a existência desse éter cartesiano, argumentando que se houvesse toda essa materialidade presente entre os corpos estelares haveria, então, a necessidade de existir um grande poder de inibição de seus movimentos constantes devido a força de atrito; o que, ao passar do tempo, faria cessar os movimentos passíveis de serem constatados por qualquer um, noite após noite, na abóboda celeste. Defendeu, então, contra Descartes, que haveria sim a possibilidade do vácuo e também que a luz poderia mover-se através dele sem maiores interferências. Dessa feita, se nas proposições de Descartes não haveria terreno para se pensar em um algo entre os corpos, com Newton, isso já se torna coisa, a princípio, aceitável. Mas, não nos enganemos. Newton, apesar de dar este passo revolucionário ao contestar a existência do éter admitindo a possibilidade de algo semelhante ao vácuo entre as estrelas, nunca deixou de ser um ferrenho mecanicista. O que significa que a materialidade constituinte da natureza não lhe poderia jamais deixar de ser sua base teórica²⁷. E como tal, não poderia consentir em suas teorias lacunas incompreensíveis no que se refere à ação e a reação entre os corpos a distância. Mesmo deslegitimando o éter corpuscular até então aceito, não deixava de se questionar o como que as ações a distancia poderiam ocorrer. Por que meios ocorreriam? Haveria de ter entre os corpos co-agentes uma matéria ou, se não, um algo qualquer que permitisse tal ação. E justamente para que adequasse seu mecanicismo sem ter que recorrer à teoria do movimento por colisão proferida por Descartes, foi que Newton reabilitou com outros ares aquele velho princípio chamado de éter. Agora, este se apresentava não mais com uma corporeidade rígida, mas como um fluido possibilitador da passagem da luz sem nela interferir. Esse novo *éter luminoso* não era composto pelas mesmas substâncias dos corpos estelares, era, em certa medida, um *entre-corpos*, ou seja, aquilo que ficava em meio a eles. Fazia-se, então, como um ponto médio entre os corpos (entre o Sol e a Terra, por exemplo) e, também, como um possibilitador, um veículo, para que nele se propagasse a luz.

²⁷ Um elucidativo exemplo das raízes ainda fundamentalmente materialistas de seu mecanicismo pode ser conferido na passagem: “É inconcebível que a matéria bruta inanimada possa (sem a mediação de algo mais que não é material) operar sobre outra matéria, e afetá-la, sem contato mútuo... Que a gravidade seja inata, inerente e essencial à matéria, de modo que um corpo possa atuar sobre outro à distância, sem a mediação de algo mais, por meio do qual e através do qual sua ação ou força possa ser transmitida de um para outro, é para mim um absurdo tão grande que acredito que nenhum homem dotado, em assuntos filosóficos, de qualquer qualidade competente de pensar, possa jamais nele incidir” (NEWTON apud OLIVEIRA, 1997, s/p.).

E eis que aqui então nos deparamos em face aos sentidos teóricos originários do *meio*. Ainda que sua forma terminológica, como já dito, não fosse correspondente a designação de *meio*, mas sim a de *éter*, ela não estaria muito longe desse nome futuramente. Afinal, o *éter* era nada mais que uma coisa que estava em meio a dois corpos localizados ou, então, um algo que se fazia meio para que uma relação entre eles pudesse ocorrer²⁸. Todavia, no que tange ao seu conteúdo, já se pode encontrar, com bastante clareza, os três dos seus primeiros sentidos que se farão base para todas as outras elucubrações posteriores; são eles: 1º. ser aquilo que está entre, um entremeio; 2º. ser aquilo que possibilita algo, um veículo, um recurso; 3º. ser aquilo que envolve um corpo, um invólucro. Certo que este terceiro sentido não é utilizado por Newton com a mesma importância ou frequência que os dois primeiros, mas não deixa de existir como uma decorrência lógica do simples raciocínio: ora, se há um fluido entre corpos, logo, este os envolve.

E aqui cabe uma ressalva. É importante, antes de continuarmos, termos em mente que essas três características iniciais não se formaram ao longo da história das ideias apenas com a discussão sobre o *éter*. Pois, anteriormente, o meio já era utilizado para designar, por exemplo, na filosofia aristotélica um ser intermediário e extensivo a outros, nomeado em grego pelo termo *metaxu* (AUROUX apud CASTRO, 2005). Porém, é com Newton que tal conceito terá seu grande catalisador teórico. A influência que este pensador exercerá em toda a posterior ciência realizada em academias fará com que os pesquisadores de outras áreas do conhecimento se inspirassem na metodologia científica proposta por ele e importassem de sua Física termos, modelos e raciocínios metodológicos. O que em outras palavras significa dizer: fazer ciência logo após Newton era fazer ciência tal e qual a Newton. E é por isso que, concordando com Canguilhem (1989), podemos considerá-lo como ponto de partida epistêmico da história conceitual que o *meio* realizará. História marcada, sobretudo, como dito, pelo seu enveredar por diferentes disciplinas; ora agregando, ora perdendo significados. Tornando-se, ao longo do tempo, como bem assinalou Murilo de Castro, fundamentalmente um “conceito nômade” (2007b).

Curiosamente, o primeiro “pular de área” das andanças que o meio fará pelas nascentes ciências acadêmicas é também dado pelo *Sir* Isaac Newton. Ainda segundo Canguilhem (1989), veremos que será ele o responsável por fazer o meio saltar do campo da

²⁸ Se Isaac Newton não se utilizou do termo meio, em 1772, porém, a *Encyclopédie* de Denis Diderot e Jean d’Alambert já fazia constar um verbete designado por *milieu*, com conteúdo pautado totalmente na mecânica newtoniana (CANGUILHEM, 1989). Na prática, fazia-se apenas como um sinônimo afrancesado do *entre-algo* que era o *éter* (*aether*). E sua própria etimologia francesa, bem lembrada por Murilo Castro (2007c), denota isso: *mi-lieux*, “entre-lugares”.

Física – mais especificamente, da Astronomia – para os férteis terrenos das ciências da vida, a Biologia. Mas, não sem um significativo porém, a saber: tal mudança de área não representou alteração conceitual alguma das diretrizes forjadas na resolução do problema do éter. Em verdade, Newton, ao estudar os fenômenos da ótica, apenas transpôs os princípios do meio interestelar à temática fisiológica. Dizia que para a luz sair de um ponto luminoso e chegar como imagem para o ser vidente, ela deveria necessariamente passar por um meio adequado; senão, não haveria a possibilidade do fenômeno da visão se realizar. E esse meio adequado ao qual falava, compreendia desde o ar a tudo o mais que nele estivesse imerso pelo qual a luz haveria de passar, bem como, por exemplo, as estruturas fisiológicas componentes do olho. Ou seja, algo orgânico como o olho tornar-se, então, um meio para captação da luz. Assim foi que a ideia presente na segunda acepção de meio em Newton, a de veículo, ganhou reforço em sua conotação como recurso. Mas o que certamente se faz como mais importante nessa breve tematização fisiológica do meio por Newton, é o fato de considerar a relação entre um organismo e seu envoltório. Ou seja, aquilo que era somente um entreposto entre os astros, inicia-se na concepção de ser o invólucro de um organismo vivo. Portanto, o *meio* que com Newton teve sua origem como éter – nos sentidos de ser um entre-corpo interestrelar e também de um possibilitador luminescente – passa a ser considerado como um algo envolvente ao ser vivente. Dessa feita, a mecânica newtoniana, outrora utilizada para desvendar os fenômenos da natureza inanimada, adentra de forma peremptória, ainda que timidamente, aos assuntos referentes à natureza orgânica, viva; influenciando decisivamente o uso que se fará do conceito meio nas nascentes ciências biológicas.

Como descreve Gustavo Caponi (2006), as primeiras reverberações do cientificismo newtoniano sobre as ciências da vida se centraram, em meados do século XVIII, no nome de Carolus Linnaeus ou, simplesmente, Lineu. Historicamente famoso por ter realizado a classificação taxonômica binomial das espécies, Lineu acreditava que os seres vivos tinham para com suas circunstâncias relações pautadas por aquilo que chamou de “economia natural”. Segundo esse princípio, as diferentes espécies teriam sido criadas, *desenhadas*, por um *desígnio* divino, e postas sabiamente por Ele em lugares adequados às suas necessidades de sobrevivência²⁹. Nestes habitat, se deparavam ora com sérias dificuldades, ora com sumas

²⁹ Neste caso, faz-se no mínimo interesse notarmos que os termos *desenho* e *desígnio* possuem a mesma raiz etimológica. Isso, pois, tais termos denotam bem o cuidado conceitual que os pensadores criacionistas, como Lineu, tinham para explicar a criação das formas de vida realizadas por um *desenhista* metafísico e supremo; nos moldes da divindade judaico-cristã. Em verdade, estes pensadores sentiam-se plenamente satisfeitos de suas teorias teológicas ao observarem a exatidão de encaixe das formas apropriadas dos organismos aos meios em que habitavam; viam-na como uma comprovação científica e incontestada da existência de um criador raciocinando atrás delas (DAWKINS, 2001).

oportunidades, porém, sem nunca que a somatória das dificuldades fosse do tamanho que pudesse fazê-las desaparecer, extinguindo-se. Sendo, justamente, essa segurança de permanência que bem demonstrava a harmonia entre elas mantida pelo desígnio divino. O equilíbrio entre os meios e os fins recíprocos das espécies num determinado território é o que então constituía o mote da assim denominada *economia natural* defendida por Lineu. Na passagem a seguir, ela aparece explicada com as palavras do próprio:

En cada planta, en cada insecto, observaremos alguna habilidad particular que no encontramos en los otros cuerpos. Y, después de haberlos comparado entre ellos, constatamos que eso no fue hecho al azar, sino con un fin preciso y determinado, por una causa determinada, que sirve, sea a la propagación de la planta o del animal, sea a su conservación, *sea en función de aquellos otros seres con los que se vincula*. Constatamos cómo las plantas se conservan contra los rigores de los elementos y contra los ataques de los animales; cómo cada animal goza de sus medios de defensa, gracias a los cuales se puede proteger de los ataques de los otros; de tal manera que nada de aquello que ha sido creado pueda ser destruido (LINEU apud CAPONI, 2006, p. 11).

Vê-se que nessa ideia lineana de natureza não se encontrava espaço algum para possíveis modificações tanto por parte dos seres vivos – como os princípios de extinção ou mesmo de evolução – quanto, também, do meio ao qual habitavam. Era, portanto, uma ideia predominantemente *fixista* das espécies e de seus respectivos ambientes.

Porém, apesar desta teologia natural lineana não ir muito longe no que diz respeito ao desenvolvimento das relações entre os seres vivos e os seus meios – já que, como vimos, aferia o dogmatismo estanque da hipótese divina bem no início de sua teoria – ela, por outro lado, ganhou sua importância, dentro da história das ciências, por identificar uma semelhança entre a morfologia dos seres, bem como de suas ações, com seus respectivos meios; buscando sempre fazer uma ligação de cunho racional entre essas duas esferas, a saber: as formas de vida e as formas na superfície da Terra. E foi desse modo que tal método de análise preparou o terreno para aqueles pensadores que, previamente desconfiados da permanência eterna das espécies, começassem a especular sobre a hipótese de que as já sabidas modificações dos meios geravam correspondentes modificações morfológicas dos seres. E é a partir daí, então, que se abriram as portas para que os elementos do mundo vivo passassem a ser interpretados com o movimento de suas formas em decorrência de suas relações com o meio; os vivos, portanto, modificavam-se.

Contemporâneo e principal rival de Lineu, Georges-Louis Leclerc – mais conhecido como *conde de Buffon* – foi o responsável por levar abaixo a concepção de Jardim do Éden

dada pela teologia natural. Afirmando que o meio poderia agir no processo de modificação dos seres, tornou-se referência para todos os posteriores pensadores que se iniciaram por deixar, pouco a pouco, a hipótese divina de lado para partirem em busca de explicações apenas naturalistas da realidade³⁰. Seu principal discípulo, Jean-Baptiste de Lamarck – autor do neologismo *biologia* e que, segundo Caponi, não foi mais que um “buffoniano radical” (2006, p. 14) – seguindo estritamente as ideias do mestre, introduziu ao conceito de meio uma significativa mudança. Ainda que não se utilizando propriamente da terminologia *meio*, mas de influências circunstanciais (*circumstances influentes*)³¹, Lamarck via todos os seres vivos imersos em fluidos possibilitadores de suas existências; fluidos como a água para os peixes e o ar às aves. Daí, também, por sempre ter dito *circunstâncias* no plural, pois entendia que cada ser tinha um específico meio de existência. Porém, diferente de Lineu e dos demais fixistas, via que os seres imersos nestes fluidos alteravam sua morfologia justamente para se adequarem aos meios dos quais viviam. Mudanças das circunstâncias, segundo ele, colocariam a prova os seres, sendo que suas próprias sobrevivências estariam intrinsecamente atreladas à capacidade de se alterarem, labutando em esforços contínuos, na sempre tentativa de literalmente se *conformarem* a elas. Assim, utilizando-nos das palavras de um geógrafo que, dentre outras tarefas, também se dedicou ao estudo deste naturalista francês, podemos ver que:

Segundo Lamarck as grandes mudanças que se verificam nas condições externas produzem grandes alterações nas ações da vida. Se as novas necessidades se tornam permanentes, os organismos assumem novos hábitos ou realizam novas ações que se tornam habituais, produzindo a formação de novos órgãos e o seu revigoramento, enquanto velhos organismos se atrofiam e se desmembram. Com as modificações da habitação, da posição geográfica, do clima, do alimento, dos hábitos de vida, vemos do mesmo modo a alteração das dimensões dos organismos, de sua forma, da proporção de suas partes, cor, espessura, elasticidade etc (RATZEL, 1990, p. 42).

Ratzel, acima, descreve a famosa *lei de uso e desuso* defendida por Lamarck como principal fator, ao passar de milhares de anos, de alteração corporal das espécies. E justamente ao

³⁰ Uma mostra de sua influência na Geografia, no tocante ao entendimento da união homem/meio apenas de caráter naturalista, pode ser encontrada em Lucien Febvre ao afirmar que “[...] a ideia excelentemente formulada por Vidal de La Blache nos seus artigos sobre os gêneros de vida, encontra-se em Buffon” (1954, p. 419).

³¹ Segundo Ladande (1999) e Canguilhem (1989), o primeiro a utilizar a terminologia *meio* em seus escritos, com o sentido referente àquilo que envolve um organismo, foi o naturalista francês Étienne Geoffroy Saint-Hilaire. Baseado no mesmo conteúdo do termo *circunstância* proposto por Lamarck e também influenciado pelo mecanicismo newtoniano, Saint-Hilaire escreveu num relatório à Academia de Ciências, em 1831, o termo *le milieu ambiant* (o meio ambiente).

admitir a possibilidade de alteração morfológica dos seres pela necessidade de adequação ao meio, Lamarck, deu para esse conceito um novo estatuto antes não encontrado na acepção newtoniana que influenciará Lineu. Até Buffon e Lamarck aparecerem no cenário científico, o *meio* era algo reconhecido como passível e permissível. Passível, pois, absolutamente não agia. E permissível, pois se fazia meio para algum fim. Mas este conceito, com Lamarck, modifica-se, passando a ser um delimitador da vida. *Agindo*, ainda que sem alguma intenção e indiretamente, causa, com o passar do tempo, novas formas e estruturas morfológicas aos seres orgânicos. Então, àquelas três concepções de Newton, que se prolongaram incontestes até aqui, soma-se, agora, mais uma, a saber: 4ª. ser aquilo que modifica os seres vivos. Assim, daquela suprema passividade inerte do meio aflora-se um diminuto, mas não sem importância, princípio de ação.

Neste ponto, porém, outra ressalva carece ser feita. Tanto Canguilhem (1989) quanto Caponi (2006) alertam que uma interpretação precipitada da ação do meio lamarckiano nos seres a fim de selecioná-los é equivocada por antecipar um raciocínio que só mesmo veio a aparecer meio século depois nas figuras de Alfred Wallace e Charles Darwin. Em seu *Philosophie Zoologique* de 1809, Lamarck argumentava que mudanças no meio gerariam por decorrência direta mudanças morfológicas dos seres sem que houvesse, nas alterações desses últimos, qualquer tipo de vantagem seletiva ou fortuita adaptação. Em verdade, este pensador francês tinha convicções que tais modificações seriam algo como deformações das formas originárias dos seres. Desse modo, e concordando com Canguilhem, podemos dizer que a visão lamarckiana do ser vivo no meio pode ser descrita como “desanimadora e desolada” (1989, p. 136); ou talvez, em uma precisa e elementar palavra, melhor poderíamos defini-la como *conformada*. Assim, faz-se importante que o clássico exemplo do pescoço da girafa seja bem entendido para que não corramos o risco de tornar nossa interpretação anacrônica. Pois, basicamente, não o podemos olhar com os olhos darwinianos; fato que, aliás, infelizmente é didaticamente feito com recorrência. Portanto, vejamo-lo com o cuidado necessário.

Lamarck dizia: as girafas num esforço constante para alcançar as ramas mais altas de algumas árvores fariam com que seus pescoços alongassem minimamente durante sua vida e que tal variação de tamanho seria passada para seus descendentes por meio da transmissão de caracteres adquiridos³². E até aí, tudo está correto. O problema instaura-se quando

³² Nas palavras do próprio: “A girafa vive em lugares quase sempre áridos e sem ervas. Isso a obriga a pastar as folhas das árvores, e se esforçar continuamente para atingi-las; resultando desse hábito, se sustentando por muito tempo em todos os indivíduos de sua raça, que suas pernas dianteiras tornaram-se mais longas do que as traseiras e que seu pescoço se alongou tanto que a girafa, sem se colocar sobre as patas traseiras, eleva sua cabeça e atinge seis metros de altura [...]” (LAMARCK apud MARTINS, p. 42, 1997).

interpretamos darwinianamente que o aumento progressivo do pescoço estivesse causando a elas melhorias adaptativas³³. Ora, Lamarck não apresenta argumento algum que nos autorize a entender o exemplo desta maneira. As girafas lamarckianas de nada ganhariam em vantagens. Pois, como dito, tais girafas de pescoços alongados seriam frutos de *deformações* e não de *seleções*. Argumento que se evidenciaria, servindo-nos de um exemplo posto pelo próprio, no caráter desengonçado de seu andar. Tais girafas seriam, assim, desvios dos tipos originários. Atentando a isso, então, constataremos que a visão de Lamarck sobre as relações seres/meios nos mostra que ele estava “[...] definitivamente mais perto da temática buffoniana da degeneração que da temática darwiniana de adaptação” (CAPONI, 2006, p. 16). O que, por sua vez, acarretaria ao conceito de meio de Lamarck a característica de poder sim modificar os seres, entretanto, modificações estas, entendidas sob o sentido degenerativo e não, necessariamente, seletivo ou beneficiário.

A comunicação apresentada, sem a devida atenção do público, em 1858, com a co-autoria de Alfred Wallace à Sociedade Lineana de Londres³⁴, e depois a publicação de *A Origem das Espécies* no ano seguinte, fez do naturalista britânico Charles Darwin o primeiro a propor que a modificação dos seres era ativamente desempenhada pelo meio. Em verdade, sua proposta de adaptação por evolução natural era dependente da compreensão conjunta de dois fatores. O primeiro seria correspondente às forças reguladoras do meio. E o segundo corresponderia às ligeiras diferenças que surgem no nascimento de indivíduo para indivíduo da mesma espécie³⁵. Canguilhem (1989) interpreta-os como um sistema fechado, sendo, o primeiro um mecanismo de *redução de variação* e o segundo como um mecanismo de *produção de variação*.

Darwin explicou que as diferenças entre as espécies eram geradas por um processo baseado na seleção naturalmente realizada pela adequação dos seres, entendidos apenas

³³ Este anacronismo é precisamente desvelado nas palavras de Caponi: “Lejos de ser pensadas como recursos para enfrentar las circunstancias, esas modificaciones eran, en todo caso, marcas o *deformaciones* producidas por las condiciones en las que se desarrollaban las diferentes formas de vida. Así, como los ojos de un topo no se atrofian *para* dejar de ver; sino *por* dejar de hacerlo, el pescuezo de la jirafa no se estiraba *porque* eso permitiese alcanzar las ramas más altas de los árboles sino *por* el movimiento reiterado y continuo que ese animal realiza en su rutina de alimentación: el movimiento, o su ausencia, simplemente causa una modificación pero nada indica, *a priori*, que esa modificación tenga que ser necesariamente útil o ventajosa [...]” (2006, p. 15, grifos do autor).

³⁴ Hoje, faz até cômico o fato que, em 1858, Thomas Bell – o então presidente da Sociedade Lineana de Londres – após ser questionado ao fim de uma seção sobre o que havia sido publicado de interessante naquele ano, ter elaborado a singela e infeliz resposta: “Nada de revolucionário” (ANGELO, 2008).

³⁵ Os mecanismos dessas diferenças, hoje sabidamente reconhecidas como internas a codificação genética dos indivíduos, estavam a caminho de serem descobertas pelo seu contemporâneo Gregor Mendel através das famosas experiências com ervilhas nos jardins do mosteiro de *Brno* (atualmente situado no território da República Tcheca), porém, segundo Richard Dawkins (2009), uma série de evidências levam a crer que as fundamentais conclusões de Mendel foram completamente ignoradas por Darwin até o fim de sua vida.

enquanto espécie, aos diversos meios encontrados na superfície terrestre. Assim, cada organismo que vinha ao mundo encontrava-se alocado a um determinado ambiente, e seu sucesso era pautado na habilidade de se adaptar às condições impostas por esse ambiente e conseguir, sobretudo, se reproduzir³⁶. Aquele ser vivo que conseguisse realizar essa dupla façanha conseguiria, por decorrência, perpassar sua herança genética aos seus descendentes, aprimorando, desse modo, o desenvolvimento de sua espécie naquele meio. Porém, aqueles que fossem sucumbindo às intempéries impostas pelo meio estariam, por seu turno, eliminados do arrolamento genético da grande história da vida pelo processo que denominou por *seleção natural*³⁷

O conceito de meio darwiniano faz-se, assim, ao mesmo tempo, como o juiz e o carrasco dos viventes. Bem entendido, não *causa* as modificações dos seres – pois os próprios seres nascem com essas diferenças – mas apenas *julga* aqueles que poderão permanecer por mais tempo nele, mantendo ainda em seus respectivos horizontes, a vívida oportunidade de se reproduzirem. Daí, podermos dizer, junto com François Jacob, que os organismos propõem alterações e “[...] o meio limita-se a responder” (1983, p. 173). Portanto, diferente de Lamarck, Darwin diz que o meio é aquilo que seleciona as variações do ser vivo independente de seus esforços numa vida. Os que já nascem mais bem adaptados ao meio – e é aqui onde se aloca a diferença mais fundamental entre ambos – sobrevivem e procriam.

Para a melhor compreensão dessas ideias, utilizemo-nos de um exemplo já mencionado, mas sob outra interpretação. O pescoço das girafas nasce com uma altura máxima determinada por seus genes. Podem se esforçar por uma vida toda sem em nada crescer de tamanho a ele. Aquelas que nascerem com pescoços compridos, num meio com árvores altas, certamente conseguirão maior quantidade de alimentos do que aquelas que nascerem com pescoços curtos. Neste caso, haveria, então, uma evidente vantagem adaptativa

³⁶ Vidal de La Blache descreverá este processo como: “A adaptação equivale a uma economia de esforços que, uma vez realizada, assegura a cada ser, por um dispêndio mínimo, a realização tranquila e regular das suas funções. Se aquela falta, o organismo inquieta-se; esforça-se o mais que pode para alcançá-la” (1946, p. 151).

³⁷ “Considerando-se que, durante o longo percurso dos tempos e sob variáveis condições de vida, os seres vivos modificaram tanto diversas partes de seu organismo – e acho que isso é incontestável; considerando-se que, devido à alta tendência de crescimento geométrico do número das espécies, ocorre uma renhida luta pela sobrevivência, especialmente em determinada idade, ou determinada estação, ou determinados anos - e isso também certamente não tem contestação; conseqüentemente, dada a infinita complexidade das inter-relações dos seres vivos entre si e de cada um deles com suas condições de existência, acarretando uma diversidade infinita quanto a seus hábitos, estruturas e constituições internas, diversidade essa que lhes é proveitosa, penso que seria mesmo extraordinário se jamais houvesse ocorrido alguma variação útil exclusivamente para o bem-estar do ser, da mesma forma que ocorreram tantas variações úteis aos propósitos do homem. Mas se de fato ocorreram variações úteis a qualquer ser vivo, seguramente os indivíduos dotados delas terão maior probabilidade de ser preservados na luta pela existência; e em virtude do forte princípio de hereditariedade, eles tenderão a produzir descendentes dotados das mesmas características. Foi a este princípio de preservação que, para ser conciso, dei o nome de Seleção Natural” (DARWIN, 2002, pp. 126-127).

às primeiras. Todavia, as girafas que nascerem com o pescoço demasiadamente comprido, apesar de possuírem total vantagem na obtenção de alimentos em relação às outras, podem, contudo, trazerem às suas sobrevivências fatores de risco, devido, por exemplo, a uma maior dificuldade na hora de fugir de um leão, seu principal predador. Assim, de nada adianta ser mais alto, forte, ou possuir qualquer outro atributo considerado benéfico *aprioristicamente*, pois o que realmente vale ao julgo do meio é a capacidade do organismo a ele se adaptar. Esse exemplo é importante não só por apresentar a questão do tamanho do pescoço da girafa em outros termos que os expostos por Lamarck, mas, sobretudo, por esboçar outro aspecto que até então não era considerado pelos evolucionistas. Pois, até Darwin, o conceito de meio referia-se basicamente aos aspectos físicos inorgânicos da realidade, como o relevo e o clima, chegando raramente a tratar do mundo orgânico. Após Darwin, passa-se a agregar com maior peso a multiplicidades de seres vivos que envolveriam um organismo. Darwin, então, entendia que “[...] o primeiro meio ao qual vive um organismo é um entorno de viventes que para ele são seus inimigos ou aliados, presas ou predadores” (CANGUILHEM, 1989, p. 137). Assim, o meio ao qual menciona, e que lhe é fundamental desvelar as relações, é o meio vivo. Por isso que Canguilhem complementa dizendo “[...] que o meio que Darwin representa da vida do vivente, é um meio biogeográfico” (ibidem, p. 138).

A consequência dessas inovações feitas por Darwin acarretará ao conceito de meio mais uma conotação, a saber: 5^a. ser aquilo que seleciona os seres. Como vimos, se com Lamarck a modificação causada pelo meio aos seres era negativa – ou, no mínimo, depreciativa, já que deformava as formas originais – com Darwin, a modificação torna-se plenamente positiva, por beneficiar a manutenção da espécie na natureza.

Na mesma época em que o conceito de meio seguia ganhando atributos dos naturalistas no tocante a ser aquilo que envolvia um determinado organismo, foi se desenvolvendo em paralelo, e com certa correlação, outro tipo de conotação. E a fim de bem entendermos essa nova modificação conceitual, revisemos de maneira breve sua trajetória.

Meio nasceu para as ciências acadêmicas eminentemente relativo. O que quer dizer que quando Newton o tratava sob signo de éter não poderia fazê-lo sem primeiro se especificar a quais objetos celestes estava se referindo. Assim, não se poderia conceber meio como algo em si, mas somente como um *entre-algo*. A passagem deste conceito para Biologia apenas fez reforçar uma conotação de meio palidamente presente em Newton, que era ser um ente que envolve algo. Se essa conotação fazia-se apenas como uma decorrência lógica daquilo que o que realmente importava do *entre-algo*, já aos naturalistas do século XVIII, ela passa a ser a principal. O meio, então, torna-se preponderantemente algo que envolvia os seres

viventes. Deste modo o compreenderam Lineu, Lamarck e Darwin; apesar das suas já apontadas diferenças. Porém, em relação a sua relatividade a algo, o conceito de meio, com esses pensadores naturalistas, de nada avançou em conteúdo, pois ainda era impossível dizer sobre ele sem antes referir-se a qual organismo que envolvia. De maneira que o *meio*, de Newton à Darwin, preservou um sentido que se correlacionava a outros termos como *circunstância*, *arredores*, *entorno* e *ambiente*. Ou seja, termos cujos sentidos se fazem eminentemente relativos a algo central. No entanto, como nos mostra Canguilhem (1989), o início da mudança do conteúdo deste conceito se dá quando o filósofo francês Auguste Comte no transcorrer de seu *Cours de Philosophie Positive*, em 1839, emprega o conceito *milieu* (meio) sob outra conotação. Aplicando-o com a consciência de ser este um neologismo provindo da Biologia, dizia que mais do que entendê-lo com um fluido ao qual um organismo estaria imerso, pretende utilizá-lo como o conjunto total das circunstâncias externas necessárias para a existência de qualquer organismo. Essa proposta de mudança, a princípio, não parece alterar em muito o conteúdo do conceito, mas, Comte a vê apenas como uma base fundamental para seguir seu raciocínio. E o segue argumentando que se tomarmos o meio como a somatória de um conjunto de variáveis como a gravidade, o ar, a umidade, a pressão, o calor, a continentalidade, a altitude, as espécies vivas e outros fatores que podem ser mensurados, então, conseguiríamos prever quais organismos poderiam viver neste meio. Afinal, argumentava, com a exceção do ser humano, a modificação que os seres vivos fazem em seus determinados ambientes é praticamente desprezível. E, devido a isso, via-se na plena razão de dizer que matematicamente poderíamos reduzir a relação organismo/meio na função: dêem-me a somatória das principais características de um determinado meio e te direi qual organismo o habita. É justamente dentro do entendimento dessa argumentação comteana que se resguardam os germes da mudança conceitual do meio. Pois, foi no processo de quantificação dos elementos constituintes do meio que Comte deu o primeiro passo para que este conceito se libertasse das amarras que até então o prendiam a alguma referência central. O interesse sobre a investigação das variáveis presentes do meio fez com que sua designação começasse a ser entendida como um conjunto de características. Uma unidade definida por si só; sem a necessidade imediata de remetê-la a algum centro de referência, como um astro ou um organismo. O meio passa a ser considerado como uma unidade homogênea formada por uma determinada mistura de variáveis que se estendem de forma delimitada – porém, de maneira não muito precisa – sobre a superfície terrestre. E é assim que nosso conceito iniciado na Física como *entremeio*, tornou-se aos naturalistas *meio de algo* e agora, com Comte, aporta no pensamento científico como *meio definido em si próprio*.

Faz-se também interessante notarmos que aqueles termos, antes seus sinônimos incontestes, como *entorno* e *circunstância* deixam de ter correspondência para essa nova acepção provinda de Comte³⁸. E a palavra *meio* assume os elementos conceituais tanto daquelas primeiras elucubrações onde tinha a necessidade de ser remetida a um centro, quanto também passa a agregar a nova atribuição, cuja definição pode ser assim entendida: 6ª. ser algo caracterizado pela somatória de variáveis resultantes numa singularidade homogênea³⁹. Sendo essa homogeneidade resultante nomeada com determinada adjetivação do tipo de meio. A qualificação do meio deixa de ser, então, referente ao objeto que envolvia para ser a síntese resultante de variáveis. Assim, um meio, por exemplo, cujas características são constituídas por altas temperaturas médias anuais, preponderância de apenas duas estações, ocorrência de vegetação densa latifoliada, alto índice pluviométrico etc., ganha o nome adjetivado de *meio tropical*. Note-se que nessa definição de meio não há qualquer referência imediata e necessária a algum centro, mas, tão somente, ao conjunto das variáveis. A referência aqui estaria atrelada unicamente a superfície terrestre e não a algo em que envolveria. E isso serve para outros exemplos como meio árido, desértico, subtropical etc. A decorrência disso é que essa nova interpretação do meio ganhará outros nomes como sinônimos, por exemplo, *zona*, *ecossistema*, *complexo*, *domínio*, *quadros* e até, em certo sentido, *região*. E, por outro lado, impossibilitará outras alcunhas antes utilizadas em sua plena consonância como *entorno*, *arredores* e *circunstância*. É por isso que, por exemplo, quando queremos dizer *meio tropical* sob outra forma terminológica recorreremos a designações do tipo *zona tropical* ou *domínio tropical* e não às de *circunstância tropical* ou *arredor tropical*. O que indica, com relativa clareza, ao menos duas grandes possibilidades de designação do termo meio, a saber: ser um *envoltório* e como *somatório de variáveis*.

Todavia, além de trazer outra conotação e de fincar definitivamente a terminologia *meio* ao conceito, Comte, ainda segundo Canguilhem (1989), também foi o teórico precursor

³⁸ Uma ressalva deve ser feita para o termo *ambiente*. Apesar deste termo inicialmente ter seu sentido compreendido como um envoltório de algo – sendo sinônimo de *circunstância*, *entorno* ou *arredores* – persistiu em nosso vocabulário, tal qual o *meio*, como aquilo constituído da somatória de variantes numa área mais ou menos delimitada. É bem provável que isso se deva a reverberação da língua inglesa na nossa. Pois, como se sabe, *ambiente* em inglês é *environment*. E a etimologia dessa palavra inglesa se encontra na expressão francesa *environnement* que pode ser traduzida como *envoltório*. Porém, a Língua Inglesa guarda as mesmas atribuições do *milieu* francês no termo *environment*, que em português é mais comumente traduzido como *ambiente* do que *meio*. Assim, podemos ver que *meio* e *ambiente* surgem, a princípio, na Língua Portuguesa, como sinônimos, não só enquanto palavras, mas também como sinônimos na esfera científica, portanto, conceitual.

³⁹ Essa é também a opinião de Aliata e Silvestre, lembrada por Dirce Suertegaray: “Em seu desenvolvimento histórico, no entanto, o conceito perde suas raízes (a de veículo mediando um objeto a outro) e assume a concepção ‘de unidade de diversas manifestações entre si relacionadas, sistema, nos termos que o estruturalismo o redefiniu, organismo’” (2005, p. 56).

de novas adequações no que tange ao uso desse instrumento conceitual como recurso explicativo do ser humano. Vimos que, até o momento, a trajetória do meio passou ao largo do fenômeno humano. Mesmo os pensadores como Lamarck e Darwin, que trataram dos relacionamentos humanos com seus arredores, não o fizeram na perspectiva de inovar os conteúdos do conceito de meio que trabalhavam; mas o que fizeram foi *apenas* englobar o ser humano às teorias biológicas que envolviam todo o reino da vida. Note-se bem, o *apenas* da frase anterior não pode ser lido como o que esses pensadores fizeram foi algo de pouco, pois englobar o homem como um ser qualquer na lógica da natureza não era, em seus contextos, de modo algum, coisa que pudéssemos ver como pequena ou insignificante⁴⁰. Mas o *apenas* se refere, tão somente, aquilo que alude ao enriquecimento do conceito de meio quando relacionado especificamente ao ser humano. O que quer dizer que Darwin e outros de seus predecessores ressaltavam do meio ao qual o homem vivia apenas os aspectos concernentes também presentes em outros animais, como as necessidades de reprodução, de alimentação e de abrigo. Porém, pouco fizeram para captarem quais as especificidades do meio humano. Bem sabemos que o homem precisa manter-se, enquanto corporeidade, utilizando-se de processos semelhantes ao de outros animais, mas, em contrapartida, também se faz bem sabido que reduzir as necessidades humanas a estes imperativos biológicos seria o mesmo que esvaziar o *humano* do homem.

As especificidades do ser humano com seu meio serão mais bem trabalhadas no capítulo seguinte, por enquanto precisamos apenas notar que há outras necessidades humanas que as tratadas pelos evolucionistas daquela época, e que tais *outras necessidades* afetam sobremaneira a leitura que este animal com problemas existenciais faz de seu meio. E, nesse ponto, é que adentra mais uma importante contribuição de Comte para a formação do conceito de meio. Partindo da já estabelecida concepção de envoltório, Comte deu um passo decisivo para sua nova compreensão como síntese de variantes. Paralelamente a este caminho, fez também avançar, como dito, o conceito de meio como esfera propriamente humana (CANGUILHEM, 1989; RATZEL, 1990). Sobre isso, podemos lembrar, a título de exemplo, que na lição XL de seu *Curso de Filosofia Positiva*, Comte já falava de um *milieu intellectuel*. Algo interessantíssimo, pois denota um grande avanço dos atributos conceituais do meio. O

⁴⁰ Afinal, esses naturalistas foram fundamentais aos progressos cosmológicos pós-medieval que puseram o ser humano no lugar que lhe cabe na natureza; alocando-o como um ser *da* e *na* natureza, sem atributos originários metafisicamente dados por um criador não evidenciável. Sobre isso, Thomas Kesselring chegou a dizer: “Quanto ao êxito de Darwin, costuma-se falar numa *segunda revolução copernicana*. Depois de ter perdido a sua posição privilegiada no centro do Universo com o estabelecimento da cosmologia copernicana, o Homem perdeu, agora, a sua prioridade ontológica em relação aos animais e às plantas. Enquanto espécie gerada pela evolução, o Homem é um *produto* da Natureza” (2000, p. 164, grifos do autor).

sentido da expressão *meio intelectual* jamais seria compreendido sem a exigência da síntese das duas principais concepções deste conceito: tanto da nova compreensão de síntese de variantes, quanto daquela de envoltório somada ao enriquecimento feito na incorporação de propriedades tipicamente humanas. Uma nova acepção recai, então, sobre o *meio*, a de: 7ª. ser constituído tanto por materialidade, quanto por imaterialidade, de ideia. Comte, por essas inovações, tornou-se o influenciador de todo um universo que até então não era explorado na aplicação deste conceito; o universo humano mais profundo, o artístico.

Honoré de Balzac, na introdução de sua *Comédia Humana*, em 1842, foi o primeiro a se utilizar do conceito de meio na esfera das artes. Indo buscar a noção no naturalista Étienne Saint-Hilarie, Balzac “[...] assimila a sociedade à natureza e as variedades individuais do homem às espécies zoológicas que dependem do seu ‘meio’” (LALANDE, 1989). Mas, se é com Balzac que o meio adentra no universo tipicamente humano das artes, somente com o historiador e crítico de arte Hippolyte Taine é que este conceito ganhará fundamento teórico para esta prática. Discípulo de Comte e inspirado na inovação feita por Balzac, Taine buscou compreender o sentido e o valor de obras artísticas – tanto as plásticas, quanto as literárias – sob a tríplice influência que a *raça*, o *momento histórico* e o *meio* tinham na formação do artista. Seguindo as indicativas de seu mestre, Taine sempre quis entender o envoltório humano em sua máxima complexidade. Desenvolvendo, assim, o meio aos seus maiores alcances de refinamento conceitual. Sobre essa feita, Lucien Febvre escreveu:

Na verdade, sua concepção de meio, por exemplo, é bastante complexa; em Taine esta designação não se refere só ao meio físico, mas a tudo quanto rodeia um ser humano: clima, solo e também instituições, religião e governo, o que, no seu conjunto, constitui “a atmosfera material, moral e intelectual em que o homem vive e se move” (1954, p. 423).

Nesta passagem, vê-se claramente que aquele princípio de *meio intelectual* – ou seja, do meio com características próprias do homem e como um conjunto de variáveis – lançado por Comte, firma-se de vez com Taine. O ser humano não é mais apenas um animal determinado por exterioridades plenamente naturais, como em Lamarck ou Darwin, mas, também, é envolto por determinações de ordem social que ele mesmo constrói.

O meio, com Taine, acompanha as mesmas características propostas por Comte, todavia, apresenta um interessante porém que merece ser ressaltado. Como bem observou Ratzel (1990), o próprio conceito de *momento histórico* de Taine é passível de ser reduzido ao seu conceito de *meio*. E o que faz Taine avançar teoricamente em relação a Comte é justamente a consideração que a esfera à qual se encontra o ser humano é formada por

características naturais e culturais resultantes de um arrolamento histórico. Ou seja, a história assume um lugar privilegiado na concepção do *meio* taineano. Aquilo que se faziam como três influências resumissem-se, deste modo, a somente duas. Ficando, então, para a compreensão deste autor as tensões geradas entre as diversas raças ou povos em diferentes meios. É isso que Ratzel observa na definição de *milieu* de Taine em seu *Histoire de littérature anglaise* de 1864: “[...] o homem não está só sobre a Terra; a natureza o envolve e os outros homens o circundam” (TAINÉ apud RATZEL, 1990, p. 43). Atingindo, então, a síntese plena da relação co-determinante entre homem e a sua alteridade, o meio.

Taine desenvolveu um método de compreensão e interpretação artística, a partir da análise mesológica, que se repercutiu por boa parte das ciências humanas e também por escolas literárias como o *realismo* e o *naturalismo* – este segundo interpretado, muitas vezes, como sendo um sub-campo, uma espécie de radicalização, do primeiro – que, por exemplo, aportaram na literatura brasileira nas figuras de, respectivamente, Euclides da Cunha e Aluisio de Azevedo⁴¹. Sua compreensão do gênio artístico através do meio influenciou também, em larga medida, a nascente Geografia acadêmica. Em verdade, enquanto fundamento de proposta metodológica e de conotação conceitual, em quase nada foi alterada, houve sim, um processo contínuo por parte dos geógrafos de crítica e busca por refinamento dessa idéia. Por exemplo, Ratzel criticará Taine por realizar obras mais de artista do que cientista devido à falta de critérios analíticos mais precisos; em suas palavras, Taine: “[...] entendendo por *milieu* não só as condições naturais como também as condições sociais e tudo o que se relaciona a estas, o conceito que deriva daí se tornava complexo demais para que se pudesse abordá-lo cientificamente sem um trabalho anterior de separação e de análise” (1990, p. 43). Já nas palavras de Élisée Reclus, Taine, “[...] tão notável por sua penetrante sagacidade” (1985, p. 59), limitou-se:

[...] comumente a descrever os meios e as épocas imediatamente próximas para interpretar os fatos e os caracteres, método parcialmente bom para dar ideias gerais e médias, mas bem perigoso quando se estudam talentos originais, isto é, precisamente aqueles cujo caráter, determinado por elementos distintos dos do meio banal, reage contra o seu ambiente (ibidem).

⁴¹ Taine fez-se como influência direta a ambos. Sobre o primeiro, Roberto Ventura afirma: “Euclides adotou, em *Os sertões*, publicado cinco anos após o término do conflito, uma concepção naturalista, baseada no historiador francês Hippolyte Taine, que lhe forneceu a base científica, ou o pretexto, para buscar correspondências poéticas entre os fatos narrados e a paisagem à sua volta” (2008, s/p.). E sobre o segundo autor, basta-nos ficar com a lapidar passagem naturalista retirada de *O Cortiço*, onde Aluisio de Azevedo denota a força que entendia haver por parte do meio ao narrar: “[...] o cortiço estava preparando uma nova prostituta naquela pobre menina desamparada” (1991, p. 36).

Posteriormente, Max. Sorre, por seu turno, sobre o mesmo, dirá que:

[...] ainda que seu valor literário permaneça intacto, a fragilidade de sua base é evidente. Os críticos têm insistido no que respeita à impossibilidade de reduzir obras artísticas ou literárias, produtos do gênio individual, a uma combinação tão genérica de ações. Porém outras dificuldades nos tocam. Em primeiro lugar, a indeterminação do meio na prática tainiana. Em seguida, a ausência de relações intermediárias entre esses dois termos extremos: o meio e uma forma superior de atividade (1984, p. 30).

Note-se que, apesar de sérias e duras, as críticas desses três importantes geógrafos citados reclamam não porque a metodologia taineana estivesse errada em princípio ao querer entender fenômenos humanos – no caso, aqueles artísticos – a partir do contexto histórico e geográfico; mas apenas reclamam pelo melhor refinamento das mediações para, através dessa proposta, atingir resultados cada vez mais precisos e plausíveis. E o que farão Ratzel, Reclus e Sorre, como também os demais ulteriores geógrafos, será justamente a tarefa de agregarem mediações cada vez mais meticulosas ao tratarem das relações entre o humano e da sociedade para com o meio. Dessa feita, tudo se passa como que se o conceito de meio e a metodologia taineana fossem vistos pelos geógrafos como uma pedra extremamente valiosa, porém, bruta, necessitando de um esmiuçado cuidado de lapidação. Tal processo, por decorrência direta, incide no refinamento dos conteúdos considerados do conceito de meio, bem como da apropriada análise de seu conteúdo.

Pois bem, este breviário contendo as andanças e saltos do meio pelos diversos setores científicos serviu para, razoavelmente, localizarmos os aondes e os porquês de significados agregados a esse conceito que, por sua vez, chegou já com uma boa dose polissêmica quando o discurso geográfico, feito em academias de ciência, iniciou seu uso. Certo é que este conceito também não só aportou na Geografia como, ainda, não parou de ser desenvolvido nas próprias disciplinas em que havia antes aportado. Para afirmarmos isso, basta, por exemplo, vermos os reflexos de sua presença na *psicologia comportamental* de John Watson radicalizada pela figura de Burrhus Skinner em meados do século passado. Veremos também que o éter cósmico, definitivamente não mais com este nome, hoje continua sendo uma incógnita aos astrônomos estarecidos com as novas descobertas sobre algo, que por ainda não saberem ao certo o que é, optaram por re-nomear de *matéria escura*; ou, então, o recente surgimento de uma forte parcela de biólogos defendendo aspectos neolamarckistas em certos pontos da teoria da evolução (BROCKMAN, 1988); ou mesmo o aprofundamento que Jakob von Uexküll fez do conceito de meio relativo às várias espécies (CANALI, 2002), tornando-se

mote para filósofos – como Maurice Merleau-Ponty em *A natureza* – se dedicarem a obras inteiras. Isso para não falarmos do eterno debate que ressurge a todo instante nas ciências humanas sobre determinação e determinismo de algumas das características do meio para com os indivíduos ou para com as sociedades. Enfim, exemplos de sua difusa permanência não haverão de faltar.

De todo modo, o nomadismo interdisciplinar do conceito de meio fez com que houvesse agregações de significados ao seu conteúdo. Sendo que as sete definições aqui arroladas – 1ª. ser aquilo que está entre, um entremeio (Newton); 2ª. ser aquilo que possibilita algo, um veículo, um recurso (Newton); 3ª. ser aquilo que envolve um corpo, um invólucro (Newton/Lineu); 4ª. ser aquilo que modifica os seres vivos (Lamarck); 5ª. ser aquilo que seleciona os seres (Darwin); 6ª. ser algo caracterizado pela somatória de variáveis resultantes numa singularidade homogênea (Comte); 7ª. ser constituído de materialidade e imaterialidade, de ideia (Comte/Taine) – são passíveis de se reduzirem a duas, a saber: meio como *entorno* e meio como *síntese de características*. Sendo que sob o primeiro aspecto, o meio deve ser considerado como *entorno ativo e necessário*. Ativo por trazer constrangimentos ao ser que nele está envolto. E necessário por fazer-se meio de vida do ser, que sem o qual, o ser-vivo deixa de ser. E sob o segundo aspecto, surge como a *soma de variáveis regionalizadas*; da mesma maneira que, por exemplo, meio tropical é composto de variáveis como altas médias de temperatura e umidade, com determinada abrangência territorial, o meio intelectual seria o compósito de pensadores interagindo entre si em alguns lugares⁴²; sendo que para se fazer parte deste meio é necessário ser arranjado por um terceiro observador que organiza os componentes de tal modo. Contudo, apesar de distintas, essas duas acepções do meio – como *entorno* e *síntese de variáveis* – são plenamente relacionáveis; articulando-se entre si a todo o momento. Pois o questionamento sobre as características do entorno faz o conceito ser tratado com *síntese de variáveis* e, pela via inversa, as perguntas sobre quais elementos tais variantes incidem, fazem retornar ao meio o significado de *entorno*.

Enfim, se o nomadismo interdisciplinar do meio, anterior à sua adentrada na Geografia, fez-se minimamente esboçado e principalmente logrou dar bases demonstrativas para a compreensão de sua epistemologia; resta-nos, doravante, entrever quais foram as características que assumiu quando finalmente aportou internalizando-se no discurso de nossa disciplina.

⁴² Por exemplo, o meio intelectual existencialista francês seria, assim, composto por Sartre, Camus, Beauvoir, Merleau-Ponty etc; todos coexistindo e dialogando em meados do século passado em lugares como o *Collège de France* ou o *Café de Flore*.

Percurso na Geografia

Considerados pais idealizadores da Geografia moderna, Alexander von Humboldt e Carl Ritter, morreram no mesmo ano em que foi lançado *A origem das espécies* de Darwin, em 1859. Assim, não tiveram a oportunidade de tomarem conhecimento da que é até hoje avaliada como a mais elegante e precisa teoria de explicação da origem das diferentes formas de vida condicionadas, por um processo adaptativo de seleção natural, à ação mesológica. Mas, nem por isso, estes dois grandes pilares da Geografia deixaram de contribuir ativamente no forjamento do conteúdo geográfico que o conceito de meio ganhou ao adentrar e se alocar em nossa disciplina. Pois, ambos – influenciados tanto pela tradição grega da Geografia, quanto pelo Romantismo alemão⁴³ – almejavam durante toda vida organizar a multiplicidade fenomênica caótica disposta na superfície terrestre numa explicação sintética. Flertando ora com o mais estrito racionalismo, ora com as emoções do espírito romântico, buscavam arrumar os dados da realidade de modo que se encaixassem num modelo satisfatoriamente ilustrativo (GOMES, 1996).

Autor da admirável obra *Kosmos*, de 1845, o naturalista viajante Alexander von Humboldt captou em várias partes do mundo amostras de formas de vida, fazendo anotações de diferentes paisagens. Tinha interesse pela distribuição e pelas relações de espécies da flora dos lugares, desenvolvendo uma geografia botânica preocupada em estabelecer uma síntese das variantes dos meios que encontrava⁴⁴. Porém, mais do que tê-las como relíquias exóticas diferenciáveis entre si, possuía, sobretudo, o desejo de entendê-las em suas conexões mais profundas, buscando desvelar quais eram suas recíprocas influências. E sob este aspecto, o historiador e filósofo Karl Ritter não se fez muito diferente. Pois em sua *Geografia Geral Comparada*, de 1817, dizia que “[...] todo organismo se forma com efeito segundo encadeamento que lhes são próprios e em função daquilo que o cerca e se revela em seguida sob a lei e sob uma forma” (apud GOMES, 1996, p. 169) e que, por isso, a tarefa mais

⁴³ O Romantismo foi um movimento filosófico e artístico que se dedicou basicamente à resolução da separação, feita pela filosofia kantiana, entre o homem e a natureza. Unir estes pólos configurava-se como seu principal objetivo. A resposta encontrada foi em direção à unificação destes através da experiência contemplativa que buscava elementos estético-artísticos na natureza (ABBAGNAMO, 1970). Tal fórmula é claramente evidenciada nesta passagem de Humboldt: “Se consideramos o estudo dos fenômenos físicos não em suas relações com as necessidades materiais da vida, mas em sua influência geral sobre os progressos intelectuais da humanidade, o mais elevado e importante resultado desta [o estudo dos fenômenos físicos] investigação é o conhecimento da conexão existente entre as forças da Natureza e o sentido íntimo de sua mútua dependência. A intuição dessas relações é o que amplia nossas perspectivas e enobrece nossos prazeres” (2004, p. 135).

⁴⁴ Fato que doravante levou Vidal de La Blache a reconhecer, referindo-se a Humboldt, que: “Foi sobretudo a Geografia botânica que contribuiu para que a noção de meio fosse posta em foco, e esta luz projetou-se sobre toda a Geografia dos seres vivos” (1946, p. 26).

importante para uma ciência geográfica seria o estudo das “[...] influências que o ambiente físico exerce tanto sobre o mundo inorgânico quanto sobre os organismos vivos, como também sobre o desenvolvimento dos indivíduos e dos povos, ou seja, de toda a humanidade” (apud RATZEL, 1990, p. 47). Podemos ver que o princípio de interconexão entre os fenômenos naturais e, também, destes para os de origem sociais, esteve sempre presente no horizonte destes geógrafos. Segundo Sidney Wooldridge e Gordon East, a palavra-chave que:

[...] recorre nos escritos de ambos é *Zusammenhang* – literalmente, “condição de estarem as coisas ligadas entre si”, o que poderemos traduzir por “contexto”. O propósito dos dois constituiu em ver os fenômenos naturais, no propósito de perceber as relações de causalidade entre eles existentes. Nessa posição assenta, indubitavelmente, o princípio fundamental da Geografia, como hoje a concebemos (1967, pp. 21-22).

Porém, apesar de terem buscado sínteses; de possuírem no horizonte sempre a tentativa de melhor explicação da interação organismos/meios; de haverem trabalhado e desenvolvido termos, paralelamente a Auguste Comte, sinônimos de meio como síntese de determinações locais; de se utilizarem do complexo princípio de totalidade terrestre (*Erdkunde*) querendo sempre religar o fenômeno humano à Terra – neste último, a responsabilidade maior recai por parte de Ritter que de Humboldt – ambos, infelizmente, como dito, não viveram o bastante para conferir a ainda principal explicação científica da relação entre seres vivos e seus meios. Pois foi apenas com Darwin que a Geografia obteve um paradigma amplamente aceito para, junto às demais ciências, desenvolver argumentos plausíveis relativos aos processos desse tipo de interação.

O desenvolvimento da teoria darwiniana causou forte impacto na Geografia, devido, principalmente, a três fatores que, segundo David Stoddart (1996), lembrado por Nilson Barros, foram:

1º) a ideia de mudança através do tempo ou evolução e desenvolvimento, isto é, a ideia de que as formas transitam no tempo das formas mais simples para as mais complexas; 2º) a ideia da combinação ou da associação ou da estrutura organizacional de um conjunto vivo orgânico do qual o homem era parte (ecologia, meio composto); 3º) a ideia da seleção natural (2007, p. 213).

Humboldt e Ritter vinham de uma tradição de naturalistas e historiadores das quais estas ideias – fora a terceira – estavam, de certa maneira, presentes. O que, na verdade, apenas lhes faltavam era o arranjo sintético e explicativo de Darwin. Ambos forjaram suas almejas sínteses cosmológicas utilizando-se de explicações não puramente racionais, positivas, como

queria o contexto científico da época; flertando em vários momentos de suas obras – Ritter, sem dúvida, mais que Humboldt – por metafísicas oriundas de teleologias naturalistas⁴⁵. Havia ainda neles a imensa lacuna de inteligibilidade de qual era a relação fundante das formas vivas nos seus respectivos meios. Lacuna, essa, que só foi preenchida pela instalação do paradigma darwiniano na Geografia⁴⁶. Diga-se de passagem, paradigma esse, que Ratzel, em larga medida, se valeu. Na passagem a seguir, Paulo Gomes confirma estes aspectos e até deixa por entrever uma justificativa, em moldes kuhnianos, da sociologia da ciência, dos motivos da aceitação de Ratzel como fundador da geografia humana científica; vejamo-la:

Às proposições dos naturalistas de um determinismo “imaturado”, inspirado no modelo da mecânica, Ratzel responde com uma abordagem inovadora, utilizando a teoria mais aceita pela ciência da época, o darwinismo. Por essa razão, ele pode ser considerado por [Paul] Claval como o pai da geografia humana moderna. Em sua obra, não se encontra as mesmas hesitações metodológicas presentes em Humboldt e Ritter, e seu ponto de partida pela ciência positivista é claro, sem ambiguidades (1996, pp. 187-188).

Portanto, foi assumindo o paradigma forjado nas ciências da vida que a Geografia Humana fundamentou-se como plenamente científica. E em Friedrich Ratzel – ex-aluno na Universidade de Jena de Ernst Haeckel, o primeiro grande popularizador das ideias de Darwin – foi que se afunilaram tanto a nascente ciência das relações entre os meios e organismos, cunhada sob o neologismo *Ecologia*⁴⁷, quanto todo o ideário clássico e romântico das geografias desenvolvidas por Humboldt e Ritter. Sobre estes alicerces é que Ratzel edificará sua Antropogeografia (BARROS, 2007).

⁴⁵ Querendo ser plenamente lógico para fundar sua Antropogeografia em bases científicas como pedia a metodologia positivista, Ratzel, reconhecendo a importância de Ritter em sua formação, criticou no mestre justamente aquilo que nele não se fazia puramente racional, dizendo: “O pensamento de Ritter acerca da importância do solo em relação à história contém muitos conceitos ‘mecânicos’, que não recebem, contudo, em nenhum aspecto, uma abordagem clara. Para perceber a simples relação que se dá entre a superfície estável da Terra e a humanidade em transformação sobre ela, Karl Ritter deveria ter abandonado a concepção teleológica, a partir da qual ele considera os processos históricos como partes preordenadas de um grande plano de educação da humanidade” (1990, p. 48).

⁴⁶ Tal instalação paradigmática resultou diretamente na reconfiguração do conceito de meio; pois, segundo Max. Sorre: “A noção de ambiente ou meio cobrou toda sua significação com o triunfo das doutrinas evolucionistas e da ideia da adaptação” (2003, p. 139).

⁴⁷ Segundo Augustin Berque (1999), a expressão *mesologia* – que seria a ciência destinada ao estudo dos meios – foi cunhada por Louis-Adolphe Bertillon (1821-1883); sendo anterior à aplicação, em 1866, do termo *ecologia* por Ernst Haeckel na obra *A morfologia geral dos organismos*. Porém, o projeto de Bertillon foi ofuscado pelo de Haeckel por ser muito ambicioso para as condições em que se enquadravam as metodologias científicas da época. Haeckel adequou a metodologia positivista à evolucionista e obteve grande aceitação dos membros das acadêmicos. Já o projeto de Bertillon, como afirma Berque, teve que esperar o avanço filosófico dado pela fenomenologia para poder aspirar caminhos possíveis de desenvolvimento.

O projeto de Ratzel era pautado no prévio entendimento, como ele mesmo afirmava, da “[...] Terra *ligada* como está *ao homem*” (1990, p. 32). Porém, a compreensão plena desta ligação já não mais poderia ser realizada, segundo ele, sem o necessário comprimento de dois princípios. O primeiro era referente à realização de pesquisa sob parâmetros estritamente científicos. E essa busca por rigor metodológico, feito a partir de critérios de cientificidade aceitos na época, o perseguiu a todo o momento em suas obras, chegando mesmo a reconhecer que “[...] o mérito da geografia foi o de ter levado a teoria das influências do ambiente a um terreno puramente científico de investigações particulares” (ibidem, p. 46). E o segundo era justamente a necessidade de balizar o estudo dessa ligação a partir das influências que o meio ambiente causava no ser humano. Assim, se há um sentido explicativo à geografia humana, esse consiste em ponderar, cientificamente, quais tipos de influências mesológicas regiam os cursos da história⁴⁸.

Porém, antes de qualquer juízo temerário e precipitado, devemos bem notar que a palavra dita no parágrafo anterior foi *ponderar*. Ou seja, a elucidação geográfica da realidade a partir da consideração das influências do meio na história não tinha, absolutamente, em Ratzel o sentido de ser a única causa explicativa para a compreensão do fenômeno humano. Demonstrando considerável preocupação nos critérios metodológicos e conceituais de tal empreitada científica, observava que:

[...] ao longo da evolução dos conceitos acerca das relações entre a natureza e a história, que as obras tanto de uma quanto de outra se tornaram plenamente manifestas a qualquer ponto de vista, perceber as influências que a primeira exerce sobre a segunda é, ao contrário, algo extremamente difícil, tanto que se pode encontrar a esse respeito muitos conceitos prematuros

⁴⁸ Sem dúvida, há que se considerar que Élisée Reclus, geógrafo francês contemporâneo de Ratzel, também definia como um dos principais objetivos da investigação geográfica aquele que buscava as influências que os diversos meios tinham no enredo da história humana; isso, por exemplo, é explicitado nas seguintes passagens: “Cada período na vida de um povo corresponde a uma mudança em seu meio ambiente. São as desigualdades na superfície do planeta, que criam a diversidade na história humana. A vida reflete o meio ambiente. A terra, o clima, a maneira de trabalhar, o tipo de alimentação, a raça, as relações de parentesco e os sistemas de agrupamento social, são dados fundamentais, que desempenham seu papel e influem sobre a história de todo indivíduo” (RECLUS apud SILVA, 1986, p. 47); “Sendo o meio infinitamente complexo, em consequência o homem é solicitado por milhares de forças diversas, que se movem em todos os sentidos, unindo-se umas às outras, algumas diretamente, outras segundo ângulos mais ou menos oblíquos, ou opondo-se umas à ação das outras” (RECLUS, 1985, p. 38). Assim, paralelamente a Ratzel, Reclus também desenvolveu importantes fundamentos conceituais relativos à designação do *meio*, sendo mesmo, segundo Anuchin (1965), o primeiro a cunhar a expressão “ambiente geográfico”. Porém, apesar de dispor de um conhecimento vasto sobre as geografias do mundo – coisa que obteve *in loco* através de inúmeras viagens que realizou antes de se tornar professor universitário já na adiantada maturidade – havendo escrito obras volumosas sobre elas, de também ter sido influenciado pelos impactos das ideias de Darwin e Taine, Reclus, a nosso ver, resguarda à sua noção de meio ainda uma dose de obscuridez, um tanto quanto correlativa a Ritter e Humboldt, derivada da escassa atenção em precisar analiticamente a complexidade das “forças telúricas” que o compunham.

e arriscados, que permanecem, por isso, ineficazes e esquecidos, de modo que o que vemos sempre é o estudo ser retomado do início (ibidem, p. 33).

E essas dificuldades de entendimento das influências da natureza na história é o que levaram muitos a pensar que esse viés analítico fazia-se como equivocado logo a princípio. Havendo mesmo se instalado, já na época de Ratzel, a afirmação que o estudo das determinações mesológicas das sociedades era algo que beirava o quimérico e o impossível. Tese da qual Ratzel contrapunha-se afirmando laconicamente que a “[...] obscura e exagerada afirmação ‘o homem é produto do ambiente’ é combatida com uma outra afirmação igualmente absoluta e pouco consistente” (ibidem, p. 54). Tese, também, geradora de um dualismo incomunicável onde “[...] ou se busca a explicação diretamente na natureza ou se nega a existência de quaisquer relações com esta: são sempre [estes] os dois velhos extremos que se repetem” (ibidem, p. 65). E exatamente dentro desse raciocínio é que se encontra o pleno sentido da palavra *ponderar*. Afinal, pensava Ratzel, dizer que o meio geográfico é o único agente responsável na configuração dos fenômenos humanos era um absurdo que geógrafo algum deveria aceitar, mas, em contrapartida, dizer o extremo oposto seria o mesmo que querer perder seu próprio campo de estudo⁴⁹.

Porém, como realizar este difícil projeto antropogeográfico sem, contudo, recorrer nos antigos erros de formular “conceitos prematuros e arriscados”? Bem, para responder isso, há de se considerar que os ares que Ratzel respirava, compostos de plena positividade do conhecimento racional e científico, não o deixavam fazer passar o pensamento que se houvera um momento, dentre todos na história das ideias, mais adequado para o início bem fundamentado das investigações mesológicas, este era, sem dúvida, justamente aquele que vivia. A ponto de crer que a ciência bem aplicada da época faria do reconhecido risco do “estudo ser retomado do início” algo apenas vinculado ao passado envolto em filosofias embasadas, muitas vezes, em metafísicas improváveis das quais Ritter e tantos outros caíram. Ratzel tinha convicção que o rigor metodológico na investigação possibilitaria a feitura de leis universais e necessárias passíveis de serem verificadas empiricamente. É dessa certeza pela busca de regularidades que o fazia afirmar, por exemplo, que:

[...] tudo que se refere à natureza, ao ambiente, é imutável em comparação àquilo que se refere ao homem. Do mesmo modo que a onda quebra sempre da mesma maneira contra determinada

⁴⁹ Mesmo juízo que seria reafirmado, décadas mais tarde, por Max. Sorre: “Dizer que o meio geográfico explica todas as disposições psicológicas de um povo seria tão errado quanto negar-lhe qualquer tipo de papel” (1984, p. 86).

forma de rocha, ocorre também que determinadas condições naturais impõem ao movimento da vida sempre as mesmas vias e, renovando-se perenemente, colocam sempre e no mesmo sentido obstáculos ou limitações (ibidem, p. 32).

Condições mesológicas como altitude, temperatura, vegetação, continentalidade e outras tantas afins, emergiriam para Ratzel como estudáveis, uma a uma, para doravante formar um inventário holístico das influências que determinado meio apresentaria aos seus seres vivos. Tal somatória descreveria os obstáculos e limitações impostas por aquele meio às sociedades em que o habitavam. No entanto, faz-se bem presente em Ratzel a consciência da impossibilidade de uma única ciência objetivar compreender todas as possíveis influências exercidas pelo meio. E por isso procurou esclarecer o que tangeria ao estudo geográfico e o que, dessas múltiplas influências, devesse ser delegado às outras ciências. Para tanto, considerou – na busca de um objeto próprio na divisão das ciências – que os problemas puramente geográficos são aqueles derivados “[...] das *influências que as condições naturais exercem sobre o modo de ser do homem ou sobre sua atividade*” (ibidem, p. 104, grifos do autor). E esse “modo de ser” deve ser compreendido sob duas maneiras distintas, porém, complementares. Primeiro como as determinações que o meio impõe para certo povo; ou seja, o meio entraria como recurso explicativo, por exemplo, da expansão territorial, da densidade populacional e das características fisiológicas gerais de um povo. E sob o segundo aspecto, como algo muito assemelhado ao conceito de cultura; ou seja, dizendo respeito às diferentes fórmulas resolutivas humanas para sua sobrevivência encontradas no embate travado em diferentes meios deparados na sua jornada pela superfície terrestre. Dessa feita, e na tentativa de um resumo dos seus ideais para sua nova ciência, Ratzel apresentou, delimitando o que abrangeria ao estudo geográfico, quatro influências fundamentais que a natureza exerceria sobre o “modo de ser do homem”; são elas:

1ª) Uma influência que se exerce sobre os indivíduos e produz nestes uma modificação profunda e duradoura; primeiramente ela age sobre o corpo e sobre o espírito do indivíduo e é por sua natureza fisiológica e psicológica; e só mais tarde passa assim ao âmbito da história e da geografia, isto é, quando se estende a povos inteiros. 2ª) Uma influência que direciona, acelera ou obstaculariza a expansão das massas étnicas. Esta determina a direção da expansão, sua amplitude, a posição geográfica, os limites. 3ª) Uma influência mediata sobre a essência íntima de cada povo que se exerce impondo a ele condições geográficas que favorecem o seu isolamento e por isso a conservação e a reafirmação de determinadas características, ou facilitando a miscigenação com outros povos e portanto a perda das próprias características. 4ª) Finalmente uma influência sobre a constituição social de cada povo que se exerce ao oferecer-lhe maior ou menor riqueza de dotes naturais, ao facilitar-lhe ou tornar-lhe difícil primeiramente a obtenção dos meios necessários à vida, e depois dos meios necessários ao

exercício da indústria e do comércio e depois a obtenção da riqueza por meio da troca (ibidem, pp. 59-60).

Ratzel completa a exposição desses quatro tópicos mostrando que as três últimas influências são diretamente concernentes ao âmbito do estudo geográfico. Enquanto que a primeira deveria tornar-se um objeto para o geógrafo somente quando as características individuais se generalizassem no âmbito daquela sociedade.

Embora se mostrando rigoroso na delimitação dos fenômenos objetivos aos quais os geógrafos deveriam se ater, Ratzel não deixou evidente em sua *Antropogeografia* o mesmo cuidado em delimitar e definir conceitos como natureza, meio, ambiente, território e vários outros conceitos relativos a tudo que se faz como alteridade do ser humano, ou seja, tudo o que existe e que não é o próprio homem. Assim, apesar de parecer recorrentemente em seus escritos, o conceito de meio não assume um rigor de ordem formal. Ou seja, a terminologia *meio* em Ratzel não é preservada plenamente, sendo por diversas vezes *sinonimada* por outras formas conceituais como território, solo e natureza. Entretanto, nem por isso, poderíamos deixar de considerar que o *meio* ao qual fala Ratzel se faz como um conceito fundamental para compreendermos o pensamento desse geógrafo por, sobretudo, trazer um conteúdo rico o bastante para embasar grandes geógrafos posteriores. Notadamente, o *meio* ratzeliano, além dos atributos físicos e biológicos, é composto também de elementos de ordem humana. Ratzel expunha que a “[...] maior parte das influências que a natureza exerce sobre a vida espiritual do homem se manifestam através das condições econômicas e sociais que por sua vez estão intimamente ligadas entre si” (ibidem, p. 64). E, também, que quando “[...] dizemos: ‘este povo é produto do território em que habita’, esquecemos que sobre esse povo se manifestam as influências hereditárias de muitos territórios que já foram habitados por seus progenitores” (ibidem, pp. 68-69). Assim, podemos notar que Economia, Sociologia e História apresentam-se associadas à Biologia, Climatologia e Geologia; sempre com o cuidado de investigar as influências exercidas de um meio tomando quais delas se faziam com o maior potencial explicativo para determinado fenômeno. Sobre isso, por exemplo, para se saber da origem das características fisiológicas de um povo – em específico, a cor da pele – não poderíamos apenas considerar a presente relação estabelecida entre este povo e seu meio atual; mas, também, devemos investigar a história migratória desse povo para compreendermos quais foram suas sucessivas transformações adaptativas forjadas em diversos meios dos quais percorreram. Facilmente podemos notar que uma investigação desse tipo envolve uma gama de disciplinas que se reúnem sob um mesmo aspecto, a saber: a necessária ligação do homem

com a Terra, que em outras palavras, pode bem ser compreendida como uma ligação de tipo *geográfica*. Daí podermos dizer, junto com Ratzel, que se há legitimidade científica à Geografia, esta se encontra na ligação fundante homem/meio, onde, por decorrência, afloram-se infinitas determinações recíprocas.

Sem dúvida, a grande contribuição de Ratzel no tocante ao conteúdo do conceito de meio foi o de levantar o estandarte frente às outras ciências de que o meio ao qual se encontra certo povo deve ser considerado como recurso explicativo na tentativa de compreensão deste próprio povo. Ratzel fundou sua Antropogeografia sob a busca científica das determinações mesológicas. Se em termos formais, ou seja, terminologicamente, este autor não se ateve tanto numa precisa designação própria do meio, como dito, *sinonimando-a* a todo momento; em termos de conteúdo, por contrapartida, foi amiúde nas análises de diversos fatores que compunham as tantas influências que o meio poderia exercer nos *modos de ser* do homem. Daí podermos concordar com Richard Peet, lembrado por Paulo Gomes, que “[...] o determinismo ambiental foi a entrada da geografia na ciência moderna” (1996, p. 189). Ou seja, a Geografia funda-se como ciência moderna ao chamar para si, na figura de Ratzel, a responsabilidade de procurar as determinações mesológicas sobre as sociedades humanas. Contudo, atentemos. Peet diz *determinismo* e não *determinação*. Caso que nos obriga a refletir sobre uma intrincada questão que sempre se levanta quando a questão do *meio* é posta, a saber: o que é determinismo e o que, por sua vez, seria determinação?

Bem, uma resposta sumária pautada na lógica para essa pergunta seria: determinação é aquilo que singulariza um ser, aquilo que lhe dá uma identidade. É neste sentido que Henri Lefebvre fala que: “O ser é sempre *ser determinado*” (1975, p. 135, grifos do autor). Jamais, então, existirá um *ser* se este não for um *ser determinado*; e isso, faz-se independente da escolha do tipo de lógica pela qual se fará a determinação do ser. As determinações, assim, far-se-iam com os instrumentos lógicos para, ao cabo, logarmos as características próprias de um ser. Sendo que a síntese das determinações do ser nos daria o ser como uma totalidade, em sua plena identidade. Daí, também, o porquê de cotidianamente falarmos “determinado ser” quando queremos nos referir a certo tipo de ser. O preenchimento das categorias de nosso entendimento do mundo faria com que as coisas em nosso ambiente fossem se singularizando; fossem se diferenciando das demais. Assim, determinação – num primeiro momento, ainda sob a égide da lógica formal – não é senão o próprio atributo de análise e identificação dos entes no mundo. Jamais poderíamos dizer uma palavra sobre uma coisa se antes não a

estivéssemos separado do resto que lhe envolve. Em suma, determinar é buscar entender e identificar o que faz tal coisa, precisamente, ser tal coisa⁵⁰.

Já aquilo que se compreende por *determinismo* não teria um status lógico tão bem assegurado, seria como um pesar a mão sobre uma das determinações próprias de um ser. Ou seja, na busca por explicar o ser do fenômeno através de quais determinações o fizeram ser do modo que é, estaremos sempre correndo o risco – necessário, por sinal – de errarmos na medida dessa determinação; quando erramos para menos, vemos que algo na explicação daquele ser nos faltou, sua essência torna-se, por decorrência, fugidia; já quando erramos para mais, vemos que certa explicação encontrada para aquele ser não se faz ser assim tão influente. Do primeiro, estaríamos cometendo um esquecimento em nossa explicação, e do segundo, estaríamos cometendo um exagero ao querer explicar o ser sobre apenas certo tipo de determinação, estaríamos, assim, sendo deterministas. De tal modo, não poderíamos dizer que há de um lado determinação e de outro determinismo, em verdade, não há nem mesmo a possibilidade de haver dois lados; o que unicamente existe é a determinação, enquanto que o determinismo é um nome dado para uma determinação julgada como equívoca. Por isso que Wooldridge e East afirmaram que: “Só os geógrafos que optam por assumir o papel de amadores propensos a estabelecer sutis distinções de palavras caem, persistentemente, em armadilhas de sua própria criação da palavra ‘determinismo’” (1967, p. 35). *Determinismo e determinação* são, portanto, coisas que podem apenas ser distintas em grau de aceitação da veracidade. E o critério daquilo que faz que uma explicação seja bem determinada, ou determinista, é o contexto de julgo dos pares. Desse modo, por exemplo, alguém que querendo explicar a origem das diferenças de cor de pele dos seres humanos lance mão de

⁵⁰ O princípio da não-contradição faz-se válido e necessário para a apreensão formal do objeto. Isso para dar e conservar sua identidade. Assim é que recortamos sua forma – procedimento do qual a categoria *espaço* é fundamental – dos demais elementos do meio ao qual estamos. A negação nesse estágio lógico é: “cadeira não é mesa, cadeira é cadeira” (A não é não-A); é, então, negação de tipo formal, negação externa, analítica. É o primeiro passo para o entendimento do meio. Negação que separa os objetos do meio e, ao mesmo tempo, funda-os em suas identidades. Daí é que um ambiente inicialmente disforme passa a ganhar suas formas. Mas se perguntarmos “o que não é cadeira?” teremos dois tipos de resposta em níveis hierárquicos de conhecimento. Primeiro responderemos que cadeira não é caneta, não é mesa, não é luminária, enfim, não é o meio onde está. Teremos nesta resposta a identidade negativa formal desta cadeira. Porém, num segundo passo, responderemos que cadeira não é árvore, mas não no sentido de não ter a forma de árvore, mas sim no sentido de ser a própria negação daquilo que um dia foi árvore, sendo mais bem expressa como “cadeira é não-árvore” (A é não-A). Teremos, então, uma resposta cuja identidade negativa concreta da cadeira faz-se por relevar. Respondendo que cadeira é não-árvore penetramos no conteúdo do conceito; penetramos naquilo que deixou de ser árvore para *transformar-se* em cadeira. Sob a lógica formal os elementos do meio estão numa relação de exterioridade absoluta com determinado ser, sua compreensão e extensão encontram-se numa relação inversa; já sob a lógica dialética, o meio é o que traz a particularidade do ser, pois a relação com o meio agrega essencialidade para este ser, fazendo, por consequência, que sua compreensão e extensão progridam conjuntamente (LEFEBVRE, 1975; MARTINS, 1996).

argumentos geográficos⁵¹ – dizendo que o fato de populações humanas originárias com pele negra migrarem da África setentrional para as altas latitudes européias foi um dos principais motivos para se tornarem, na passagem de algumas dezenas de milhares de anos, mais esbranquiçadas – está propondo entender o fenômeno *cor da pele* sob uma determinação de ordem geográfica. Porém, pode outro vir e dizer que esta explicação está equivocada por ceder espaço demais aos motivos da diferenciação da cor da pele às determinações geográficas; daí este crítico do primeiro estaria vendo na explicação geográfica deste fenômeno, uma explicação de cunho determinista. Mas, não nos enganemos, procurar determinações é a primeira e a última tarefa de qualquer cientista, e uma ciência que não busca determinações de seu objeto nos fenômenos do mundo jamais se firmaria como ciência.

Trazendo essa discussão para Geografia, mais precisamente para Ratzel, podemos compreender que este autor fundou a Antropogeografia como uma ciência pautada na busca das determinações mesológicas, onde as múltiplas determinações do meio geográfico em que os seres se encontram também fazem parte da suas explicações. Todavia, obviamente, que por ser pioneiro e por dispor de um aparato teórico desenvolvido, este geógrafo apresenta passagens donde o peso que dá às explicações, ou melhor, às determinações meso-geográficas na marcha dos povos, faz-se hoje considerado, por muitos, demasiado. E é por isso que Ratzel aflora, dentro de diversas interpretações da história das ideias geográficas, sob o estigma de ser um determinista inveterado⁵². No entanto, não podemos deixar de considerar que muito dessa interpretação deve-se, também, a explanação contrária à metodologia do geógrafo alemão, amplamente difundida na Geografia, do historiador Lucien Febvre⁵³; que, negando a busca por influências mesológicas, conclui sua obra *A Terra e a evolução humana* dizendo:

⁵¹ Caso que foi motivo de apreciação teórica nos escritos de Ratzel (1990), Reclus (1985), Vidal de La Blache (1946), Demangeon (1982) e Sorre (1984).

⁵² Talvez, dentro da história do pensamento geográfico, quem, mais do que Ratzel, carregue a alcunha de ter sido *determinista*, seja Ellen Churchill Semple, uma de suas principais discípulas. Porém, passagens como a seguir nos revelam uma autora com um apurado enfoque metodológico antropogeográfico: “O homem é um produto da superfície da Terra. Isto não significa apenas que ele é um filho da Terra, pó de seu pó; mas que a Terra o concebeu, o alimentou, lhe impôs tarefas, dirigiu pensamentos, criou dificuldades que lhe robusteceram o corpo e lhe aguçaram o engenho, lhe suscitou problemas de navegação e rega e, ao mesmo tempo, lhe murmurou sugestões para resolver. Ela entrou-lhe nos ossos e na carne, na mente e na alma. [...] O homem não pode ser estudado cientificamente desligado da terra que cultiva, das regiões que percorre, dos mares que navega” (SEMPLÉ apud FERREIRA & SIMÕES, 1986, p. 120). Podem Ratzel e Semple terem pesado demasiadamente a mão em algumas de suas explicações geográficas da realidade, no entanto, como afirmou Richard Hartshorne, ambos nunca “[...] supuseram que o meio natural fosse determinante de maneira absoluta” (1978, p. 61).

⁵³ Segundo Wooldridge e East: “O arrazoado contra o determinismo foi exposto de maneira clara, quase violenta, por Lucien Febvre. Existe mesmo a possibilidade de o pêndulo ter oscilado por demais, pois os geógrafos se tornaram extremamente sensíveis à acusação de ‘determinismo’” (1967, p. 33). A decorrência disso foi que: “A crítica exarcebada ao ‘determinismo geográfico’ obnubilou ou obscureceu a análise das influências do ambiente sobre o social” (UNWIN, 1992, p. 262).

É um problema de “relações” e não de “influências”. Relações: eis um termo são, sem um pesado passado nebuloso e obscuro: sem ocultismo. [...] Que relações mantêm as sociedades de hoje com o meio geográfico presente? Tal é o problema fundamental – o único – posto pela geografia humana (p. 717).

Nesta passagem – afora a patente e temerária exclusão da investigação de qualquer tipo de geografia histórica, posto que o “presente”, e somente ele, seria objeto próprio de análise dos geógrafos – Febvre propõem uma substituição do termo *influência* para o de *relação* argumentando que assim resolveríamos o “problema” dos geógrafos em estarem sempre querendo buscar as determinações geográficas das sociedades. Porém, como já levantado, é possível uma ciência existir se não procurar determinações de seu campo de estudo? Ou melhor, o que pode querer um geógrafo do que outra coisa senão desvelar o conteúdo geográfico da realidade? Ora, logo podemos notar que dizer que a Geografia deve estudar as *relações* e não as *influências* é reduzir-se ao âmbito retórico; afinal, haveria outro modo de estudar as relações entre o meio e o homem se primeiro não estabelecermos as suas recíprocas determinações, ou seja, as suas *co-influências*? Fosse de outro modo, o ocultismo das influências, evidenciado por Febvre, recairia sob o que se quis dizer, então, com tais “relações”. A dubiedade desta argumentação faz-se de tal modo que poucas linhas ulteriores separam a enfática proposta das relações como “a única tarefa do geógrafo” da passagem: “Para agir sobre o meio, o homem não se coloca fora dele. Não vai escapar à sua influência no preciso momento em que procura exercer a sua própria influência sobre ele” (idem, p. 718). Ora, parece que assim retornamos à estaca zero. Mas, em verdade, não há nada de negativo nisso, pois querer entender as determinações geográficas – ficando claro que nelas também estão contempladas às feições humanas – é o mote próprio de nossa disciplina que, como todo conhecimento, se mostra ao longo do tempo falho em inúmeros aspectos, mas que busca aprimorar-se, refinando seus conceitos e técnicas, constantemente.

Assim, quando Richard Peet diz que o determinismo ambiental – ou, em outras palavras, o determinismo mesológico – foi a porta de entrada da Geografia nas ciências modernas, podemos interpretá-lo sob dois modos distintos. Primeiro, sob a argumentação febreana de que a Geografia errou a princípio por querer reconhecer as determinações do meio nas sociedades humanas; erro apenas solucionado com o aparecer da metodologia que denominou *possibilista*. E segundo, sob o entendimento que o próprio cerne investigativo da Geografia é saber bem ponderar, junto às outras ciências, qual é o papel das determinações mesológicas no rumo das sociedades. Ou seja, enquanto que a primeira fórmula relega às

determinações do meio a um caráter secundário, dando ao ser humano poderes supremos de arranjar e rearranjar a geografia a sua vontade; a segunda fórmula levanta as características do meio de modo a se apresentarem como dificuldades e/ou possibilidades às ações humanas, bem marcando o papel da geografia na história humana. Mas, então, qual desses juízos estaria correto? Bem, deixemos a resposta do impasse com o próprio autor que Febvre elegeu como o líder dos possibilistas⁵⁴; Paul Vidal de La Blache, ao comentar sobre as metodologias utilizadas para se compreender o fenômeno humano, disse:

Parte-se do homem para chegar ao homem; representa-se a Terra como “a cena em que se desenrola a atividade do homem”, sem refletir que a própria cena tem vida. O problema consiste em dosear as influências sofridas pelo homem, em aceitar que um certo gênero de determinismo atuou no decurso dos acontecimentos da História (1946, p. 25).

Neste ponto, algo já começa a se fazer patente. Se há alguma interpretação de que o pensamento de Ratzel, em relação às influências que o meio exerce na história, é de cunho determinista e que este tipo de raciocínio só foi corrigido por um possibilismo de tipo labachiano, esta, só mesmo se deu na concepção de Lucien Febvre (MOREIRA, 2006), pois as obras de Ratzel e Vidal de La Blache denotam franca concordância teórico-metodológica. Assim, iniciar um estudo sobre o sentido do conceito de meio na história do pensamento geográfico pondo-o de pronto, e sem maiores questionamentos, no impasse binomial determinismo/possibilismo é algo no mínimo desaconselhável no tocante ao implícito anacronismo e à inadequação lógica da proposta⁵⁵.

Todavia, se Vidal de La Blache mostra-se em consonância de objetivos em relação à proposta antropogeográfica de Ratzel, há de se apontar, em contrapartida, que este pensador francês apresenta alguns pontos de interesse específicos em sua interpretação geográfica da realidade que devem ser ressaltados enquanto avanços teórico-metodológicos para a nossa disciplina. E umas dessas contribuições incidiram, precisamente, na abordagem conceitual do

⁵⁴ “[...] os ‘deterministas’ à maneira de Ratzel e os que poderíamos talvez chamar os ‘possibilistas’ à maneira de Vidal de La Blache” (FEBVRE, 1954, p. 430).

⁵⁵ Milton Santos já havia apresentado uma excelente síntese dessa argumentação elucidada na passagem: “[...] a noção de determinismo não suprime a ideia de possibilidade, e, ao contrário, a reforça. Quando Vidal de la Blache escreve que ‘não existem necessidades, mas em toda a parte existem possibilidades’ trata-se de uma verdade banal. O reino do possível não é o mesmo do aleatório, mas o da conjunção de determinações que juntas se realizam a um dado tempo e lugar. Não se trata aqui de ‘fatalidades’, nem no chamado possibilismo nem no determinismo, se a palavra é tomada com a conotação que os possibilistas lhe deram. A verdade é que, fora da geografia, antes, durante e depois deste debate, as palavras *determinação* e *determinismo* puderam ser utilizadas sem corruptela. Essa querela serviu apenas para retardar a evolução da geografia; e a noção de possibilismo, por isso mesmo, jamais conseguiu desenvolver-se de maneira satisfatória” (1978, p. 26, grifos do autor).

meio. Se Ratzel marcou a história do pensamento geográfico ao levantar as determinações mesológicas como investigação própria da Geografia sem, no entanto, tratar o conceito de meio com um grau de precisão adequado a fim de distingui-lo de outros. Já, com La Blache, este conceito será beneficiado não só pela maior preocupação que este autor teve de deslindá-lo, mas, também, por inseri-lo numa rede conceitual onde potencializou sua capacidade de explicação dos fenômenos aos quais se destinava elucidar⁵⁶.

Segundo Paulo Gomes, quatro são os principais conceitos formadores da teia conceitual vidalina, a saber: “[...] organismo, meio, ação humana e gênero de vida” (1996, p. 198). Sendo o conceito de meio a base para o arranjo dos demais, pois compreenderá a síntese de todas as determinações naturais e sociais que resultam no entorno do homem. Deste modo, meio, nas palavras de Vidal, será assim esboçado:

Sob este nome de *meio*, grato à escola de Taine, sob o de *environment*, de emprego frequente na Inglaterra, ou mesmo sob o de ecologia que Haeckel introduziu na linguagem dos naturalistas –, é sempre idêntica preocupação que se impõe ao espírito, à medida que melhor se descobre a íntima solidariedade que une as coisas e os seres. O homem faz parte deste encadeamento; e nas suas relações com o que o rodeia, ele é, ao mesmo tempo, ativo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maior parte dos casos, até que ponto será uma ou outra coisa. [...] Assim, esta noção de meio, que se resumia outrora numa fórmula demasiado simples, não cessa de se complicar em função do progresso do nosso conhecimento do mundo vivo; mas essa mesma complicação permite definir aquela noção com maior rigor (1946, p. 148).

Vemos nesta passagem a preocupação em bem precisar o entendimento que se tinha sobre tal conceito, remetendo-o, para isso, à sua epistemologia e à sua etimologia. Interessante, também, faz-se a referência à Taine e Haeckel como forjadores do termo além, é claro, de, mais uma vez, ressaltar a necessidade de ponderar quais seriam as principais determinações que o compreenderiam. Ou seja, Vidal diz que quanto mais estudamos este complexo de determinações que formam as características próprias que cada meio, mais e mais nos vemos envoltos com determinações que anteriormente não considerávamos. De tal modo, a definição do meio estaria fortemente vinculada ao grau de apreensão das relações de seus determinantes. E o homem, para o autor, deve ser entendido como parte integrante dos elementos formadores do meio. Compreendia que “[...] as associações humanas, do mesmo

⁵⁶ Devemos nos ater, todavia, que apesar de Vidal buscar forjar conceitos relativamente mais precisos que Ratzel, também deixou em seus escritos grande similitude entre os termos *meio*, *paisagem*, *domínio* e *região*; estando todos se referindo ao conjunto de elementos naturais e sociais (tais como clima, relevo, vegetação e gênero de vida) sobrepostos num dado recorte territorial. Caso que, segundo François Dosse, também ocorreria com os conceitos de *espaço* e *meio*, sendo, estes, “termos equivalentes” (2004, p. 128) para Vidal.

modo que as associações vegetais e animais, compõem-se de elementos diversos submetidos à influência do meio” (idem, p. 35) e que “[...] os fatos de Geografia humana ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas” (ibidem, p. 26). Algo precisamente correlato às apreciações ratzelianas, posto que para ambos as referências teóricas sobre as relações homem/meio proviam da síntese almejada pela então insipiente Ecologia. No entanto, há em La Blache uma preocupação da qual Ratzel até se ateuve – porém, em menor grau – de entender quais foram as respostas das diversas sociedades humanas em contato com seus respectivos meios. Ou seja, Vidal, entendendo ser necessária a compreensão de todas as determinações que o meio exerceria sobre as sociedades, busca se concentrar na questão de como que a cultura cumprirá o papel de uma sobredeterminação àquelas de origem física e biológica⁵⁷.

Emmanuel de Martonne – no prefácio da obra *Princípios de geografia humana* de seu mestre, a qual também coube a tarefa de organizar – nos dá bem os indícios da contribuição vitalina na relação homem/meio, dizendo:

O meio, complexo de condições variadas de clima, solo, associações vegetais, posição, situação, relevo, atua sobre os grupos humanos; estes respondem, reagindo, adaptando-se ativamente a essas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece. Não há aqui uma relação de causa e efeito, mas de excitação e reação, pois não vemos que as mesmas causas geográficas produzam os mesmo efeitos (1946, p. 10).

O que quer dizer que por não encontrarmos as mesmas respostas dos diferentes tipos de sociedades em condições mesológicas idênticas, não poderíamos ter metodologicamente o mesmo princípio de causa e efeito do qual, por exemplo, poderíamos utilizar em nossas análises de biogeografia. Pois algo faz o homem escapar deste princípio, algo que La Blache reconhecerá como fundamento próprio dos humanos e, também, como necessária etapa teórica para compreensão das diferentes culturas; esse algo é, precisamente, a *contingência*.

Os seres humanos, para Vidal, são seres naturais tais quais quaisquer outros seres, e, por isso, sofreriam as mesmas determinações impostas a todo ente natural. Devem se alimentar, se abrigarem, se reproduzirem visando apenas prolongar o fim obrigatório que a

⁵⁷ Mesmo buscando enfatizar as respostas humanas aos condicionamentos mesológicos, La Blache não deixa de reconhecer que: “As causas físicas, cujo valor os geógrafos se tinham anteriormente esforçado por encontrar, não devem por isso ser desprezadas; importa sempre marcar a influência do relevo, do clima, da posição continental ou insular sobre as sociedades humanas; mas devemos encarar seus efeitos no homem e no conjunto dos seres vivos, simultaneamente” (1946, p. 36). Ponderando, contudo, que: “Nenhuma destas causas pode ser desprezada; nenhuma, também, é suficiente. Tudo o que se refere ao homem é contingente” (ibidem, p. 50).

morte lhes impõe. No entanto, nesta luta constante por sobrevivência os homens foram, de geração em geração, aprimorando cognitivamente seus relacionamentos com a natureza. E esse desenvolvimento avançado se deveu ao aprimoramento de seu cérebro, pois a partir dele o homem:

[...] dirigiu o seu esforço para aquilo que criava em seu proveito como uma novidade, para o que tinha o atrativo de uma invenção; e nesse esforço encontrou o prazer que os animais mais bem dotados para corrida ou para o ataque sentem no exercício da sua agilidade ou da sua força. Podendo dispor dos braços para alcançar e dos dedos para modelar a matéria, criou o instrumento. Em contraste com os lírios “que não fiam” [alusão do autor ao evangelho de São Mateus], ele próprio provê a proteção do seu corpo. Quanto à velocidade, buscou-a no animal e, depois, nas energias acumuladas na matéria. Há como que um princípio imanente de progresso nestes conflitos que nascem das necessidades do meio (VIDAL DE LA BLACHE, 1946, p. 154).

E a capacidade inventiva gerada pelo desenvolvimento cerebral que o homem obteve ao enfrentar as intempéries do meio fez com que a contingência, a liberdade, emergisse em sua ação. Assim, a *ação humana* é diferente da ação de qualquer outro animal, ou ser vivo, por ser regida pela liberdade de escolher como responder de maneira criativamente própria os desafios impostos pelo meio à sua sobrevivência. “Seus atos não são unicamente resultados de uma composição de forças externas. Ele escolhe as possibilidades com que lhe brinda da natureza” (2003, p. 142), complementaria Max. Sorre. E as respostas que os homens – não de forma individual, mas coligados, pois “[...] o homem não age nem vale geograficamente senão por grupos” (1946, p. 63), diria Vidal – deram aos desafios do meio reuniram-se em um arcabouço de saberes técnicos que nomeou por *gêneros de vida*; conceito do qual, podemos dizer, que não é, senão, o conceito de cultura em sua configuração territorializada⁵⁸.

Por sua vez, o conceito de *gênero de vida* forma com o conceito de *meio* um par, ambos sendo como faces de uma moeda, jamais podendo ser compreendidos um sem o outro; pois, como nos lembra Ruy Moreira: “O meio geográfico aparece sempre que o gênero de vida é considerado” (2008, p. 167). Assim, os grupos humanos – frutos de um afloramento unitário e casuístico da evolução natural – a partir do momento em que tomaram posse de atributos cognitivos que lhes proporcionaram certa margem de escolha para suas sobrevivências, formaram tradições diferenciadas entre si, pautadas nas distintas escolhas de

⁵⁸ Isso, por exemplo, é bem expresso na definição que Max. Sorre dá ao conceito de seu mestre: “Entende-se gênero de vida por um conjunto coletivo de atividades transmitidas e consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua existência em um meio determinado. Um conjunto de técnicas adaptativas do homem e do meio, no que comportam elementos mentais e intelectuais” (2003, pp. 140-141).

relacionamento com o meio do qual se alocaram. Na verdade, estes meios, com o passar de gerações, resguardaram a própria face dos gêneros de vida destas populações. Afinal, como dizia Fernand Braudel, “[...] a terra, como nossa pele, está condenada a conservar as marcas das antigas feridas” (1991, p. 25). Ficando para nós, intérpretes dessas geografias humanizadas, dessas “rugosidades” (SANTOS, 1991), no decorrer duma longa duração, uma sensação de até indiferenciação entre estes dois conceitos: *meio e gênero de vida*.

A cultura expressa geograficamente por Vidal como *gênero de vida* não é, também, mais que uma expressão da própria natureza. E nisso o autor comunga com Ratzel, que sua vez, comungou com Darwin. O homem não faz outra natureza ao criar seu meio, mas tão somente escolhe desigualmente para seu uso aquelas espécies e materiais que lhe serão úteis. “O homem tomou partido”, dizia Vidal (2005, p. 115); agindo como um selecionador natural. Modificando a natureza a partir de suas próprias entranhas. “A ação do homem tira o seu poderio dos auxiliares que mobiliza no mundo vivo: plantas e animais domésticos, porque dá assim impulso a forças em potência que, graças a ele, encontram campo livre e agem” (idem, 1946, p. 39). Assim, “[...] a natureza age como estímulo” (ibidem, p. 262) e o homem “[...] obedecendo aos seus impulsos e aos gostos próprios, humaniza, para seu uso, a natureza ambiente” (ibidem, p. 264).

Contudo, esta ação humana dentro da natureza não é pela busca de sobrevivência simples. Os gêneros de vida são a síntese das projeções e definições que os grupos humanos fizeram de si mesmos. A contingência a florada no cérebro do homem libertou-o parcialmente das restritas regras naturais⁵⁹. Vidal parece bem inclinar-se a favor da afirmação que a explicação ser vivo/meio oferecida por Darwin não se dá como plenamente satisfatória quando nos referimos ao homem. Pois se as mesmas determinações naturais não geram as mesmas formas de sobrevivência humana, por decorrência, os impulsos humanos não podem, assim, serem apenas por sobrevivência. Há algo no gênero de vida que foge às regras explicativas puramente naturalistas; algo arbitrariamente escolhido pelas sociedades. E esse algo é, precisamente, sua singular concepção de existência; afinal: “Os instrumentos que o homem põe ao serviço da sua concepção de existência derivam de intenções e de esforços coordenados em vista de um modo de vida. Por isso, formam um conjunto encadeiam-se, e revelam uma espécie de parentesco entre eles. Uma aplicação atrai outra” (ibidem, p. 263). E esse “modo de vida”, ao qual fala o autor, é o que reordena o valor de uso dos meios aos quais

⁵⁹ Sorre (1984), complementado Vidal, dirá que a originalidade humana na relação com o meio, entre os demais seres vivos, foi obtida devido à natural manifestação de quatro elementos, a saber: plasticidade, alto grau de desenvolvimento mental, mobilidade e alto grau de sociabilidade.

as sociedades estão postas. Então, não é a pura materialidade do meio que explica os gêneros de vida dessas, mas, o que as explica, é o como que suas diversas concepções de existência selecionam valorativamente e diferencialmente os elementos alocados naquele meio. É por isso “[...] que se pode dizer-se que as causas geográficas não agem sobre o homem senão por intermédio dos fatos sociais” (ibidem, p. 142).

Portanto, o conceito de meio para La Blache, em absoluto, não determina menos que o de Ratzel. O *meio* lablachiano traz, somadas às considerações de Ratzel, a ênfase de ser um produto da contingência humana gerada a partir das relações *orgânicas* para com o meio natural. Se Ratzel inclinou-se na busca por entender as determinações do meio, Vidal, por sua vez, buscou entender como a contingencial *ação humana*, a liberdade de criar, gerou novas determinações aos homens a partir do acúmulo de seu saber fazer, de sua técnica, enfim, de seu *gênero de vida*. Deste modo, Vidal, ao contrário que o binômio determinismo/possibilismo possa vir a passar, não reduz as determinações do meio ratzeliano, mas, ao contrário, as estende ao envolver as ações técnicas humanas às determinações naturais. A cultura territorializada, o gênero de vida, passa a ser, assim, mais uma e importante chave de entendimento das determinações do meio.

Os avanços obtidos por Vidal de La Blache, no que tange ao conceito de meio, foram objeto de sistematização por parte de um de seus mais destacados discípulos: Albert Demangeon. Vivenciando um contexto em que as disputas por cátedras em universidades faziam os pesquisadores estarem sempre vigilantes no tocante a sua fronteira disciplinar; tal autor – num ensaio publicado postumamente, em 1942, intitulado *Uma definição de geografia humana* – busca demonstrar os recortes do real que fariam, ao cabo, dar-nos o apropriado objeto à nossa ciência. Dentro deste intuito, constrói um arranjo argumentativo donde inicialmente lança uma definição ampla de geografia humana e vai reduzindo sua esfera de abrangência até atingir o juízo que considera como o próprio cerne investigativo da Geografia.

Neste ensaio, Demangeon (1982), da mesma forma que outros geógrafos que o antecederam, inicia reconhecendo o primado teórico da geografia científica nos esforços de sistematização de Humboldt e Ritter por tentarem, cada qual ao seu modo, compreender as esferas do homem e do meio de maneira conjunta. Partindo deste reconhecimento, lança a primeira definição da qual considera como própria da Geografia: 1ª. o estudo do homem com o meio físico; compreendendo por meio físico tudo aquilo que estaria envolto ao homem e que fosse de origem natural. Tal definição, portanto, excluiria do *meio* todo o imaginário e a materialidade forjada sob os ditames da cultura. Porém, tão logo ao expor esta tese, rapidamente procura rebatê-la avaliando que a abrangência da definição faria com que a

ciência geográfica não dispusesse de rigores analíticos por querer abarcar, por exemplo, explicações que deveriam ser tarefa apenas de médicos e antropólogos, como as relações fisiológicas individuais entre a cor da pele e a incidência de luz solar. Assim, faz sua primeira retificação da tese lançada, dizendo que a Geografia não deveria se ater aos problemas de ordem individual; como havia dito La Blache, o fenômeno humano, para Geografia, só deveria ser considerado como um agrupamento, sendo que tudo que fosse além disso, deveria ser delegado para pesquisadores de outras áreas. Assim, caberia à Geografia: 2^a. o estudo dos agrupamentos humanos com o meio físico. Mas, novamente, Demangeon não demora em pontuar certa imprecisão na tese levantada. E, dessa vez, argumentando que não devemos reconhecer os elementos do meio somente de origem natural, diz que há uma distinção necessária de termos que devemos considerar. Quando dizemos *meio físico* estamos apenas considerando elementos de origem natural do meio, mas quando nos referimos a *meio geográfico* então estaríamos nos referindo não só aos elementos de origem natural, mas também aos elementos construídos pela sociedade humana. Daí resulta sua definitiva tese sobre o que concerniria o estudo da Geografia; esta ciência deveria se voltar ao: 3^a. estudo dos agrupamentos humanos com o meio geográfico.

A sistematização que Demangeon faz do objeto da Geografia tem importância por nos guiar na metodologia de nossa ciência. Ocorre que, por outro lado, é difícil vermos nela grandes avanços ou inovações teóricas quando nos focamos apenas em sua oferecida definição de meio. Isso, pois a distinção entre meio físico e meio geográfico não parece conseguir se sustentar por muito tempo se posta sob análise crítica. Resultando até por ser problemática se levada ao pé da letra; pois, afinal: o meio geográfico seria uma coisa e o meio físico outra? Uma região do planeta não modificada pelo homem não seria, então, um meio geográfico? E o meio – tanto o físico, quanto o geográfico – seria propriamente o quê, antes de sua distinção? Tais dúvidas levantam a suspeita de que o que pode ter prejudicado a definição de Geografia de Demangeon talvez tivesse sido uma presente ambiguidade no conceito de meio – derivada da cisão natural/humano, motivo da perspicaz crítica feita por Hartshorne exposta no próximo capítulo – central em seu juízo. Mas não faltou à Geografia alguém que, atendo-se a isso, repousou devida atenção a esta peça chave de nosso vocábulo conceitual; e esse alguém foi Maximilien Sorre.

Como vimos, Ratzel foi o primeiro a levantar a temática das determinações do meio; Vidal de La Blache, por sua vez, tratou de inserir este conceito numa teia conceitual fundando-o e habilitando-o a ponto de ser considerado um conceito próprio de nossa ciência; Demangeon, seguindo os mesmos passos do mestre, buscou dar um passo a diante nesse

enredo ao especializar o conceito de meio numa cisão entre natural e geográfico, fazendo com que o segundo, na relação com a sociedade erguesse como o próprio objeto da ciência geográfica. Mas, com os esforços de Sorre – contemporâneo de Demangeon e, também, discípulo de Vidal – é que o conceito de meio ganhará uma precisão tal que atingirá reflexões entremeadas por raciocínios ontológicos. Ou seja, Sorre se debruçará no questionamento sobre o que faz o meio ser o meio, em seus níveis mais básicos, almejando, assim, o que poderemos entender como o *ser* do meio; buscando o essencial da relação homem/meio. Pois, conforme destacou Fernand Braudel, “o homem que [Sorre] estuda é assim reduzido às bases, às condições primeiras de sua vida e recolocado, enquanto tal, nas condições geográficas do vasto mundo” (1978, p. 144).

Partindo da premissa que “[...] o primeiro problema da Geografia Humana consiste em elucidar as relações entre o homem e o meio, a partir do ângulo espacial” (2003, p. 138) e que “[...] re-criamos a cada momento nosso meio ao tempo que estamos submetidos a ele” (1984, p. 139), Sorre buscará descortinar amiúde as “[...] correlações entre o meio e as funções mentais do indivíduo ou do grupo” (idem, p. 31). Igualmente, tendo a ação do meio como “[...] um pouco mais que uma simples hipótese de trabalho” (ibidem, p. 65) apoiará que “[...] todos os elementos do meio físico e social atuam sobre todos os aspectos da vida psíquica, em todos os graus do seu desenvolvimento” (ibidem). Portanto, diferente de Ratzel, Vidal e Demangeon, Sorre entende que a Geografia deve considerar o âmbito individual. Ou seja, as influências geográficas no indivíduo. Transpondo, assim, a noção de meio, antes somente encerrada como complemento de determinação ao grupo humano, à posição de par do indivíduo. Afora este acrescentamento, Sorre – em artigo originalmente publicado 1954, intitulado *A adaptação ao meio climático e biossocial: Geografia Psicológica* – nos oferece a que pode ser considerada a maior preocupação de bem precisar teórica e metodologicamente o conceito de meio dentro da Geografia; ali, dizia:

Desviado de seu significado geométrico original, o termo *meio* refere-se ao conjunto das condições exteriores de vida do indivíduo ou do grupo. Na prática, tem o mesmo valor que *ambiente* ou *meio ambiente*. Isto significa que os elementos que ele comporta não constituem um quadro inerte no âmbito do qual se situa a atividade do Ser. Ele representa mais do que um valor topográfico, pois seus constituintes estão estreitamente associados à execução de todas as funções vitais, uma vez que exercem, sobre qualquer forma de atividade, uma pressão ora de limitação, ora de orientação e uma vez que é, primeiramente, às suas expensas que se constrói a matéria viva. A palavra do apóstolo adquire aqui significado: *In ea vivimus, movemur et sumus*. Nós estamos mergulhados no meio e ele nos penetra de todos os lados. Afastemos então, imediatamente, um outro sentido da palavra *meio*, familiar aos biólogos, que

falam de *meio interno* para designar o conjunto dos fenômenos que se passam no interior do organismo. Não temos de nos preocupar com isso aqui (1984, p. 31).

Somente nesta passagem podemos reconhecer, ao menos, oito ganhos conceituais ao termo *meio*, a saber: 1°. por retirá-lo de qualquer apreciação de cunho matemático ou geométrico, cujos fundamentos encontram-se nas formulações iniciais de Newton; 2°. por afirmá-lo como algo essencialmente negativo e relativo de um ser ou um grupo de seres; 3°. por preocupar-se precisá-lo em sua terminologia assumindo-o como sinônimo conceitual de *ambiente* e de *meio ambiente*; 4°. por reconhecê-lo como algo dinâmico e ativo na vida dos seres; 5°. por iniciá-lo na fundamentação de uma perspectiva ontológica, generalizante, a partir do par ser/meio; 6°. por transpô-lo de um valor apenas topográfico para um valor holístico, como que se transmutando-o de uma imagem plana, tópica, para de uma esfera envolvente ao ser⁶⁰; 7°. por trazê-lo como complemento de determinação dialética do conceito de vida e; 8°. por afastar qualquer preocupação por parte dos geógrafos em querer tratar do meio interno – conceito muito tematizado por fisiologistas do fim do século XIX como Claude Bernard, Haldane e Walter Cannon (MUMFORD, 1958, p. 12) – delegando-o a ser somente a alteridade do ser vivo, ou o complemento inorgânico exterior do orgânico.

Porém, para conseguir resultados no estudo da complexidade da qual o meio se apresenta, Sorre propôs desmembrá-lo em três complexos sobrepostos, a saber: 1°. o *climático*, 2°. o *vivo* e 3°. o *social*. Do primeiro, afirmava que “[...] as disposições nervosas e os estados mentais são influenciados pelos movimentos da atmosfera, isto não se pode negar” (1984, p. 36). Ou seja, as variações climáticas incidiam diretamente na disposição psicológica dos indivíduos. Apontando, também, para as diferenças de incidências climáticas relativas ao modo de vida rural e urbana ao dizer: “O camponês passa a maior parte de sua existência em meio ao clima local. O homem das cidades exerce quase toda a sua atividade encerrado em microclimas” (ibidem, p. 37). Sobre o segundo, o complexo vivo, construiu uma estrutura conceitual que extrapolaria as fronteiras de nossa disciplina influenciando, até hoje, uma gama de pesquisas realizadas nas ciências biológicas e médicas (FERREIRA, 1991; BOUSQUAT & COHN, 2004). Dizia que quando nos atentamos aos elementos constituintes do complexo vivo que nos envolve, descobrimos nele duas espécies de forças, uma organizada por nós mesmos e feita do conjunto da natureza de animais, vegetais, fungos e

⁶⁰ Concepção que depois será amplamente desenvolvida pelos geógrafos influenciados pela corrente filosófica da fenomenologia. Para estes, meio ou ambiente será sinônimo de mundo ou mesmo de paisagem. Sendo entendido, por exemplo, para Yi-Fu Tuan como: “As condições sob as quais qualquer pessoa ou coisa vive ou se desenvolve; a soma total de influências que modificam ou determinam o desenvolvimento da vida ou do caráter” (apud HOLZER, 1997, p. 80).

bactérias que dominados e domesticamos para nosso benefício, formando o que chamou de *complexo de subsistência*; porém, juntamente com esse, havia outro de força contrária composta de elementos antagônicos à nossa vida também na forma de plantas, animais, fungos, bactérias e vírus nomeados por *complexo patogênico*. A tensão entre ambos formaria a dinâmica do complexo vivo. Já o complexo social, terceiro na composição sorreana das determinações do meio sobre os indivíduos, mostra-se correlato ao conceito de cultura. Sendo a somatória de aparatos materiais e cognitivos sobre os quais as sociedades mediam suas relações com a natureza. Assim, o complexo social, dos três, é o gerenciador de mediações. Os componentes físicos e biológicos eram selecionados por esse complexo; sendo esse, também, o maior responsável pelas determinações no plano individual. Para elucidar isso, Sorre dizia:

Todas essas características [naturais] que acabam de ser lembradas não chegam e nem exercem qualquer ação sobre o grupo senão após estarem impregnadas de humanidade, refratadas pelo meio social. E este possui virtude própria. Animal social, o homem passa parte de sua existência no seio de um grupo, numa aldeia ou numa cidade, onde todas as condições climáticas locais são modificadas. Ele troca seus parasitas com outros homens. As atividades que exerce e que não escolheu livremente imprimem a seu *habitus corporis*, e mesmo a sua estrutura mental, uma envergadura particular. Ele pertence a uma profissão, a uma casta, a uma família, a uma classe, a um Estado. Tem uma religião. Obedece a seus imperativos e respeita suas interdições. Seus atos, os mais simples e aparentemente os mais naturais, a escolha do modo de preparo e o consumo de alimentos são determinados bem menos pela natureza ou pela abundância dos recursos alimentares do que por um conjunto de predicções originais entre funções mentais e vida social. Em cada um de seus gestos, em cada um de seus pensamentos, o social e o individual se misturam inextricavelmente (ibidem, p. 43).

Portanto, é sob o conjunto dessas ferramentas conceituais que Sorre forjará seu conceito de meio. Oferecendo aos futuros investigadores uma metodologia centrada na captação mais próxima possível das influências mesológicas das sociedades e da mentalidade dos seus indivíduos⁶¹. Algo que não se importava em dizer até que: “Em boa parte, a Geografia Humana apresenta-se como uma *ecologia do homem*” (2003, p. 139, grifos do autor); ressaltando, sempre quando o fazia, as diferenças singulares encontradas no homem em relação aos demais seres vivos.

⁶¹ A fim de melhor compreender as estruturas psíquicas dos indivíduos derivada de fatores ambientais, Sorre propunha ainda que: “As exigências do espírito seriam satisfeitas se pudéssemos: 1º) determinar as reações psíquicas dos grupos às variações dos fatores mesológicos tomados isoladamente, com base na utilização dos dados da psicofisiologia; 2º) determinar, à luz dessas observações, as condições ótimas da atividade de cada grupo; 3º) avançar, então, para a determinação do papel do ambiente na formação da psicologia do grupo” (1984, p. 45).

Após Sorre, Jean Tricart retomará a concepção de meio, porém, desenvolvendo-a numa outra perspectiva daquela que havia até então sendo relacionada ao conceito de gênero de vida. Segundo Ruy Moreira – que o considera como o principal teórico do *meio ambiente* em seu matiz geográfico – Tricart, adotando como referência escalar a taxonomia das paisagens desenvolvida por Bertrand, “[...] funde a Geomorfologia, a Climatologia, a Hidrologia, a Geologia e a Biogeografia numa teoria e num método unificados, realizando a primeira de uma série de ondas de integralização das ‘geografias físicas’ no sentido de chegar a um conceito mais completo e integrado de meio ambiente” (2008, p.34). Como resultado disso, chega a uma concisão notável do conteúdo natural do conceito de meio ao delinear as suas três fontes causais de energias primárias: a do centro da Terra, a da gravitação e a da luz do Sol; onde:

O meio físico-geográfico é o resultado da conjunção das duas primeiras forças, a força da matéria acumulada nas camadas do planeta e a força da atração dos astros, e os seres vivos, o resultado da conjunção destas com a terceira, a força das radiações, o conjunto das interações sendo o meio geográfico. O meio geográfico é, assim, o meio físico mais os seres vivos na abrangência das suas interações e que tem os seres vivos como seu sujeito de formação (MOREIRA, 2008, p. 119).

Sendo ainda estas três forças primárias as responsáveis pelo mantimento dos fluxos energéticos que sustentam todas as formas de vida no “meio ambiente terrestre” (TRICART, 1975; 1978).

Por fim – e com intento de rematar esta revisão epistemológica do meio, bem sabendo que não a esgotamos – poderíamos dizer que o mais recente importante geógrafo a teorizar a partir do conceito de meio, alocando-o como peça chave em seu arranjo terminológico, foi Milton Santos. Embasado pela tradição lançada por Ratzel, reforçada por Vidal de La Blache e culminada por Sorre, Santos retoma o meio como par conceitual do gênero de vida; sendo este último termo renomeado por ele, como pudermos ver na análise apresentada no fim do capítulo, por *técnica* e o primeiro como sinônimo de *espaço geográfico*.

De tal modo, o que fica desse breve percurso adentro à história do pensamento geográfico é a certeza que o conceito de meio tem consistentes raízes epistemológicas em nossa disciplina. Porém, se seu conteúdo mostra-se bem constituído teoricamente, de sua forma terminológica já não podemos dizer o mesmo, pois quase sempre flutuou num mar de sinônimos aportando, raras vezes, em definições próprias. Eis, talvez, seu principal defeito: a imprecisão terminológica. Contudo, mesmo sendo necessário tal apuro, faz-se sob uma pena

menor, posto que sua rica fundamentação teórica ainda segue pulsando forte e ilesa ao pó que ora se assenta sobre o papel dos nossos clássicos.

Fins do meio

Ruy Moreira (2006), ao analisar a história do pensamento geográfico, diz que a Geografia possuiu três momentos distintos de acepção de seus objetivos. De início definia-se como um estudo descritivo da paisagem; seguindo-se pela definição de ser a ciência que estudaria a relação homem-meio; para, por último, apresentar-se como a ciência preocupada com a organização espacial das sociedades. Segundo o autor, cada uma dessas três fases privilegiou um conceito basilar, assim o foram, respectivamente: a *paisagem*, o *meio* e o *espaço*. A primeira, da descrição da paisagem, seria aquela que havia surgido ainda com os gregos e permanecido até meados do século XIX; caracterizando-se pelo levantamento de dados coletados e classificados de diferentes paisagens, sem, contudo, ter a pretensão de explicá-los em seu arranjo, em sua correlação. Apresentando com figuras máximas do final deste período Ritter e Humboldt, ambos por haverem aflorado, nesta tradição de descrição passiva, um princípio de busca conexiva entre os elementos paisagísticos. A segunda fase, que se inaugura nos fins do século XIX, seria aquela caracterizada como propriamente científica, onde a busca pela relação homem-meio é o foco. Sendo que tal caráter científico a ela consagrada deve-se, sobretudo, pelo embasamento teórico e metodológico da teoria da evolução. Assim, figuras com Ratzel, Reclus e Vidal de La Blache puderam se aproveitar do paradigma darwinista para descortinar o fenômeno de interação homem-meio sob uma teoria salvaguardada de fundo. É nessa fase que a Geografia funda-se como uma ecologia humana; uma Geografia que se desenvolverá como aquela responsável por descrever os díspares gêneros de vida que os diversos tipos de civilização têm para seus também diferenciados meios. Explicando, assim, as formas e os arranjos geográficos das paisagens desses povos pela sua escolha de relação com a natureza. Já a terceira fase, é aquela onde a Geografia entende-se como a ciência que estuda a organização espacial das sociedades, inaugura-se – segundo Paul Claval (2002), complementando Ruy Moreira – na década de 1950 e prolongando-se até hoje, tendo como a principal variável a *distância*. Assim, a configuração do mundo passa ser lida pelos geógrafos sob a racionalidade da produção, circulação e consumo de bens industriais. O conceito de espaço, entendido como extensão material, aflora-se como cerne teórico de nossa disciplina, sendo ora distinguido, ora diluído com os outros dois conceitos de paisagem e de meio. Este

último, o meio, não sendo por todo esquecido, pois paralelamente a fase cujo espaço assume a liderança teórica na nossa disciplina é que vem de fora para dentro o movimento ambientalista que o erguerá num estandarte de importância tão alto quanto o espaço, agora sob a terminologia meio ambiente.

Portanto, e numa tentativa de síntese desse processo, podemos, por nossa parte, dizer que a Geografia surge corográfica, descrevendo topicamente paisagens; ganha status científico como ecológica, levantando as determinações mesológicas nas sociedades; passa a ser corológica ao buscar a explicação dos arranjos espaciais; e, paralelamente, retoma a ser ecológica ao assumir em seu bojo a problemática levantada pelo ambientalismo. Sendo hoje passível de ser definida por um híbrido de duas tradições, ainda pouco comunicantes, da qual talvez possamos nomear como uma ciência *eco-corológica* ou *coro-ecológica*. É nas entranhas desse extenso e difuso processo histórico que podemos encontrar elementos teóricos para o entendimento da epistemologia do conceito de meio na Geografia.

*

Assim sendo, a fim de darmos uma resposta sintética às perguntas levantadas no início do capítulo, podemos dizer que tal conceito surgiu na história do pensamento geográfico anteriormente embasado pelos ganhos teóricos forjados na relativa consonância entre as agregações da mecânica newtoniana, do evolucionismo darwinista e do positivismo de Comte e Taine. Adentrando na Geografia já com seu sentido quase que plenamente constituído, cabendo aos geógrafos o trabalho, não menos importante, de esmiuçada lapidação no intuito de achar as melhores mediações de sua influência nos indivíduos e nas sociedades.

Ainda mais, podemos ver que os sentidos aos quais hoje o definimos foram construídos ao longo de uma jornada de ganho de autonomia e de concomitante perda de referência (ver Quadro 1).

Quadro 1. Trajetória conceitual do meio

Máxima Referência
Mínima Autonomia

meio de algo → meio+adjetivo → meio ambiente

Mínima Referência
Máxima Autonomia

Observamos que nascendo cientificamente por ser um entre-algo daquilo que era o éter newtoniano, onde a autonomia conceitual é praticamente nula devido à necessidade de referência do algo ao qual é o entre (ex. entorno, ambiente, circunstância); passa a ser

individualizado quando torna-se síntese de variáveis com Comte, ganhando em autonomia ao não mais necessitar ser relativo de algo envolvente (ex. meio tropical, meio rural, meio intelectual); chegando, por fim, a sua máxima autonomia, e mínima referência, ao ser adjetivado por si mesmo (ex. meio ambiente). Padecendo, neste último caso, por conter uma extrema extensão e nula definição da qual não consegue fazer-se diferenciar hoje de conceitos amplos – porém, com sólidos arcabouços teóricos – como *natureza* ou *totalidade*.

O *meio* possui consistência teórica na Geografia, entretanto, talvez a maior dificuldade de entendê-lo deva-se a falta, na história do pensamento geográfico, de trabalhos que abordassem diretamente seu conteúdo. Assim, num empenho de pô-lo nos mesmos padrões epistêmicos de outros conceitos, trataremos no derradeiro capítulo que se segue de fundamentá-lo ontologicamente buscando dar, ao menos, um caminho de resposta às questões: O que é o meio? E o que há de geográfico nele?

III. A GEOGRAFIA DO MEIO

O que é meio? Qual é a sua relação com a geografia? Há um meio geográfico? Se houver, a quais entidades do real se refere? Ao pinçarmos e agruparmos as elucubrações dos geógrafos que se interessaram por diferentes aspectos deste conceito, veremos ter em mãos consistentes respostas para essas perguntas; porém, tais contribuições estão dispostas, muitas vezes, de maneira fragmentada ou indireta dentro do arcabouço teórico de nossa disciplina. Portanto, o que se evidencia como tarefa a ser feita aqui, não é propriamente a busca por uma inovação deste conceito, mas, sim, a de sua definição unificada numa mesma resposta. Eis, então, o desafio ao qual este capítulo ora se lança.

O meio

A essência do meio deve, por início, ser investigada sob dois aspectos contrários, um primeiramente negativo e outro positivo. Isso quer dizer que ao questionarmos sobre o que é meio, devemos, antes de tudo, termos estabelecido à qual coisa este se faz como meio, à qual coisa, portanto, ambienta. Afinal, como bem expôs Richard Hartshorne, “[...] o conceito de meio não tem sentido, exceto em referência àquilo que ele envolve” (1978, p. 66); ou, como quis Amos Rapoport, tal conceito define-se basicamente por ser “[...] qualquer condição ou influência situada fora do organismo, grupo ou sistema que se estuda” (apud HOLZER, 1997, p. 80). Deste modo, só podemos começar dizer algo sobre o meio após termos afirmado outro ente ao qual este meio, radicalmente, faz-se como não sendo. Meio, assim, não pode ser compreendido como uma coisa entre coisas; algo que nos permita optar por começar a investigar seu ser positivamente, tal qual podemos fazer com uma cadeira ou com um

cachorro. Pois, por exemplo, na tentativa de dizer o que são ambos, podemos começar nos referindo a eles através de juízos positivos como “uma cadeira é algo feito para sentar” ou “o cachorro é um animal que late”. Entretanto, este procedimento não se faz possível à definição de meio. Para afirmar algo sobre ele devemos antes tê-lo tratado negativamente. Ou seja, meio, primeiro, tem que não ser algo, para depois ser. Esta é sua elementar condição: a negativa. Embora que já nesta própria condição se assente, em concomitância, outra de igual valor: a relativa. Pois, ao dizermos “meio não é algo”, estamos implicitamente dizendo que meio é relativo a algo. Então, tudo aquilo que não é aquela(e) cadeira/cachorro, faz-se como meio daquela(e) cadeira/cachorro. *Relatividade e negatividade* fazem-se, portanto, como os dois princípios necessários para toda e qualquer tentativa inicial de definição deste conceito⁶².

Dessa feita, se para encontrarmos as características próprias do meio devemos antes afirmar as características do tipo de ser do qual se faz negativo e relativo, então, chegamos à necessidade de especificar de que tipo de ser falamos. A afirmação de qualquer coisa é dependente do conhecimento que queremos construir sobre ela. Tudo aquilo que articulamos sobre os seres faz-se por ser relativo ao modo como os apreendemos. É neste sentido que podemos afirmar, junto a Armando Silva, que “[...] não existe ontologia que não se dê primeiro como epistemologia” (1986, p. 25). Assim, observando o meio que nos cerca, que se estende dos papéis e canetas próximos à imensidão incógnita do universo, verificaremos uma pluralidade de seres dos quais vamos aqui distinguir agrupando-os em três tipos fundamentais, a saber: 1. seres inanimados ou não-vivos; 2. seres vivos ou orgânicos; 3. seres conscientes ou humanos. Este deslindar tripartido é realizado a partir da aplicação de dois recortes arbitrários no real: o recorte da *vida* e o recorte da *consciência*. Fazendo que tenhamos para analisar três

⁶² É historicamente atribuída a Albert Einstein a definição do meio, ou ambiente, como negatividade de um ser. Tim Bayliss-Smith e Susan Owens comentam isso na passagem: “A definição dada por Einstein para o ambiente como sendo ‘tudo que não seja eu’ é encantadora em sua simplicidade, mas se esquia da dificuldade de compreender o significado social do ambiente, e de desenredar a influência de diferentes interpretações na percepção e definição de problemas ambientais” (1996, p. 126). Vemos que o ser, ao qual o ilustre físico se refere, é o próprio ser humano; porém, tal definição não impede que a compreendamos sob a referência de qualquer tipo de ser. Todavia, em se tratando especificamente do ser humano, cabem duas ressalvas: primeira, o ‘eu’ da expressão “tudo que eu não sou” não pode ser confundido com o ‘eu’ construído socialmente, aquele que é imagem para os outros, mas deve ser interpretado como sinônimo de consciência, sendo a frase melhor entendida como meio é tudo aquilo onde está minha consciência projetada (SARTRE, 2005); segunda, “tudo que não sou eu” não quer dizer que exista o meio e o nosso corpo, como esferas separadas, pois quando sentimos dor ou utilizamos o nosso braço para erguer um copo, objetivamos o nosso corpo, daí, neste aspecto, o próprio corpo ganha estatuto de nosso meio (MERLEAU-PONTY, 2006). Outro comentário que se pode fazer a essa passagem, diz respeito a acusação que os dois geógrafos fazem a assertiva de Einstein de ter-se esquivado da “dificuldade de compreender o significado social do ambiente”. Ora, isso parece ser precisamente o contrário, pois de maneira alguma a definição de Einstein se *esquia* de tal compreensão, fazendo-se, em verdade, como pedra fundamental para ela. O modo que os autores a tratam parece querer excluí-la ao invés de complementá-la; ao passo que toda consideração sobre o ser do meio – desde o mais simples, àquele fruto da percepção humana – deve antes se ater e fundamentar-se nela.

tipos de meios com suas respectivas relações particulares: 1. o meio em que se encontram os seres não-vivos; 2. o meio relativo aos seres vivos; 3. e o meio ao qual ambienta o homem. A seguir, traçaremos um detalhamento de suas qualidades.

O meio relativo ao seres inanimados, não-vivos ou inorgânicos, age sobre eles deteriorando-os. A relação ser/meio, neste caso, é constituída por uma via de mão única. Por exemplo, o meio ao qual se encontra certa pedra agirá sobre ela deteriorando-a, fazendo que, com o tempo, deixe de ser pedra para transforma-se em areia; ou melhor, fazendo com que deixemos de designá-la propriamente como sendo “pedra” para designá-la como “areia”. O que faz a pedra ter certa permanência no meio é apenas sua específica durabilidade. A pedra, a caneta e a cadeira possuem uma durabilidade diferencial; umas duram mais, outras menos. Mas, o importante a se considerar é o fato de absolutamente não agirem visando suas permanências. São o que são aos nossos olhos até suas formas diluírem-se em outras, motivando-nos a dar-lhes outros nomes como areia, lixo ou lenha. “Nada há de rígido nem imutável no desenho que a natureza põe ante nossos olhos”, já dizia, à moda de Heráclito, Vidal de La Blache (1943, p. 20). E mesmo suas individualidades lhes são exteriores, pois só se individualizam enquanto seres a partir de nosso julgo; precisamente, de nossa *análise*. Assim, certa pedra só será certa pedra porque antes delimitamos sua *forma*, fazendo uso da categoria *espaço*, de outras coisas postas no meio. E tal pedra só ganha movimento do ser ao não-ser, da pedra à não-pedra, devido ao seu específico complemento de determinação; fenômeno que, no caso, os geólogos chamariam de *intemperismo*. Portanto, o meio ao qual estão os seres inorgânicos incide sobre eles como uma força externa e contrária.

Porém, devemos ressaltar que o meio desses tipos de ser não se faz imanente a eles. O que quer dizer que a pedra não gera um ambiente, uma ambiência, ao seu redor. Ela é pura indiferença ao meio. A relação pedra/meio só pode ser construída pela cognição de um terceiro consciente que primeiro afirmou existir uma pedra, depois a alocou às determinações de um meio e, por fim, relacionou ambos. É por esta razão que Richard Lewontin acertadamente asseverou:

Assim como não pode haver organismo sem ambiente, não pode haver ambiente sem organismo. Há uma confusão entre a assertiva correta de que existe um mundo físico externo a um organismo que continuaria a existir na ausência da espécie e a afirmação incorreta de que os ambientes existem sem as espécies [...] Deslizamentos de gelo, depósitos de cinza vulcânica e fontes de água não são ambientes. São condições físicas das quais ambientes podem ser construídos. Um ambiente é algo que envolve ou cerca, mas, para que haja envolvimento é preciso que haja algo no centro para ser envolvido. O ambiente de um organismo é a

penumbra de condições externas que para ele são relevantes em face das interações que mantém com aqueles aspectos do mundo exterior (apud DEUS, 2007, p. 66).

Portanto, o ambiente, ou o meio⁶³, somente aflora-se de forma indubitável e em todo seu sentido quando dispomos do recorte da vida; fazendo o mundo deslindar-se entre seres inorgânicos/não-vivos e seres orgânicos/vivos. Mas, daí, uma pergunta se ergue: O que, então, haveria de ser *vida*?

De acordo com Richard Dawkins (2001), a vida é um acaso natural ocorrido na sopa originária dos oceanos primitivos da Terra, tendo se iniciado quando um micro-sistema organizado de moléculas – daí, então, o porquê do termo *organismo* aparecer, muitas vezes, como sinônimo de *ser-vivo* – logrou a capacidade de se duplicar. Posteriormente, tais moléculas auto-replicas se utilizaram de outras proteínas para formarem uma membrana lipídica que dividiu seu ambiente interno do ambiente externo; encontrando-se aí a procedência biológica do meio. Essas “muralhas protéicas”, que não são mais do que a forma corpórea dos seres, foram se diferenciando nos múltiplos caminhos conduzidos acidentalmente pela evolução natural. Dividindo-se em uma enormidade de espécies transformadas pela necessidade de se adaptarem à pluralidade de meios terrestres particulares, os *habitat*. Assim, seguindo tal raciocínio, não nos equivocariamos se constatássemos que a tênue e instável membrana iniciada nos primeiros seres vivos, hoje, mais de três bilhões de anos depois, está para nós como nosso próprio corpo; e que aquele mesmo princípio ocorrido há longínquos anos, a despeito que morte dos indivíduos possa vir a nos fazer pensar que a vida é fragmentada, ainda se mantém ileso e ininterrupto, tal como expressou François Jacob:

O vivo se reduz a um amontoado de matéria que a vida toca por um instante. Mas se as propriedades vitais se gastam em cada ser, elas se conservam através do mundo vivo. Cada corpo vivo, fruto de um grão ou de um feto, em outro momento fez parte de um corpo semelhante. Antes de adquirir autonomia, antes de tornar-se sede de uma vida independente, todo organismo primeiro participou da vida de um outro ser de que depois se separou. A vida se transmite de ser para ser por uma sucessão ininterrupta. A vida é contínua (1983, pp. 98-99).

⁶³ A fim de dirimir possíveis dúvidas de cunho etimológico, devemos saber a origem dos vocábulos *meio* e *ambiente*. O primeiro provém do francês *milieu*, sendo a partícula *mi* passível de ser traduzida por *meia milha* ou *centro*, e *lieu* por lugar. Ou seja, meio seria formado pelas coisas próximas que nos envolvem. Ambiente, por sua vez, é composto por dois vocábulos latinos, a preposição *amb* que seria o mesmo de *ambos os lados, ao redor de, à volta*; e o verbo *ire* (respectivo ao nosso verbo *ir*) que se funde como *ambire* (CUNHA, 1986). Se quisermos ver alguma diferença entre ambos, esta se daria no mérito de interpretar o *ambiente* como dependente de um sujeito, já que só um sujeito pode ir, agir, enfim, gerar uma ambiência. Assim, poderíamos dizer que uma pedra está em um meio, mas não em um ambiente. Contudo, a nosso ver, apesar dessa adentrada na história das palavras fazer-se interessante por revelar suas origens, não parece mostrar-se tão relevante a ponto de fundamentar uma diferenciação entre estes conceitos.

E aquilo que dá continuidade à vida são as informações de auto-replicação contidas nos ácidos nucleicos (RNA e DNA), transmitidas de ser para ser, nomeadas por *genes*. Esses são os verdadeiros “mensageiros da vida”. São eles que atizam a matéria inerte à contrapor-se com o entorno, dando o sentido de organização necessário à constituição do ser vivo.

Jacques Monod (1971) argumentou que a diferença entre um ser não-vivo para o ser vivo reside na propriedade que o segundo tem de ser *telenômico*. Ou seja, enquanto o ser não-vivo absolutamente não age às intempéries do meio, deixando-se por se dissolver nelas, o ser vivo resguarda um princípio de negação à negação exercida pelo meio, portanto, agindo frente a ele. Todavia, só se é possível entender a capacidade de ação quando consideramos a dimensão temporal, pois a ação apenas se dá quando o agente visa algum fim. E é por isso que o autor diz que os seres vivos são seres abertos ao futuro, enquanto os seres inertes padecem do passado. Entretanto, se a natureza da vida é a *teleonomia*, o fim inscrito e programado nos genes dos viventes faz por ser absolutamente único, a saber: a conservação da espécie. A despeito de como que estes seres vão obter isso – lançando mão de incríveis estratégias bélicas estudadas pelos biólogos – o fim do projeto de todo ser vivente é a sobrevivência da espécie; não necessariamente a do indivíduo, mas da informação contida em seus genes. Pois, enquanto que os indivíduos morrem, os genes sobrevivem e se aperfeiçoam para sempre se manterem às singularidades dos ambientes; os genes ditam os caminhos dos vivos (DAWKINS, 2001b). Nesse sentido, a frase proferida por Samuel Butler: “A galinha é apenas o meio pelo qual o ovo produz outro ovo” (apud BROCKMAN, 1988, p. 140), deflagra-se como peculiarmente ilustrativa.

A vida, de tal modo, iniciou-se como um princípio de negação ao meio e se mantém na necessária e constante luta frente a ele. Nas palavras de Jacob: “O corpo vivo está sujeito à ação de influências variadas oriundas das coisas e dos seres e que tendem a destruí-lo. A vida é exatamente este princípio de luta contra a destruição” (1983, p. 97). No entanto, devemos bem atentar para o fato que o tipo de relação do ser vivo para com o meio faz-se outra daquele do ser não-vivo. Tanto que já não mais podemos chamá-la apenas de *contrária*, mas, sim, de *contraditória*; pois o sentido da ação agora se encontra num caminho de mão dupla. O que quer dizer que ao mesmo tempo em que o ser é negado pelo meio, ele depende igualmente do meio para continuar a ser; em outras palavras, o meio nega e afirma o ser em concomitância. O meio, para o ser vivente, como afirmou José Ortega y Gasset (1963), faz-se como um composto fruto da somatória de adversidades e de possibilidades. E, diferente dos seres não-vivos, a relação com o meio faz-se como *necessária* aos seres viventes. Pois se a pedra

continua a ser pedra quase que indiferente à configuração do meio em que está, já uma raposa ou uma bactéria, no entanto, necessitam estar em um meio bem mais específico para conseguirem sobreviver. Afinal, ambas, literalmente, só *são* na necessária relação com o meio. Nesse sentido, se a pedra ou um galho seco não geram uma ambiência, a raposa e a bactéria sim; para elas, o meio é imanente. O vivente, portanto, suscita o meio.

Não bastasse isso, a contradição estabelecida não se encontra somente na relação para com o meio. O ser vivo resguarda dentro de si outro tipo de contradição de igual importância: a fisiológica. Pois, ao mesmo tempo em que precisa do seu corpo para ser, este mesmo corpo o faz concomitantemente deixar de ser. É essa a contradição que faz com que já a partir do nascimento o vivente torne a ampulheta de sua morte. Sobre ela, Georg Hegel disse: “Uma coisa é viva tão-somente quando contiver em si a contradição, quando for essa coisa que apreende e conserva a contradição em si” (apud LEFEBVRE, 1975, p. 193); sendo laconicamente complementado por Henri Lefebvre: “*A partir do momento em que cessa a contradição, cessa a vida*” (1975 p. 194, grifos do autor).

Portanto, da somatória de dois tipos de contradição faz-se aflorar uma possível compreensão do que a vida é, a saber: algo só é vivo quando se encontra na dupla tensão de uma contradição externa, a mesológica, e de uma contradição interna, a fisiológica.

Contudo, tais explicações não seriam o bastante se objetivamos compreender o sentido pleno do conceito meio, pois, como Sorre já havia salientado, “[...] em se tratando do homem, a noção de meio se enriquece” (1984, p. 89). Isso se deve a sua singular condição de ser. Mas, o que nos faz diferentes dos demais seres com vida? Essa é uma pergunta fundamental para entendermos nossa específica relação para com o ambiente. No entanto, não poderíamos respondê-la interrompendo a cadeia lógica de explicação da vida, dada pela teoria evolucionista, com uma explicação de cunho especulativo ou metafísico. Mesmo bem sabendo, de início, que a biologia não basta para explicar o ser do homem, devemos procurá-lo partindo dela, pois ela é sua base material e original. A consciência, aquilo que nos distingue dos outros entes vivos, aflorou no homem devido a sua complexidade biológica centrada no que tange ao setor do aparelho nervoso central. Por isso é que podemos falar que ela só poderia ter aparecido no homem e não em um esquilo ou em um urso. Não que, todavia, os outros tipos de ser viventes não tenham posse de algo que podemos chamar de consciência, mas que o tipo de consciência humana é de tal modo que o faz se diferenciar frente aos demais seres. Ela se fez fruto de um processo que os biólogos chamam de *exaptação* (GOULD; VRBA, 1982), que diz que determinados ganhos evolutivos só podem se realizar dependendo do grau de complexidade em certos setores orgânicos que os corpos das espécies

atingem⁶⁴. Porém, isso não quer dizer que o homem teve como *destino* ser portador de consciência; afinal, em absoluto, “[...] a evolução não tem projeto⁶⁵” (NEVES, 2006, p. 252). Mas sim, que por acaso ela apareceu, estabelecendo vantagens adaptativas, e se firmou depois como uma necessidade; resultando ao homem, hoje, ser um animal consciente. Todavia, o que é isto que se chama por consciência? Como e quanto surgiu no homem? Qual sua relação com a linguagem e com a cultura? E, principalmente, o que ela faz por distinguir o ambiente de qualquer vivente do específico humano?

Segundo Walter Neves (2006), a origem do ser humano pode ser considerada sob duas maneiras não conflitantes. A primeira, ocorrida há duzentos mil anos, na África, com o aparecimento dos primeiros hominídeos com estrutura esquelética correlata à atual, os *Homo sapiens*. E a segunda, há quarenta e cinco mil anos, com a instauração do módulo simbólico em nosso cérebro, acarretando ao que entendemos hoje por comportamento humano moderno. Assim, materialmente falando, datamos de cerca de duzentos mil anos atrás⁶⁶. Porém, a capacidade de criar e trabalhar símbolos, aquilo que de fato nos fez diferente dos demais entes orgânicos, e que concomitantemente nos fez humanos em essência, só surgiu mesmo há quarenta e cinco mil anos; datação relativa às primeiras manifestações artísticas em formas de esculturas e pinturas parietais, de fósseis ritualmente enterrados, de vestígios de adornos corporais com marcas pessoais ou étnicas e do aumento abrupto do número de ferramentas especializadas feitas não mais apenas de pedras, mas agora com ossos, chifres e dentes. Tal explosão inventiva foi a principal responsável por termos conseguido deixar a África para espriarmos e nos instalarmos, com a posse de novas tecnologias, aos mais diversos rincões com agressivas condições ambientais do planeta. Portanto, tudo aquilo que hoje reconhecemos como as marcas da *humanidade* na superfície terrestre, não encerram mais de cinquenta mil anos.

⁶⁴ Interessante podermos notar que antes mesmo dos biólogos haverem criado o conceito de exaptação, o filósofo Georg Lukács já dizia algo bem próximo, a saber: “[...] a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria; a biologia moderna está em vias de mostrar como surgem gradualmente, a partir dos originários modos físico-químicos de reagir ao ambiente por parte do organismo, formas cada vez mais explícitas de consciência, que todavia só podem alcançar complexidade no nível social” (1979, p. 42).

⁶⁵ Tanto a vida, quanto a natureza em si, não apresentam sentido algum. Ou seja, não denotam seguir um projeto, um plano subjacente. Transformam-se por pura contingência, sem rumar para um fim programado. Fato que nos faz habitantes, portanto, de um mundo absolutamente sem sentido. Essa intuição perturbadora levou Sartre à por na boca da sua personagem Roquentin, no romance *A Náusea*, a famosa e desoladora frase: “[...] todo o existente nasce sem razão, prolonga-se por fraqueza e morre por encontro imprevisto” (1986, p. 168).

⁶⁶ Por ser fruto de uma somatória de pequenas modificações, a origem do homem será sempre aproximada. Charles Darwin, ainda em sua época, apontava para isso ao dizer: “Em uma série de formas que passaram de modo gradual e imperceptível de alguma criatura simiesca ao homem como ele hoje existe, seria impossível fixar em algum ponto definido onde o termo ‘homem’ deve ser usado” (apud DAWKINS, 2009, p. 188).

Mas o que haveria de ser essa capacidade simbólica? Ora, nada mais que capacidade de criar signos. E signo, como esclareceu Paulo Perdigão, “[...] é um objeto presente que serve para designar outro objeto não presente” (1995, p. 79); não sendo mais que algo que remete a outro. Ou seja, a capacidade simbólica é aquela que proporciona o descolamento das coisas presentes para uma esfera ideal, estabelecendo-se como uma mediação para com o meio imediato. Algo precisamente correlato aquilo que Lucien Febvre quis nos dizer com: “Entre os homens e o meio natural há a ideia, há sempre a ideia que se introduz e se interpõe” (1954, p. 720). A significação é a intermediação ideal da realidade envolvente; é, então, a primeira negação do meio em si, dado. Através dela nosso ambiente pode passar a ser lido como faltando algo, algo que, por sua vez, deve ser feito para completá-lo. Como Sartre expôs: “[...] é pela realidade humana que a falta vem às coisas” (2005, p. 260); e “[...] essas ausências, no fundo, não diferem das potencialidades” (ibidem, p. 264).

O módulo simbólico, também, trouxe-nos a disposição de encenar consequências imagéticas para as ações pretendidas sem o gasto energético ou os altos riscos envolvidos na realidade de fato. Essa esfera abriu-se como uma oficina em nossa cabeça onde passamos, segundo Richard Klein, a “[...] criar modelos mentais e fazer perguntas do tipo ‘e se?’” (2005, p. 226), dotando-nos da singular habilidade de inovar. Em termos de ganhos evolutivos, pensar simbolicamente é o mesmo que economizar energia, precisar e simular a ação. É idear o acerto e o erro. É pré-ver, projetar, criar situações, dir-nos-ia Robert Foley (1988). E a negação dos imperativos imediatos do ambiente, do aqui e do agora, feita pela consciência simbólica, se revela em sua superioridade na imaginação, pois imaginar não é senão ter a consciência dirigida para algum objeto já destacado da realidade envolvente, como bem demonstrou Sartre (1996). Tal capacidade descolou-nos para sempre da imediaticidade do meio, fazendo-nos, de modo necessário, ter que *mediatizar* simbolicamente nosso ambiente. Daí o porquê de devermos concordar com Walter Neves ao dizer que “[...] do momento que nascemos ao momento que somos enterrados, estamos permanentemente suspensos numa teia de significados” (2006, pp. 273-274).

A instauração do módulo simbólico não apenas modificou nossa relação com o entorno, mas também implicou em mudanças radicais no próprio processo da evolução natural, tal como demonstra a seguinte passagem:

Somos, assim, a única criatura no planeta dotada de pensamento simbólico. Essa é, na verdade, nossa única “singularidade” não repartida com o resto do reino animal, ou pelo menos com parte dele. E não se trata de uma singularidade trivial, aquelas que caracterizam as demais linhagens evolutivas que existiram e que ainda existem no planeta. Pela primeira vez na

história da evolução, a própria seleção natural fixou um mecanismo que pode produzir comportamentos mal-adaptativos [...]. A seleção natural fixou em nós uma entidade mental que escapou de seu julgo, pelo menos parcialmente. Uma entidade com vida própria, gerida majoritariamente por critérios arbitrários e não adaptativos. Por ditames abstratos e não racionais. Em qualquer outra espécie, uma entidade como essa a teria levado à extinção em poucas gerações, se não na primeira. Por alguma razão, em nós, essa mesma entidade deve ter conferido uma imensa vantagem adaptativa qualquer no contexto competitivo do Pleistoceno Superior, pelo menos suficiente para neutralizar nossas inúmeras decisões irracionais, baseadas em valores abstratos. Talvez tenhamos perdido em adaptação, mas ganhado em adaptabilidade (NEVES, 2006, p. 280).

Perdemos em adaptação, pois deixamos de apenas ter comportamentos adaptativos ao meio; e ganhamos em adaptabilidade, por poder modificá-lo. Se antes o ambiente nos modificava, agora, então, nós o modificamos. É como se houvésssemos tomado o cinzel das mãos da natureza para passarmos também a *geografar* o planeta. Afinal, lembrando Friedrich Engels, “[...] toda a ação dos animais, obedecendo a um plano, não conseguiu imprimir na Terra o selo de sua vontade. Somente o homem foi capaz de fazer isso” (1979, p. 223).

Dessa feita, o módulo simbólico aflorado em nosso cérebro fez com que os imperativos do meio fossem relidos a partir das significações que abstrata e arbitrariamente os delegamos. Assim, os ditames dos genes que ordenam as ações de todos os seres vivos foram apagados em nós. E os atos naturais de comer, de habitar e de se reproduzir passaram a ganhar um significado, um sentido; passaram a ganhar um porquê de ter que comer, de ter habitar e de ter que se reproduzir. Aquilo tudo que os animais fazem como compromissos banais às suas sobrevivências passou a ser problematizado no homem. E os problemas da sobrevivência foram deixando de prevalecer para emergirem, em concomitância, os problemas da existência. Nossa sobrevivência passou, ao cabo desse salto evolutivo, a ser tutorada pela existência. Portanto, o ser humano deixou de ser apenas mais um animal entre outros, mais um ser vivo qualquer, precisamente quando passou a problematizar sobre o que é; tornando-se, por conseguinte, outro tipo de ser e vivenciando outro tipo de experiência para com o meio. A respeito dessa nova condição natural, Peter Sloterdijk explicou:

O ser humano poderia até mesmo ser definido como criatura que fracassou em seu ser animal (*Tiersein*) em seu permanecer-animal (*Tierbleiben*). Ao fracassar como animal, esse ser indeterminado tomba para fora de seu ambiente e com isso ganha o mundo no sentido ontológico. Esse vir-ao-mundo extático e essa “outorga” para o ser estão postas desde o berço para o ser humano como heranças históricas da espécie. Se o homem está-no-mundo, é porque toma parte de um movimento que o traz ao mundo e o abandona ao mundo. O homem é o produto de um hiper-nascimento que o faz do lactente (*Säugling*) um habitante do mundo (*Weltling*). [...] Esse êxodo geraria apenas animais psicóticos se, com a chegada ao mundo,

não se efetuasse ao mesmo tempo um movimento de entrada naquilo que Heidegger denominou “casa do ser”. As linguagens tradicionais do gênero humano tornaram capaz de ser vivido o êxtase do estar-no-mundo, ao mostrar aos homens como esse estar no mundo pode ser ao mesmo tempo experimentado como estar-consigo-mesmo. Nessa medida, a clareira é um acontecimento nas fronteiras entre as histórias da natureza e da cultura, e ao chegar-ao-mundo o humano assume desde cedo os traços de um chegar-à-linguagem (2000, p. 35).

Desse modo, vemos que o homem faz-se como um animal fracassado, falhado; isso, no sentido que suas ações já não se dão sem a problematização interna do porquê que tem que fazê-las. A natureza, os instintos, os genes, não lhe comandam. Viver para o homem é problematizar sua existência, ter que criá-la por si só. Ora, para qualquer outro vivente os problemas de sua existência já estão dados pelo meio. Sobreviver é depender e enfrentar as determinações do meio. Satisfazendo-se temporariamente de problemas como a fome, não lhe resta angústia alguma. O animal saciado *inteira-se*, preenche seu ser. Aí, a ecologia impera e, por conseguinte, o explica. Porém, ao homem isso não funciona da mesma forma. Afinal, a fome, como exemplificou Ortega y Gasset (1963), não causou em *Mahatma* Gandhi uma reação direta em prol à alimentação. Isso, pois, ainda segundo esse filósofo, não queremos apenas *estar* no mundo, mas queremos *bem estar* no mundo. E este *bem estar* é diferente de *estar* não por ser um estar melhorado, mas por ser um jeito livremente escolhido por nós de estar⁶⁷. Daí, por exemplo, o suicídio ser a resolução humana do *estar* que não julgamos *estar bem*, mesmo que este estar esteja cumprindo adequadas e inequívocas condições de sobrevivência. Portanto, mesmo o banal ato de manter-se vivo, ao homem, faz-se, a todo o momento, como uma escolha.

Porém, em contraponto a inauguração dessa psicopatia, o módulo simbólico deu-nos a linguagem mais aperfeiçoada dos viventes⁶⁸. E foi através dela que resolvemos o impasse instalado derivado da pergunta que incide em nosso ser. O não saber bem o que somos bradou-se quando reconhecemos essa falha nos outros. E a partir daí pudemos, por meio da linguagem apurada, edificar coletivamente explicações metafísicas – cujas formas exemplares

⁶⁷ Karl Marx já havia tematizado isso, certamente em outros termos e em outro contexto, porém, com o mesmo sentido, a saber: “O animal é imediatamente uno com sua atividade vital. Não se distingue dela. *É ela. O homem faz de sua própria atividade vital objeto de sua vontade* e de sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinação com a qual o homem se funda imediatamente. A atividade vital consciente distingue imediatamente o homem da atividade vital animal” (2004, pp. 110-111, grifo nosso).

⁶⁸ “Nosso maior sistema simbólico é a fala articulada, a capacidade de ter uma língua repartida com nossos pares grupais, pela qual, coisas, sentimentos, tempos, ações e intenções podem ser expressos de maneira fluida, com grande precisão e de maneira extremamente sintética. Mesmo que já apresentássemos antes todos os elementos necessários para produzir sons na mesma escala que podemos hoje, a fala articulada só apareceu de fato após a implantação em nossa mente, pela seleção natural, da capacidade de significação. Em outras palavras, somente após podermos associar sons específicos a entidades reais ou abstratas de forma compartilhada, intersubjetivamente” (NEVES, 2006, p. 274).

seriam as religiões (DAWKINS, 2007) – para justificar nossa estada na Terra. A linguagem nos fez, por meio de socialização simbólica, humanos em essência. Independente do nível e da diversidade técnica das culturas humanas, todas se fundamentam pela linguagem acurada. Afinal, como nos advertiu Jared Diamond: “Povos tecnologicamente primitivos não possuem linguagens primitivas” (1997, p. 64). A linguagem, deste modo, foi o principal ganho evolutivo do fracasso humano em seu ser animal. Pois, ao instaurar em nossos atos um porquê de fazer, deslocando-nos dos compromissos animais instintivos, ao mesmo tempo nos impeliu a dar sentido para eles; dar-los um motivo de ser. Assim, tombamos dos imperativos naturais aos imperativos arbitrariamente escolhidos e forjados por nós. Sobre isso, Max. Scheler, já havia dito que o homem é: “Um ser ‘espiritual’ [que] já não se encontra, pois, sujeito ao impulso e ao meio, mas está ‘liberto do meio’ e, como nos apraz dizer, ‘aberto ao mundo’: semelhante ser tem ‘mundo’” (2008, p. 8, grifos do autor). Ao abrimos o “mundo”, todo nosso entorno ganhou a partir daí um sentido de ser, um significado sustentado e perpassado pela linguagem. Portanto, concomitantemente à perda de sentido do entorno decorrente da instauração do modelo simbólico, houve a revelação do ser. Em termos heideggerianos, passamos a pastorear o ser, passamos a cultivá-lo (VATTIMO, 1989); saímos do comando do gene e da razão ecológica para adentrarmos, em definitivo, à “casa do ser”⁶⁹.

A decorrência direta do surgimento do módulo simbólico e da sua abertura ao ser mediado pela linguagem foi precisamente aquilo que chamamos por *cultura*. Sobre isso, Steven Jay Gould nos explica que:

As sociedades humanas mudam por evolução cultural, e não como resultado de alterações biológicas. [...] A evolução biológica (darwiniana) continua em nossa espécie; mas seu ritmo, comparado com a evolução cultural, é tão desmesuradamente lento que sua influência sobre a história do *Homo sapiens* foi muito pequena. [...] A evolução cultural pode avançar com tanta rapidez porque opera, contrariamente à evolução biológica – de maneira “lamarckiana”, através de herança de caracteres adquiridos. O que uma geração aprende é transmitido à seguinte através da escrita, da instrução, do ritual, da tradição e de um sem número de métodos que os seres humanos desenvolveram para assegurar a continuidade da cultura. Por outro lado,

⁶⁹ Richard Chorley já assinalava que: “A geografia humana não é uma simples extensão da biogeografia” (1975, p. 230); sendo complementado por Pierre Gourou ao dizer: “As paisagens que o geógrafo analisa não são ecossistemas” (1984, p. 326). No mesmo intuito, podemos defender que o problema ecológico tem por fundamento o próprio ser do homem. Ambos se iniciaram em concomitância. O homem não causa o problema ecológico, ele já é em si o problema ecológico. Posto que em seu ser não tenha a adaptação ao meio como finalidade, mas, sim, o arranjo deste às finalidades que entende como bem-estar. Contudo, certamente, há sociedades que escolheram forjar e sustentar uma cultura bem menos agressiva à natureza que aquela em que nos encontramos, mas, nem por isso, devemos deixar de considerar, por contraponto, que a construção de uma oca ou um iglu é uma forma explícita do arranjo do meio, tais quais são as megalomaníacas ilhas artificiais em Dubai. Ver aqueles que vivem em florestas como inseridos, em sentido pleno, ecologicamente ao meio é esquecer que são humanos ou levantar novamente o velho e equívoco estandarte mítico do bom selvagem.

a evolução genética darwiniana é um processo indireto: uma característica vantajosa só pode surgir depois de uma variação genética, e, para ser preservada faz-se necessária a seleção natural. Como a variação genética ocorre ao acaso, não estando preferencialmente voltada para a aquisição de características vantajosas, o processo darwiniano avança com lentidão. A evolução cultural não é apenas rápida; é também facilmente reversível pois seus produtos não estão codificados em nossos genes (1999, pp. 346-347).

Como vemos, a cultura é o resguardo social do simbólico imaginado individualmente; é o arcabouço do saber fazer; é o abrigo do ser dos entes; é o acolhimento de todos os saberes criados e experimentados individualmente perpassadas pela linguagem àqueles que não os vivenciaram. Através dela um conhecimento aprendido por tentativa e erro, à duras penas e ao longo de milhares de anos, pode ser facilmente transmitido em uma rápida conversa ilustrativa. Pois, como afirmou Steven Pinker, “[...] a informação é o único bem que pode ser dado e conservado ao mesmo tempo” (1998, p. 207).

A título de exemplo, basta considerar que o fundamento da agricultura – singelo conhecimento que ignoramos por mais de 90% do tempo de nossa existência enquanto espécie e, cuja ausência, rifou incontáveis vidas na história da humanidade – hoje é corriqueiramente aprendido pelas crianças, com auxílios de simples materiais, logo nas séries iniciais das escolas. A cultura faz-se, assim, como uma estratégia adaptativa humana que foge aos domínios da adaptação natural. Como definiu Walter Neves: “A cultura é um tipo de fenótipo estendido e, portanto, é sua mudança que permite aos humanos se adaptarem as novas circunstâncias” (2007, p. 13). É por meio dela, diria Vidal de La Blache, que “[...] o homem não está para a natureza ambiente em uma relação de dependência equiparável à dos animais e plantas” (2007, p. 131). Sua presença possibilitou-nos fazer de ecúmeno aproximadamente a totalidade da superfície terrestre.

Mas se, por um lado, a cultura nos deu ganhos incomensuráveis de transformação da natureza, por outro, nos fez nascer como os seres mais incompletos entre os viventes. Como já havia observado Johann Herder (1987), o recém-nascido humano é a criatura mais desprotegida de todas da natureza. Diversamente dos outros seres que se encaixam desde muito jovens ao ambiente como chave para a fechadura, o homem tem o seu futuro em aberto. Enquanto que, diria Lewis Mumford, “[...] qualquer outro animal é um representante acabado de sua espécie; o homem, entretanto, fica sempre sendo o animal inacabado” (1958, p. 17). E essa ausência de especialização ao meio natural demanda o auxílio da determinação da sociedade, tornando a criatura humana essencialmente dependente do meio social. Ou seja, os homens devem aprender para serem humanos. Há uma dependência inscrita em nossos

próprios genes de havermos passado por um processo de aculturação, de um aprendizado, para conseguirmos sobreviver frente às dificuldades do meio. Sem a aculturação, é como se fôssemos um pássaro que, por infortúnio acaso, houvesse nascido sem asas. Essa dependência de ensinamento que os biólogos, como Gould (2001), chamam de *neotenia*, não é mais que uma estratégia fisiológica baseada no prolongamento da infância até as fases mais maduras dos indivíduos a fim de ampliar o aprendizado social. É, por essa via, que, repetindo Sorre, podemos dizer que “[...] o meio social se incorpora à estrutura mental do indivíduo” (1984, p. 57).

O conjunto de características expostas – como exaptação, neotenia, módulo simbólico, linguagem, cultura etc. – resulta numa implicação única ao ser do homem – e, conseqüentemente, na relação específica com sua alteridade, o meio –, a saber: o ser humano é o único ser da natureza que possui uma falta de ser em seu ser; caracterizando-se pela singular contradição de ser e não-ser ao mesmo tempo. Nas palavras de Ortega y Gasset: “O homem é o que não é, mas que aspira ser. [...] Um ente cujo ser consiste, não no que já é, mas no que ainda não é, um ser que consiste em ainda não ser” (1963, p. 39). Essa contradição deve-se a nossa capacidade de auto-reflexão. E tal tipo de capacidade provavelmente deve ter emergido em concomitância ao pensamento simbólico. Pois, somente com a possibilidade dada pela criação imagética, de pôr-se por um instante fora de si, é que podemos entender que uma determinada criatura possa vir a chegar ao ato da reflexão, ao ato de ensimesmar-se. É como que se toda a engenharia desenvolvida ao longo de milhares de anos para a compreensão da lógica dos fenômenos naturais expostos no ambiente, tornasse cento e oitenta graus e incidisse abruptamente em nossa própria interioridade. Ato que pôs a pergunta, e em suspenso a resposta, de nosso próprio ser. Precisamente sobre isso, Sartre, à maneira de Heidegger, declarou: “Sou o ser que é como ser cujo ser está em questão em seu ser. E este ‘é’ de meu ser é como sendo presente e inapreensível” (2005, p. 681). Ou seja, a partir do momento que determinado ser pôde pôr seu próprio ser em questão, recaiu em sua definição uma indeterminação de ser. Não que, obviamente, ao perguntar-se por si, o ser fez-se esvanecer por inteiro – afinal de contas, o homem é de alguma forma, pois possui um corpo, uma materialidade, uma história etc. – mas, sim, que a dúvida de ser instalou uma impossibilidade presente de resposta *plena* ao que somos. Uma prova disso pode ser verificada ao tentarmos realizar uma redação com o tema: o que sou? A despeito do grande número de páginas e do alto grau da descrição, jamais nos reconheceremos por completo naquelas palavras. Sempre faltará algo, sempre haverá uma falta na explicitação de nosso ser.

E para essa falta de ser, um algo que em absoluto não é, foi o que Sartre precisamente denominou por *nada*⁷⁰.

A incompletude do ser, o nada, entranhado em nós pela dúvida existencial, obriga-nos a transcender rumo à nós mesmos. Fazendo-nos ser aquilo que ainda não é; aquilo que virá a ser; um ser, então, eminentemente projetivo. Sendo que projetar, bem entendido, significa sair, pelo intelecto, rumo ao futuro, retomando onde estamos com os fins para o nosso ser ainda em mente. Projeto é uma mediação subjetiva entre dois momentos de objetividade⁷¹. É o movimento que Sartre posteriormente chamou de *progressivo-regressivo*; em suas palavras: “O movimento da compreensão é simultaneamente progressivo (em direção do resultado objetivo) e regressivo (remonto em direção da condição original)” (1966, p. 124). E é precisamente a partir deste movimento de ir-e-vir que nosso ambiente, nosso meio, passa a ganhar o seu significado de recurso, de meio para algum fim. Pois, tudo que nos envolve ganha sentido somente à luz do fim que projetamos ser. Fim, vale ressaltar, que não aquele do qual Monod (1971) expôs, unicamente visando à sobrevivência; mas, fim livremente escolhido pelo indivíduo. O conceito de *projeto*, assim, se contrapõe ao de *teleonomia*, pois enquanto que no segundo o animal lê o seu ambiente com os óculos da fome, buscando apenas *manter o seu ser* ao alimentar-se, no primeiro, a leitura do ambiente é sempre feita a

⁷⁰ Por mais que possa vir a ser abstrato, não devemos, contudo, compreender este *nada* sartreano como uma manifestação de cunho extra-natural ou, muito menos, de cujo teológico. Pois, a capacidade de auto-reflexão que resultou na instalação da falta plena de ser, nos liberando parcialmente das determinações genéticas, foi um ganho casual vindo da própria seleção natural; o que quer dizer que as pressões do meio pré-humano originaram o humano consciente, bem como, seu comportamento existencial singular. E o que Sartre denominará por *nada* é, precisamente, a recusa de ser algo acabado que caracteriza a maneira singular, frente às demais espécies, da qual nossa consciência faz-se por ser. Influenciado pelo conceito de *intencionalidade* proposto por Edmund Husserl, Sartre dirá que na consciência: “[...] não há mais nada a não ser um movimento para fugir de si, um deslizar para fora de si; se, por impossível, vocês entrassem ‘dentro’ de uma consciência seriam tomados por um turbilhão e repelidos para fora, para perto da árvore, em plena poeira, pois a consciência não tem ‘interior’; ela não é nada senão o exterior de si mesma, e é essa fuga absoluta, essa recusa de ser substância, que a constitui como consciência” (2005b, p. 56). Ou seja, a consciência é o próprio não-ser; entretanto, como nos explica, “[...] o não-ser não é o contrário do ser: é o seu contraditório” (SARTRE, 2005, p. 56), implicando que “[...] o nada, que não é, só pode ter existência emprestada: é do ser que tira seu ser; seu nada de ser só se acha nos limites do ser, e a total desaparecimento do ser não constituiria o advento do reino do não-ser, mas, o oposto, o concomitante desvanecimento do nada: *não há não-ser salvo na superfície do ser*” (ibidem, p. 58, grifos do autor). E esse *ser* genérico, no seu sentido mais lato, do qual trata o autor, pode, a nosso ver, bem ser interpretado como sinônimo de *matéria* (BRANCO, 1989); daí, então, podemos entrever uma razoável e coerente convergência entre as explicações de cunho biológico com as de cunho ontológico.

⁷¹ “A práxis, com efeito, é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representa em si mesmo a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade, estas determinações cardeais da atividade. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo. Para se tornarem condições reais da práxis, as condições materiais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das situações particulares: a diminuição do poder aquisitivo não provocaria jamais a ação reivindicativa se os trabalhadores não a sentissem em sua carne sob a forma de uma carência ou de um medo fundado em suas cruéis experiências [...]” (SARTRE, 1966, p. 81).

partir do nosso *querer vir a ser nunca preenchido*. No dizer de Sartre: “Corremos rumo a nós mesmos, e somos, por tal razão, o ser que jamais se pode alcançar” (2005, p. 267). Nosso meio é lido através do nosso ser em questão, do nosso quer-ser. Neste sentido, projeto não pode ser confundido como sinônimo de *estratégia* ou *tática* de sobrevivência, pois é a projeção do próprio ser. Daí, também, poderemos dizer que o ser humano é o único ser da natureza que, precisamente, *existe*⁷².

Dessa feita, não percebemos nosso meio como percebemos uma coisa qualquer como uma cadeira ou uma caneta. Também, como se poderia outrora pensar, não o percebemos como uma somatória de todas as coisas que estão em nosso entorno. Mas, sim, o percebemos sob o singular horizonte de todas nossas ações pretendidas. Como bem sintetizou Luciano Lima: “O meio é feito de coisas. Mas não é coisa. É o nexó racional que fazemos entre as coisas, para gerar um movimento criador” (2010, p. 171). Assim, se podemos falar de uma *causalidade* das ações humanas, essa, no entanto, não pode ser entendida como uma simples relação mecânica de causa e efeito, como o movimento de uma bola de bilhar derivado do choque de outra. O que *causa* qualquer ação humana não é a configuração *a priori* do meio em que estamos – nem mesmo seus mais atraentes estímulos exteriores, como insistem os partidários da teoria do reflexo condicionado – mas a maneira com que este é singularmente lido segundo nossos projetos. Por isso que, concordando com Sartre, podemos dizer que: “O meio só poderia agir sobre o sujeito na medida exata em que este o compreende, ou seja, em que este o transforma em situação” (2005, p. 700). Nós, então, o preenchemos de *significado* segundo o que elegemos ser. Daí, por exemplo, Sartre descrever: “Determinado rochedo, que demonstra profunda resistência se pretendo removê-lo, será, ao contrário, preciosa ajuda se quero escalá-lo para contemplar a paisagem” (ibidem, p. 593); no entanto: “Para o advogado que permanece na cidade e defende uma causa, [...], o rochedo não é difícil nem fácil de escalar: está fundido na totalidade ‘mundo’, sem dela emergir de modo algum” (ibidem, pp. 601-2). Portanto, o significado que damos ao rochedo é que lhe fará *ser* ora um empecilho, ora um recurso, ou mesmo um algo qualquer, do qual resguardamos absoluta indiferença ou ignorância. Logo, em relação a sua dimensionalidade temporal, a causa para o humano não

⁷² Sobre o termo *existência*, Gianni Vattimo nos explica que: “Dizer que o homem existe não pode, pois, significar que o homem seja algo ‘dado’, porque aquilo que o homem tem de específico e que o distingue das coisas é justamente o fato de estar referido a possibilidades e, portanto, de não existir como realidade simplesmente-presente. O termo existência, no caso do homem, deve entender-se no sentido etimológico de *existere*, estar fora, ultrapassar a realidade simplesmente presente na direção da possibilidade” (1989, p. 25). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Franklin Silva acrescenta: “E é a isso que denominamos *existência*: existência, ek-sistência, ou o ente que tem o seu ser fora de si, o ente que caminha na direção de sua *entidade*, sempre separado dela e sempre tendendo para ela sem nunca alcançá-la. O ente que existe sem ser, no sentido de viver a ausência de sua plenitude, de sua positividade, de sua quiddidade” (2003, p. 45).

vem do passado, como para todos os outros entes naturais, mas, sim, do futuro. O que queremos ser e as coisas que devemos fazer arranjam o nosso meio transformando-o em uma situação específica e vivida individualmente. O meio objetivo é sempre interpretado pela subjetividade que o diz ser ora agradável/desagradável, tolerável/intolerável, justo/injusto, admirável/desprezível etc.

Se acharmos necessário diferenciar conceitualmente, como quisera fazer Luiz D'Agostini (2002), podemos até dizer que o homem não vivencia propriamente um meio, mas, sim, um ambiente em um determinado meio, pois está sempre *ambicionando* certas coisas desse meio, arranjando-o de maneira pessoal, de acordo com seus projetos do momento e de sua vida. Em termos gerais, D'Agostini compreende a expressão *meio ambiente* como não sendo pleonástica, como muitos outros a consideram, tendo cada termo um significado próprio. Sua proposta é que o meio seja compreendido como a base material, sinônimo de lugar, donde estão contidos os sujeitos conscientes que gerarão, por conseguinte, o ambiente; de forma que para este autor o “[...] meio é dado; o ambiente emerge” (ibidem, p. 148).

Contudo, a despeito de certa margem de escolha terminológica que se venha a fazer – nomeando-o por meio, ambiente, meio ambiente, situação, paisagem⁷³, arredor, entorno ou circunstância – o mais importante para se considerar é que em sua definição resguarde um paradoxo, uma ambiguidade própria da condição humana. Tal singularidade encontra-se expressa nessas palavras de Sartre: “A realidade humana encontra por toda parte resistências e obstáculos que ela não criou; mas essas resistências e obstáculos só têm sentido na e pela livre escolha que a realidade humana é” (2005, p. 602). Não estamos no mundo, portanto, como uma flor num vaso, objeto contido em outro, movidos pelos acasos de ordem natural; pois somos livres para programar nossas ações. Todavia, nossa liberdade no mundo não é fazer o que se quer, como sair voando por aí; mas fazer o que se pode fazer. É, eminentemente,

⁷³ Werther Holzer (1997) demonstrou a preocupação em resgatar a epistemologia e a etimologia do conceito de meio ambiente para bem precisá-lo em sua terminologia. Entretanto, após realizar tal análise, optou por substituí-lo por outro conceito presente no léxico geográfico que julgou como mais apropriado e rico para nosso campo de estudo; este foi o de *paisagem*. Na busca de uma permanência da pertinente problematização alçada por Holzer, de nossa parte, propomos a distinção desses termos. Assim, entendemos que meio – podendo este ser compreendido como *meio ambiente* ou *ambiente* – não é paisagem, pois paisagem é a captação basicamente visual – vide sua etimologia francesa onde *pay* significa pedaço da superfície terrestre e *visage* olhar – derivada de certo distanciamento que nos permita entrever ou intuir uma geografia. Não vemos, neste sentido, paisagem alguma ao adentrarmos em um elevador não panorâmico (e sem cartazes de agência de viagens), apesar de estarmos em um lugar e vivenciarmos pessoalmente um meio. Entendemos, sob este aspecto, que paisagem é um tipo de meio; onde toda paisagem é um meio, porém, nem todo meio é uma paisagem. Todavia, há que se considerar propostas com a de Murray Schafer (1997) de uma *soundscape* (cuja melhor tradução seria *paisagem sonora*) inspirada no termo *landscape* (paisagem), entretanto, pensamos ser mais difícil nomearmos por paisagem apreensões derivadas dos outros tipos de sentidos, como o tato ou o equilíbrio, por exemplo.

*liberdade situada*⁷⁴, agarrada por uma situação histórica e geográfica. É uma tensão gerada pelo o queremos fazer daquilo que fizeram de nós. Pois, de acordo com Ortega y Gasset:

Existir é para nós achar-nos de pronto tendo que realizar a pretensão que somos numa determinada circunstância. Não se nos permite eleger de antemão o mundo ou circunstância em que temos que viver, já que nos encontramos, sem nossa anuência prévia, submersos num contorno, um mundo que é o aqui e o agora (1963, p.40).

Portanto, a liberdade não está na possibilidade de escolha do nosso corpo, de nossa história, de nossa geografia etc; pois isso tudo são determinações objetivas dadas, irrefutáveis e necessárias. Somos livres, no entanto, pelo sentido que damos para esse conjunto de fatos que constituem o que iremos ter como nossa situação no mundo, nosso ambiente, enfim, nosso meio.

Não obstante, atentemos: a liberdade não é uma indeterminação, liberdade também é um tipo de determinação, porém, uma determinação que vai do sujeito ao objeto e não uma determinação que vem do objeto ao sujeito como o quer o determinismo. Neste aspecto, devemos concordar de maneira plena com Mumford ao afirmar que: “A rota do homem em sua evolução parte [...] do *externamente condicionado* para o *internamente condicionado*” (1958, p. 17, grifo nosso). Assim, ao fazermos necessárias escolhas de ação frente ao meio, nós nos determinamos enquanto sujeitos; ou seja, enquanto seres agentes. Livremente podemos escolher nossas ações, mas logo após a escolha, somos determinados por ela própria. Vamos atrás de um fim, um possível, que traçamos como realizável nas condições de nosso entorno. Sempre, entretanto, livres para estagnar essa ação planejada e reconfigurarmos os planos, nos determinando novamente. E somente entendendo que a liberdade é também uma determinação é que podemos estudar cientificamente o ser humano frente às suas ações para com o meio.

⁷⁴ “É necessário, [...], sublinhar com clareza, contra o senso comum, que a fórmula ‘ser livre’ não significa ‘obter o que se quis’, mas sim ‘determinar-se por si mesmo a querer (no sentido lato de escolher)’. [...] O conceito técnico e filosófico de liberdade, o único que consideramos aqui, significa somente: autonomia de escolha. É preciso observar, contudo, que a escolha, sendo idêntica ao fazer, pressupõe um começo de realização, de modo a distinguir do sonho e do desejo. Assim, não diremos que um prisioneiro é sempre livre para sair da prisão, o que seria um absurdo, nem tampouco que é sempre livre para desejar sua libertação, o que seria um truísmo irrelevante, mas sim que é sempre livre para tentar escapar” (SARTRE, 2005, p. 595). Ou seja, desejar um mundo melhor onde haja pessoas que vivam bem e em paz é uma coisa, outra é escolher e agir para que o mundo atual seja futuramente habitado por pessoas vivendo bem e felizes. O primeiro caso é um sonho, um desejo. O segundo é projeto. No primeiro, basta esquecer a realidade e imaginar um mundo sem guerras, sem religião e pessoas vivendo em paz. No segundo, mais do que desejar, é preciso pesquisar, ter ciência dos fatos, projetar sua ação no que *há*, agir calcado na realidade para tentar, sem garantia alguma de conseguir, modificá-la. Portanto, cantar a utopia num piano branco faz-se bem diferente de convencer milhões a marcharem pacificamente à praia para obter seu próprio sal. Ser livre é poder sempre agir, é poder escolher-se.

Portanto, podemos entender o ser humano enquanto materialidade forjada por processos físico-químico-biológicos, nas diversas configurações geográficas às quais se aventurou após deixar seu berço africano; buscando, desse modo, as determinações geográficas no sentido de síntese de múltiplas determinações relativas às especificidades dos lugares. Entendendo-o se negro, branco, loiro, moreno, ruivo, pequeno, longilíneo, como resposta da adaptação fisiológica ao meio. Buscando, assim, apreender como a geografia o determinou enquanto materialidade. Mas, também, podemos entendê-lo como descritor e agente do meio geográfico. E aí teremos que vê-lo em sua liberdade. Entretanto, como poderemos pesquisar e analisar cientificamente a liberdade – e, conseqüentemente, o ser humano – se esta é a antítese da determinação, que por sua vez é a necessidade de se fazer ciência?⁷⁵ Essa pergunta não teria uma resposta satisfatória se nos fixássemos no conceito de liberdade como ausência de determinação ou brecha momentânea dessa, como o quer o senso comum, ou como o quis aquilo pelo que se consagrou por *possibilismo* na história do pensamento geográfico. Contudo, é compreendendo que liberdade não é uma indeterminação, mas uma determinação por parte do sujeito, é que resolvemos a questão corrigindo-a em suas premissas. O ser humano é livre por essência, em verdade, não tem essência *a priori*, por isso é livre. No entanto, “[...] não é livre para não escolher-se” (SARTRE, 2005, p. 525); é escravo de sua liberdade. Assim, é obrigado a engajar-se no mundo. E, devido a essa necessidade geográfica, é que é obrigado a se determinar como ser. Escolhendo e projetando caminhos para realizar, determinando-se no mundo. Afinal, ao homem, “[...] existir e situar-se constituem a mesma coisa” (ibidem, p. 392). E é precisamente isso que dá a possibilidade às ciências humanas fazerem-se como ciência dos homens, porque há uma determinação. Certamente, este é um objeto muito mais fugidío que outros, posto que o humano é livre para mudar a qualquer momento suas determinações, mas, obrigado a escolher-se, não pode ser sem se autodeterminar. Assim, a busca do entendimento de uma geografia enquanto descrição da superfície terrestre passa por compreendermos as autodeterminações dos sujeitos, bem como, dos sentidos que atribuem aos seus respectivos meios, à sua situação no mundo.

⁷⁵ Uma pergunta semelhante a essa já foi feita por Hartshorne: “Podem as ações e seres humanos, como indivíduos, ser considerados como teoricamente determináveis por leis científicas inexoráveis e invariáveis, e, se assim o for, podemos acaso esperar conhecer de maneira suficiente essas leis e os fatores condicionantes a ponto de sermos capazes de deduzir qual seja a sua ação, em casos específicos?” (1978, p. 162). A resposta que deu a ela foi negativa; dizendo que “[...] um grande número de fenômenos que são importantes para o homem nunca serão cabalmente explicados em termos de causas antecedentes, porque *certos fatores essenciais* inevitavelmente escapam ao nosso conhecimento” (ibidem, p. 165, grifo nosso). A nosso ver, o que escapa sempre das causas antecedentes – os “certos fatores essenciais” dos quais fala o autor – é propriamente a liberdade humana, posto que esta esteja sempre além do que há, mirando um futuro possível.

Mas, *meio*, *realidade* e *consciência*, então, fazem-se como a mesma coisa? De certa maneira, sim. Pois, jamais conseguíramos afirmar a existência de um elemento desta tríade sem obrigatoriamente remetê-lo aos demais. Entretanto, não deveríamos deixar de nos ater a eles, fazendo por se diluírem num caldo indiscernível. A presença desses três nomes para um único fenômeno não é um capricho da ordem dos sinônimos, mas uma demonstração dos ganhos do pensamento analítico. É o olhar aguçado para um fenômeno complexo e estruturante que constitui a presença do mundo para nós. Daí três nomes que separam algo, que se de fato for separado, deixa de existir. Estes nos servem como ferramentas de elucidação teórica de um fenômeno, quando em ato, indiferenciável. Dessa forma, podemos dizer, em síntese, que *meio* e *consciência* são as faces de uma moeda chamada *realidade*.

*

Enfim, no esforço de dar uma resposta sintética para a pergunta “O que é meio?”, podemos inicialmente dizer que meio é algo negativo e relativo a determinado ser; e, por conta disso, só podemos começar a investigá-lo a partir do posicionamento prévio deste ser. Assim, aplicando dois recortes arbitrários no real, o da vida e o da consciência, chegaremos ao deslindamento tripartido entre seres não vivos, os seres vivos e os seres conscientes; cada qual possuindo, por contrapartida, específicos constrangimentos à sua permanência (ver Tabela 1).

Tabela 1. Relação entre forças adversas e tipos de ser

	Não Vivo	Vivo	Consciente
Mesológica	Contrária	Contraditória	Contraditória
Fisiológica	-	Contraditória	Contraditória
Ontológica	-	-	Contraditória

Vemos na Tabela 1 que da passagem do ser inorgânico ao ser orgânico até o ser orgânico-consciente, temos a somatória pontual de três forças contrárias, respectivamente: a mesológica, a fisiológica e a ontológica. A primeira, a do meio, abrange a tudo que existe materialmente na natureza. Faz-se como o próprio motor da dialética da natureza, do movimento das formas. Tudo que existe está fadado a transformar-se, deixando de ser algo para ser não-algo, que por sua vez, far-se-á como um novo algo. A segunda reduz imensamente a abrangência dos entes naturais, ocorrendo somente naqueles que resguardam a vida em seus corpos. Por ora, só podemos afirmar que ocorra na Terra. É a responsável pelo

envelhecimento e, conseqüentemente, pela morte. Já a terceira é a contradição instaurada na própria fundamentação do ser, fazendo que ao mesmo tempo em que um ser seja, não consiga se firmar plenamente enquanto tal, devido a sempre presente dúvida do que é. Há de se considerar que essa, das três, é a de menor abrangência, chegando haver até um número bem aproximado de seres que a abarca, constituindo hoje algo próximo de sete bilhões dentro do universo conhecido. Como dito, tais contradições formam-se como uma somatória. Assim, na pedra incide a primeira apenas como força contrária, não contraditória, pois a pedra não necessita do meio para manter-se; na bactéria e no macaco incidem a primeira e a segunda, ambas contraditórias; e no ser humano incidem a soma das três, todas contraditórias. O homem, portanto, enfrenta ao longo de sua vida três negações concomitantes de seu ser, a saber: a ambiental, a fisiológica e a existencial. Faz-se como um ser *bio-ontológico*, como o definiu Elvio Martins (2007); *bio*, pois aloca as duas contradições primeiras, a do meio e a do corpo, em sua materialidade; e *ontológico*, pois, individualiza-se a partir da escolha de seu ser no mundo. Sendo que tal escolha, em absoluto, prevalece na singular leitura que faz de seu meio (ver Tabela 2).

Tabela 2. Tipos de ser e seus respectivos sentidos de ambiência

Ser	Meio
Não Vivo	-
Vivo	Sobrevivência
Consciente	Existência

Observa-se na Tabela 2 que enquanto ao ser não vivo não há ambiência possível, nos seres vivos os fins pelos quais almejam – e que por decorrência fazem gerar um sentido ao entorno, emergindo verdadeiramente um meio, um ambiente – são aqueles relativos à manutenção de suas sobrevivências. O que quer dizer que olhar do macaco na floresta é ditado pelos seus genes; assim, seu meio é compartimentado por interesses como: alimentação, reprodução, possíveis abrigos, predadores etc; tudo isso visando apenas manter o seu ser. Já ao homem foi dada – através da ocorrência de inúmeros acasos puramente naturais, que passam pela explicitação de conceitos como exaptação, signo, neotenia, cultura etc. – a capacidade de não só se por em questão, como também de responder por si só sobre o que é. Daí passou a *existir*, tombando dos imperativos naturais aos imperativos e obstáculos encontrados somente no campo de sua liberdade (SARTRE, 2005). Deixando, em definitivo, de se preocupar com a

sobrevivência para preocupar-se apenas com a sua existência. Daí, também, podermos afirmar, juntamente a Ruy Moreira, que “[...] é o tema da existência que atravessa a relação homem-meio do princípio ao fim” (2004, p. 29). Por decorrência, seu entorno ganha o sentido de meio para algum fim, cujo fim é livremente escolhido por seus projetos de ser. Os motivos, as adversidades e os valores que lemos em nosso meio emergem daí, da liberdade da escolha de ser e, conseqüentemente, de significar o mundo.

Há, portanto, no ser humano uma irreducibilidade ao meio. Ou seja, ao homem, não se pode afirmar *plenamente*: “diga-me onde estás que te direi quem és”; pois isso é ecologia e não se aplica ao animal tombado dessa esfera. Dessa feita, se quisermos realmente compreender o meio ou ambiente do qual se encontra um indivíduo ou um grupo⁷⁶, devemos antes questionar sobre suas projeções de ser⁷⁷; devemos tentar compreender o ir ao futuro que elegeram como fim possível/faltante e retornarmos ao presente, captando neste, os entraves e caminhos que irão ter que transpor e seguir para alcançá-lo. Para concluir, lançando mão de uma frase de efeito, podemos dizer que: *O meio ambiente, aos humanos, dá-se como o meio de um ambiente futuro*. Pois o ser humano é o único ser da natureza que metaforicamente *habita* o futuro, lendo, através de seus projetos, sua atual situação, seu meio⁷⁸.

Estando, pois, sumariamente delineada a resposta à pergunta sobre o que é meio, restamos, na sequência, encerrar entrevedo algumas das características do que nele há de geográfico.

⁷⁶ A medida que um grupo pode ser considerado um novo ser (SARTRE, 2002), é indiferente considerarmos que o meio seja alteridade para um indivíduo ou para o grupo. Os indivíduos em grupo formam uma nova individualidade que fará emergir uma específica ambiência, uma nova situação. Assim é que podemos entender o meio como complemento de determinação tanto para um homem, quanto para vários homens em conjunto. Sobre isso, é interessante notarmos por parte de Max. Sorre, em paralelo ao Sartre do *Crítica da Razão Dialética*, a atenção em ponderar ontologicamente a formação e o sentido do grupo na passagem: “Examinemos o caso de um soldado na tropa, cercado pelos colegas, realizando os mesmos gestos que eles, sob os mesmos comandos, mesmo ritmo. O objetivo de todo o treinamento do quartel é substituir a espontaneidade por um automatismo tão perfeito quanto possível. Automatismo de gestos, diríamos. Na realidade, a disciplina do batalhão em forma, para usar a expressão técnica, vai bem mais longe. Ela suprime as reações individuais e chega até a abolir as impressões e os reflexos de cansaço e de medo. Ela cria, em cada soldado, um *novo ser* e, nesse processo, juntamente com outros elementos, o sentimento de não se ser mais que uma unidade perdida num conjunto tem um peso muito considerável” (1984, p. 57, grifo nosso).

⁷⁷ A determinação do meio, o que faz o meio ser o que é, é relativa à autodeterminação do indivíduo humano. Nas palavras de Elvio Martins: “Essa determinação do meio é definida em função de ser meio constituído na relação com o homem, ou melhor, é meio determinado em sua especificidade a partir da alteridade condicionante que é o homem. Não se trata de ‘qualquer meio’, mas meio específico correspondente a um específico homem” (2007, pp. 44-45).

⁷⁸ Daí, por exemplo, também poder haver um estranho paradoxo, tipicamente humano, outrora lembrado por Armando Corrêa da Silva, de sentirmos, quando nossos projetos não se concretizam, “saudades do futuro”.

O meio geográfico

Carlos Drummond de Andrade, em uma interpretação poética do ato de estar-no-mundo, questionava-se: “Mas que coisa é homem,/ que há sob o nome:/ uma geografia?” (2008, p. 295). De nossa parte, podemos responder: sim, uma geografia. Essa é sua primeira condição de ser, a geográfica. Daí, também, entender o porquê de Mario Quintana, parodiando Shakespeare, asseverar: “Ser ou estar... eis a questão!” (2006b, p. 313). Pois, o fundamento geográfico do corpo humano é a necessidade de *ser* no *estar* encontrado na superfície terrestre. Seu estar é um estar específico, determinado. Seu meio vital é, em relação a toda a materialidade do corpo terrestre, uma fina película onde se originou e se mantém⁷⁹. As disposições físicas que possibilitam seu viver encontram-se aí. Assim, determinadas variações de temperatura, pressão, misturas de gases, gravidade, incidência solar etc; permitem sua vida. Não há como escapar desta condição de ser-da-superfície-terrestre, daí a necessidade de compreendê-lo inicialmente neste parâmetro.

Porém, não é por ter uma ligação umbilical com a superfície terrestre que poderíamos pensar que o ser humano não possa viver por algum período fora dela. Exemplos não faltam das aventuras extra-litosféricas permitidas pela tecnologia. Esses vão desde as profundidades abissais das zonas oceânicas às pegadas dos astronautas no sertão lunar. Então, esse fundamento – gerado “por uma lei de necessidade” (1990, p. 91), como disse Ratzel – geográfico do homem como ser condicionado à superfície terrestre não estaria errado? Não, pois uma coisa é dizer que o homem só pode viver sob as condições ambientais encontradas na superfície terrestre, e outra, é afirmar que o homem só pode viver na superfície terrestre. Note-se que a diferença entre estas duas assertativas está nas condições ambientais que, em outras palavras, se resumem ao termo *meio* terrestre ou geográfico. Se durante grande parte da história da humanidade poderíamos, sem pestanejar, dizer que a espécie humana não conseguiria viver a não ser na superfície *mater* em que reside, hoje, porém, o ímpeto de Ícaro respaldado pelo avanço da técnica fez o homem ganhar a sua presença, e provisória sobrevivência, em outros lugares. Sim, em outros *lugares*, porém não em outros *meios*.

⁷⁹ “O espaço vital para a sobrevivência humana é claramente delimitado. Grigoriev, em 1968, denominou-o de *estrato geográfico terrestre* e o definiu como espaço limitado pela litosfera, como piso, e pela estratosfera, como teto. Nesse intervalo de poucas dezenas de quilômetros, que vai da parte superior da crosta terrestre até a baixa atmosfera, é onde vive o homem, bem como os demais seres animais e vegetais, vive naturalmente. É nesse intervalo estreito de 30 a 40 km o palco onde as sociedades humanas se organizam, se reproduzem e promovem grandes mudanças na natureza” (ROSS, 2005, p. 16). Jean Brunhes já havia antes se referido a essa condição dizendo: “O campo próprio dos estudos geográficos é constituído por uma zona dupla: a zona inferior do envoltório atmosférico de nosso planeta e a zona superficial da crosta sólida (1962, p. 25).

Afinal, Jacques Cousteau e Neil Armstrong não enfrentaram, respectivamente, o meio submarino e o meio lunar sem se encapsularem em seus *aqualungs* e suas roupas de astronauta. Eles e outros aventureiros sempre levaram e levarão consigo invólucros tecnologicamente desenvolvidos contendo o meio terrestre. Podem, então, até escapar da superfície terrestre por alguns períodos, indo para outros lugares, porém, não daquilo que lhes permite sobreviver, ou seja, não podem escapar jamais – e aqui é que a *necessidade* ratzeliana reside – do meio terrestre. O homem está preso à Terra não pela gravidade – argumento que seria até razoável antes de invenções como o avião ou o foguete – mas sim, pelo ambiente terrestre. E desse tipo de aprisionamento não há tecnologia avançada o bastante para permitir a sua saída, pois o que o amarra é o seu fundamento material: o corpo. O corpo humano nasceu e se adaptou para um determinado meio, e o desligamento deste para com aquele – mesmo um desligamento parcial, por um específico período – faria o primeiro deixar de ser por falta de estar próprio. É esse o preciso sentido que se encontra na afirmação de Ratzel: “A afirmação de que os povos vão se tornando gradativamente cada vez mais independentes da natureza que constitui o seu substrato e o seu ambiente é sem dúvida errônea” (ibidem, p. 71). O homem não pode liberar-se do meio terrestre; daí, podemos afirmar que é necessariamente um *ser geográfico*.

*

Meio, como vimos, diz respeito ao conjunto de relações que constroem os seres dos quais ambienta. Quando se fala em “meio acadêmico” ou “meio urbano” quer se referir às relações específicas que se apresentam nestes tipos de meio. Pode até parecer, num primeiro momento, que ao falar de *meio urbano* estejamos dando status de independência do conceito meio; e aquela pergunta que outrora fazíamos “meio ou ambiente de quê?”, parece não se fazer mais necessária. Porém, tão logo quando aprofundamos a reflexão, vemos que esta independência se mostra equívoca. Quando alguém diz “meio urbano” está querendo dizer que algo ou alguém que vivencia este meio está entremeadado por uma gama de circunstâncias específicas relativas ao que entende por fenômeno urbano. Então, estar em um meio urbano é estar se relacionando, por exemplo, com adensamento populacional, não produção de seus próprios alimentos, trânsito de automóveis, enchentes, poluição e demais fatores gerais característicos hoje do *urbano*. Ou seja, as pessoas que estão no meio urbano são constangidas, determinadas, por aquilo que faz do urbano ser urbano. Não havendo, em absoluto, nessa acepção, qualquer indiferenciação possível entre o natural e o social. A chuva, por exemplo,

tem sua dimensão urbana, como lentidão no trânsito ou possibilidade de enchentes, tanto quanto o asfaltamento. Lembremos que quando se diz meio, quer se dizer aquilo que envolve determinado ser; e que quando adjetivamos este meio, queremos tematizar um conjunto de relações pelas quais os indivíduos que nele estão imersos são determinados. Assim, independentemente de pontuarmos o meio como natural ou humanizado – nesse segundo, como sinônimo de geográfico, como quis Demangeon (1982) – o que importa mesmo é entendermos o conjunto de relações tematizados que envolvem e incidem sobre os seres que dele fazem parte. Hartshorne, perspicazmente, já havia chamado a atenção para isso ao escrever que:

O reconhecimento da importância dos “fatores culturais” introduz um elemento básico de confusão na análise geográfica dominada por um contraste teórico entre os fatores humanos e os fatores naturais. A análise científica, em geral, consiste em descrever a maneira pela qual um fenômeno particular se relaciona com outros determinados fenômenos, ou, em outras palavras, na busca dos fatores causais que produzem um efeito conhecido. A análise clara exige uma nítida separação entre os dois lados da proposição. Se nos for simultaneamente exigido separar os elementos humanos e os não-humanos, a combinação dessas duas exigências força a presumir-se que tais elementos se correspondem, isto é, que fatores humanos devem ser estudados como efeitos de causas naturais. Se, porém, for reconhecido que os “fatores culturais” desempenham um papel causal nessa relação, cumpre situá-los como “causativos” ao lado das “causas naturais”, e a formulação feita não mais separará os fatores humanos dos fatores não-humanos. Para fugir a essa dificuldade lógica, muitos autores praticam um complicado jogo de palavras, sem se aperceberem de que perderam com isso sua base de apoio. Partindo do conceito de “natureza” como o “meio natural”, expresso de forma abreviada, por uma questão de conveniência, simplesmente pelo termo “meio”, eles observam, então, que os autores de outras disciplinas se utilizam desta palavra para incluir muitos elementos que os geógrafos não reconhecem como pertencentes ao “meio natural”, mas que são decididamente importantes ao ambiente total de qualquer indivíduo ou grupo humano. Mais de um geógrafo, entre os que definem sua matéria em termos das relações mútuas entre homem e o meio natural, tem tomado de empréstimo ao historiador e ao sociólogo o ponto de vista segundo o qual as “ideias” constituem uma parte do meio. Todavia, deixando de observar a modificação introduzida no significado do termo, continua a supor que está estudando as relações entre o homem e a natureza (1978, pp. 55-56).

Meio, assim, deve ser considerado independente da cisão natural/humano. No entanto, nem por isso, quer se dizer que a expressão *meio natural* esteja inválida a princípio, afinal, esta pode muito bem ser utilizada quando queremos tematizar o conjunto de relações de origem eminentemente natural que incidem nos seres que abarca. Mas, não sendo tematizado desse modo em específico, o conceito de meio dirá respeito a todos os fatores que ambientam os seres. Sendo, ainda, que se estes seres forem humanos, devemos incluir o conjunto das ideias,

dos signos e de toda imaterialidade que os contextualizam⁸⁰. Daí a possibilidade de falarmos de um *meio intelectual* ou *meio virtual*. O meio virtual, por exemplo, traz uma gama de determinações que não importam o lugar ao qual a pessoa tem acesso; importa-se, sim, que esta pessoa tenha acesso; tendo, tanto faz estar no coração de Manhattan ou num retiro espiritual no Butão. Da mesma forma, um pintor de parede que realiza seu ofício no Departamento de Geografia da USP não necessariamente está no meio acadêmico, está, sim, localizado na academia, mas envolvido por outras questões que são de outra ordem daquelas acadêmicas.

A partir disso, em que medida se poderá inicialmente entender o sentido da expressão *meio geográfico*? Bem, na medida exata do que compreendamos ser o fenômeno caracterizado por *geográfico*. Como antes de sabermos o que é meio urbano ou meio rural devemos averiguar o que se entende por urbano ou rural, da mesma maneira isso deverá ocorrer para o geográfico. Assim, a pergunta que devemos antes fazer é: o que é o geográfico do meio? Uma entrada de sua resposta encontra-se na consideração que:

O nosso existir, e a consciência desse existir enquanto homens, dá-se na medida em que designamos, conceituamos a realidade que nos cerca, ou seja, nossa alteridade, o meio. Podemos fundar sua existência e agir sobre ela de maneiras distintas. Mas, neste caldo cultural que é o pensamento científico, a designação a determinadas propriedades do meio que nos cerca levou o conceito de Geografia (MARTINS, 2007, pp. 38-39).

Ou seja, o meio primeiramente é tudo o que *há*. Tudo aquilo que me reconheço como não sendo. E essa alteridade absoluta é composta de inúmeras propriedades que ao longo da história as diversas sociedades foram nomeando aos seus modos, derivado daquilo que julgaram importante para se considerar⁸¹. E uma dessas culturas, nomeou determinada faceta

⁸⁰ Max. Sorre demonstrou ter isso claro em mente ao expor: “A aldeia e a cidade constituem dois meios humanos muito especializados, dois meios espirituais e não apenas materiais. O primeiro é relativamente simples ao passo que no segundo verifica-se um entrelaçamento de grupos entre os quais existem relações muito ricas” (1984, p. 45); Dirce Suertegaray, seguindo a mesma linha, argumentou: “O conceito de ambiente expressa a necessidade de compreender as mediações, não só na ordem das relações físico-naturais, mas destas com as dimensões que demandam da construção das relações sociais. Trata-se, portanto, de um conceito que deve expressar a inter-relação do ser com o entorno, sob diferentes escalas, e desvendar, como resultantes destas conexões, as possíveis derivações” (2006, p. 93).

⁸¹ Douglas Santos elucida este processo ao exemplificar: “[...] pode-se dizer que é o sujeito que chama o relevo de relevo já que este, da forma que hoje o entendemos, não se auto identifica. Por isso mesmo o relevo só é relevo para o sujeito. Historicamente falando pode-se dizer que milhares e milhares de anos foram necessários para que as experiências humanas – de, ao se deslocar, ter de fazer esforços diferenciados dependendo da declividade do terreno e da direção tomada – criasse uma ideia geral de tais diferenças e denominasse tudo isso de ‘relevo’. Se não podemos negar que as diferenças de altitude e declividade existem independentemente da existência dos homens, por outro lado a ideia de relevo é absolutamente humana e os conceitos que lhe dão sentido estão diretamente vinculados à nossa experiência com relação a tal diferencialidade” (1995, p. 50).

da realidade, do meio, por *geografia*. Então, como expôs Eric Dardel (1952), antes mesmo de ser o nome de uma disciplina acadêmica, a “inquietude geográfica” já era algo presente no humano. Sendo que tal inquietude – independente de ser nomeada de geografia ou, até, sequer mesmo ser nomeada – derivada, inicialmente, de uma necessidade de sobrevivência, aflorou-se posteriormente sob um cunho existencial, haja vista que: “Ninguém sabe de si, ou realmente responde a pergunta ‘quem sou eu’, se não souber Onde está” (MARTINS, 2009). E é justamente sobre o questionamento sobre nosso estar que se fundamenta a Geografia. No dizer de Paulo Gomes: “A geografia existe em qualquer fenômeno em que haja uma ordem de dispersão espacial. A unidade não provém do tipo de fenômeno, mas do tipo de pergunta” (2009, p. 27). Ou, em outras palavras, como já havia dito Douglas Santos: “O que existe, portanto, são perguntas geográficas” (1995, p. 51); complementando ainda que: “De Estrabão a Milton Santos a identidade da geografia permanece a mesma: é um discurso em torno da distribuição dos fenômenos” (ibidem). Assim, o querer saber dos motivos das coisas estarem onde estão, se distribuírem de tal maneira e, principalmente, de se saber onde propriamente se está, fez o homem buscar se localizar; sendo este o princípio básico da geografia como uma subtotalidade do real (SILVA, 2000), afinal, segundo Elvio Martins, [...] *é na localização que o ser se vê determinado por uma específica Geografia* (2007, p. 48, grifos do autor); ou, por um específico *meio geográfico*.

Utiliza-se, portanto, o termo *meio geográfico* a fim de dizer que os seres que estão envoltos por este meio são determinados pelas suas características geográficas. Características essas que passam pelo entendimento da ordenação espacial das coisas que o constituem, até às determinações dos múltiplos fatores situados naquele específico recorte terrestre. Assim, meio geográfico trata da ordem das coexistências e de suas recíprocas correlações. Precisamente o que Vidal de La Blache quis dizer com: “Do ponto de vista geográfico, o fato da coabitação, quer dizer, o uso em comum de um certo espaço, é o fundamento de tudo” (1946, p. 205). A Geografia, enquanto ciência, é um discurso do que é geográfico na realidade. E o geográfico é, por sua vez, aquilo que remete a razão da distribuição, do adensamento, da coexistência e da correlação das coisas presentes na superfície terrestre. É o significado das localizações, a consciência da coexistência, o porquê dos aondes (MARTINS, 2007; 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Martin Heidegger, a respeito do processo de construção conceitual do pensamento científico, certa vez, articulou:

[...] a investigação científica fixa por alto e não sem ingenuidade um primeiro recorte dos domínios a estudar. A elaboração de um domínio em suas estruturas fundamentais é de algum modo já operada pela experiência e pela explicitação pré-científicas do setor de ser no qual o domínio a estudar encontra ele-mesmo sua delimitação. Os “conceitos de base” assim emergidos ficam então adquiridos, é sobre eles que se guia a primeira detecção concreta deste domínio. Quanto a saber se a investigação deve por conseguinte todo o seu peso a esta positividade, digamos que ela não progride mais quando ela acumula resultados e os reúne nos “manuais”, do que quando, quase sempre em reação a uma tal inflação de conhecimentos sobre a questão, seu progresso verdadeiro consiste a por em questão o que constitui em seu fundo cada um dos domínios visados. O verdadeiro “movimento” científico se realiza quando as ciências submetem seus conceitos de base a uma revisão mais ou menos radical e que não lhe é transparente. Até que ponto ela é capaz de uma crise de seus conceitos de base, eis o que determina o nível de uma ciência (apud CASTRO, 2007, s/p).

Sob essa ótica, não nos equivocariamos ao afirmar que o conceito de meio traz sensíveis evidências de configurar-se com um dos principais “conceitos de base” dentro da história do pensamento geográfico. Afinal, pudemos entrever que além de se fazer como um dos primeiros a emergirem no discurso acadêmico da Geografia, também esteve sempre presente ao longo de sua construção – em grande parte, e ainda hoje – sob uma velada condição de ser um *conceito consenso*. Porém, na medida em que foi cada vez mais sendo chamado para dar conta dos fenômenos da realidade, passou a ser gradualmente questionado em seu fundamento. E as respostas que geógrafos foram elaborando sobre o conceito de meio constituíram uma epistemologia deste em nossa disciplina; mesmo que esta ainda seja pouco evidenciada em relação ao volume indiscriminado de seu uso.

Dizer “meio” nos debates realizados dentro da ciência geográfica atual ainda parece ser algo um tanto quanto mais seguro e inequívoco do que pronunciar termos como “espaço”, “lugar”, “região” ou “território”, pois, estes últimos acarretam por parte do expositor uma explicação prévia de seus significados; ou seja, cobra-se uma precisa definição deles, enquanto esse fundamental procedimento teórico raramente se mostra necessário para quando o primeiro é enunciado. E é exatamente por essa razão que devemos ter por tal “consagrado” termo um esforço de perene revisão epistemológica e ontológica afim de sempre buscarmos pô-lo em crise – querendo entrever suas raízes, tal como nos aponta a passagem acima de Heidegger – para que de aparente conceito consenso – e, por vezes, até mesmo inócuo – fortaleça-se, mais e mais, como um conceito crítico e fundamentado em nossa disciplina. Nosso trabalho buscou dar um passo para este longo caminho ainda a ser trilhado; apenas um passo, pois bem sabemos que tal conceito resguarda inúmeras arestas e uma gama de elementos ainda encobertos necessitando ser estudados. Procuramos, então, longe de querer esgotá-lo, dar aqui um início de sistematização, partindo da inspeção geral de três perguntas: como é tratado? (cap. 1) como foi tratado? (cap. 2) e o que é? (cap. 3). As respostas que encontramos foram detalhadas e disseminadas ao longo dos capítulos que realizamos procurando oferecer, por fim e ao menos, um viés abalizado de elucidação. De tudo, esperamos que este trabalho qualifique-se na medida exata em que tenha conseguido abrir uma fresta de luz à obscuridez do conceito de meio outrora apontada, com acerto, por Armando Corrêa da Silva.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNAMO, N. *História da Filosofia*. Trad. C. Jardim, E. Nogueira e N. Valadas. Lisboa: Presença, 1970.
- ACOT, P. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALONSO, A; COSTA, V. Ciências Sociais e o meio ambiente no Brasil. *BIB*. São Paulo, nº 53, 2002.
- ANDRADE, C. *Antologia poética*. 61ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ANGELO, C. Um começo tão simples. *Folha de São Paulo (Ciência)*. São Paulo, 28/06/2008.
- ANUCHIN, E. *Teoría de la Geografía en Nuevas Tendencias en Geografía*. Madrid: Inst. Est. Admon. Local, 1965.
- ARSUAGA, J. *O colar do Neandertal*. São Paulo: Globo, 2005.
- AZEVEDO, A. *O Cortiço*. Rio de Janeiro: Ática, 1991.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Trad. Estela Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARROS, L. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BARROS, N. Especiação na Antropogeografia de Frederico Ratzel. *Revista de Geografia*. Recife, v. 24, nº 1, 2007.
- BARROS, M. *Livro sobre Nada*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- BAULING, H. A Geografia é uma ciência? Trad. Wilton da Costa. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- BAYLISS-SMITH, T; OWENS, S. O desafio ambiental. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. (org.). *Geografia Humana*. Trad. Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996

- BELO, R. *O paradoxo da liberdade*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BERQUE, A. Ontologie des milieux humains. *Mots Pluries*, 1999. <<http://motspluriels.arts.uwa.edu.au/MP1199ab.html>>.
- BORNHEIM, G. *Sartre*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BOSCOLO, D. *Projetos de estudo do meio em escolas públicas em Santana do Parnaíba-SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BOUSQUAT, A; COHN, A. A dimensão espacial nos estudos sobre saúde. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2004 .
- BRANCO, J. *Dialética, Ciência e Natureza*. Lisboa: Caminho, 1989.
- BRAUDEL, F. Há uma geografia do indivíduo biológico? In: _____. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinsburg e T. da Mota. São Paulo: Perspectivas, 1978.
- _____. *A identidade da França*. Trad. Ligia Watanabe. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1991.
- BROCKMAN, J. Lamarck vive. In: *Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein*. Trad. Valter Ponte. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BRUNHES, J. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- CANALI, N. Geografia Ambiental. In: MENDONÇA, F; KOSEL, S. (org.). *Elementos da epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.
- CANGUILHEM, G. Le vivant et son milieu. In: _____. *La connaissance de la vie*. 10ª ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1989.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CAPONI, G. El viviente y su médio: antes e después de Darwin. *Scientiae Studia*. São Paulo, v. 4, n. 1, 2006.
- CARLOS, A. A Geografia Brasileira, hoje: algumas reflexões. *Terra Livre*, São Paulo, v. I, n. 18, p. 161-178, jan./jun. 2002.
- _____. Da “Geografia Abstrata” à “Geografia Concreta”. In: MENDONÇA, F; LOWENSAHR, C; SILVA, M. (org.). *Espaço e tempo*. Curitiba: ADEMADAN, 2009.
- CARVALHO, M. *Uma Geografia do discurso sobre a natureza*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- _____. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, nº 25, 1997.

- CASTRO, J. O espírito geográfico da filosofia moderna. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro. n. 101, p. 545-7, 1953.
- CASTRO, M. *Sobre a essência da informática*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- _____. *O “meio” na Geografia*. 2007. <www.filoinfo.bem-vindo.net>.
- _____. *O percurso histórico do conceito de “meio” na ciência moderna*. 2007b. <www.filoinfo.bem-vindo.net>.
- _____. *Uma passagem pela metafísica tradicionalista*. 2007c. <www.filoinfo.bem-vindo.net>.
- CANGUILHEM, G. Le vivant et son milieu. In: _____. *La connaissance de la vie*. 10^a ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1989.
- CAVALLI-SFORZA, L; CAVALLI-SFORZA, F. *Quem somos? História da diversidade humana*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHARON, J. *13 questões para o homem moderno*. Trad. Eduardo Castro. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- CHORLEY, R. La geografia como ecologia humana. In: _____. *Nuevas tendencias en geografia*. Trad. Joaquin Orozco. Madrid: Instituto de estudios de administracion local, 1975.
- CHRISTOFOLETTI, A. Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical. In: *Natureza e sociedade de hoje*. 2^a ed. São Paulo. Hucitec, 1994.
- CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. Trad. Nathelie Mendonça. In: MENDONÇA, F; KOSEL, S. (org.). *Elementos da epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.
- COLZIER, R. *História da Geografia*. Trad. N. C. e de Ana Rabaça. 2^a ed. Publicações Europa-América: Portugal, s/d.
- COSTA, W. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 1992.
- CUNHA, A. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DAGENAIS, P. Estudo do meio, base do ensino da geografia. *Boletim Geográfico*. IBGE, Rio de Janeiro, ano II, nº 18, 1944.
- D’AGOSTINI, L. A insuficiência do conceito de ambiente em meios onde o meio é ambiente. *Geosul*. Florianópolis, v. 17, nº 34, 2002.
- DAMIANI, A. Meio ambiente: privatização da natureza em Cubatão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 62, 1985.

- DAMINELI, A; DAMINELI, D. Origens da vida. *Estud. av.*, São Paulo, v. 21, n. 59, 2007.
- DARDEL, E. *L'Homme et la Terre*. Paris: PUF, 1952.
- DARWIN, C. *Origem das Espécies*. São Paulo: Itatiaia, 2002.
- DAWKINS, R. *O Relojoeiro Cego*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. *Deus, um delírio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- _____. *O maior espetáculo da Terra*. Trad. Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *O Gene Egoísta*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001b.
- DEL NERO, H. Sincronização e consciência: fundamentos naturais da cultura ou fundamentos culturais da natureza? *Psicologia USP*. São Paulo, v. 8, n. 2, 1997.
- DEMANGEON, A. Uma definição da Geografia Humana. Trad. Jaci Fonseca. In: CRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. Difel: São Paulo, 1982.
- DEUS, E. *Antropologia e ambiente*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007
- DIAMOND, J. A evolução da inventividade humana. In: MURPHY, M; O'NEILL, L. (org.). *"O que é vida?" 50 anos depois*. Trad. Laura de Oliveira. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. *Armas, germes e aço*. Trad. Silvia Costa. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- DOSSE, F. O recurso geográfico dos historiadores. In: _____. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.
- DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. *Agric.* São Paulo, vol. 51, nº 2, 2004.
- ENGELS, F. *A dialética da natureza*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FEBVRE, L. *A Terra e a evolução humana*. Trad. Jorge de Macedo. Lisboa: Cosmos, 1954.
- FERREIRA, L. C. Sociologia Ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. *Idéias*, Campinas, 8(2), 2001.
- FERREIRA, L; FERREIRA, L. Águas revoltas. *BIB*, São Paulo, n. 54, 2002.
- FERREIRA, C; SIMÕES, N. *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- FERREIRA, M. Epidemiologia e Geografia: O complexo patogênico de Max. Sorre. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 7(3), 1991.
- FOLEY, R. *Os humanos antes da humanidade*. Trad. Patrícia Zimbres. São Paulo: UNIESP, 1998.
- _____. *Apenas mais uma espécie única*. Trad. C. Fragoso, H. Ferreira, H. Menezes. São Paulo: Edusp, 1993.

- GALOCHET, M. El medio ambiente en el pensamiento geográfico francés: fundamentos epistemológicos y posiciones científicas. *Cuadernos Geográficos*. Granada, nº 44, 2009.
- GEORGE, P. *O meio ambiente*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- GERALDINO, C. *O que é meio ambiente?* Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.
- _____. *Milton e o meio*. Monografia (Especialização em Filosofia da Ciência) – Departamento de Filosofia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- GIANNUZZO, A. Los estudios sobre el ambiente y la ciencia ambiental. *Sci. stud.*, São Paulo, v. 8, n. 1, mar. 2010 .
- GILES, T. *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. São Paulo: Edusp, 1989.
- GOMES, P. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. Um lugar para a geografia. In: MENDONÇA, F; LOWEN-SAHR, C; SILVA, M. (org.). *Espaço e tempo*. Curitiba: ADEMADAN, 2009.
- GONÇALVES, C. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.
- GOULD, S. J. *Lance de dados*. Trad. Sergio M. Rego. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *A falsa medida do homem*. Trad. Valter L. Siqueira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOULD, S. J; VRBA, E. Exaptation: a missing term in the science of form. *Paleobiology*, 8, 1982.
- GOUROU, P. *Introducción a la geografía humana*. Trad. Isabel Belmonte. 3ª ed. Madrid: Universidad, 1984.
- GRIMM, F. Contribuições teóricas do geógrafo Milton Santos para pensar o período tecnológico. *Anais do II ENHPG*, São Paulo, 2007. <www.geografia.ffe.usp.br>.
- HARKALY, A. Por que as vacas estão loucas? In: MIKLÓS, A (coord.). *Agricultura Biodinâmica: A Dissociação entre Homem e Natureza*. Botucatu: Antroposófica, 2001.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. 2ª ed. Trad. Thomaz N. Neto. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HERDER, J. *Ensaio sobre a origem da linguagem*. Trad. José Justo. Lisboa: Antígona, 1987.
- HESSE, R. *Por uma filosofia crítica da ciência*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1987.

- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, ano II, nº 3, 1997.
- _____. O conceito de lugar na Geografia Cultural-humanista. *GEOgraphia*. Ano 5, nº 10, 2003.
- HUMBOLDT, A. Considerações sobre os diferentes graus de prazer que oferecem o aspecto da natureza e o estudo de suas leis. Trad. Josefina G. Mendonça. *GEOgraphia*. Ano 6, nº 12, 2004.
- INGOLD, T. Humanidade e animalidade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 28, 1995.
- JACOB, F. *A lógica da vida*. Trad. Ângela de Souza. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- JAMENSON, F. Sartre e a História. In: _____. *Marxismo e Forma*. Trad. I. Simon. São Paulo: Hucitec, 1985.
- JOHNSTON, R. *Geografia e geógrafos*. Trad. Oswaldo Amorim Filho. São Paulo: Difel, 1986.
- KATUTA, A. *O Estrangeiro no mundo da Geografia*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- KESSELRING, T. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. *Episteme*, Porto Alegre, nº 11, 2000.
- KLEIN, R. *O despertar da cultura*. Trad. Ana Andrade e B. Edgar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- KRIEGER, M., FIANATTO, M. *Introdução à Terminologia*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LACOSTE, Y. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Trad. Maria França. Campinas: Papirus, 1988.
- LAFACE, A. Definição do vocabulário terminológico no universo acadêmico. In: OLIVEIRA, M; ISQUERDO, A. (org.). 2ª ed. *As ciências do léxico*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. 3ª ed. Trad. Fátima Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAMARCK, J.-B. *Filosofia zoológica*. Barcelona: Mateu Editor, 1971
- LEFEBVRE, H. *Lógica formal Lógica dialética*. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *Geousp*. São Paulo, nº 24, 2008.

- LEWIN, R. *Evolução humana*. São Paulo: Atheneu, 1999.
- LIMA, L. O sentido é o meio. In: PONTUSCHKA, N; OLIVEIRA, A. (org.). *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010.
- LIRA, L. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia, *Confins*, n.2, 2008, <<http://confins.revues.org2.html>>.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Calor Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARTÍN, M. V. Veinticinco años de ética ecológica. *Estudios Filosóficos*, Barcelona, n. 143, 2001.
- MARTINS, E. *Da Geografia à Ciência Geográfica e o discurso lógico*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____. O fundamento geográfico do ser. *Geosp*, São Paulo, nº 22, 2007.
- _____. Pensamento geográfico é Geografia em pensamento. In: KATUTA, A. [et. al]. *Geografia e Mídia Impressa*. Londrina: Moriá, 2009.
- MARTINS, L. Lamarck e as quatro leis da variação das espécies. *Episteme*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 1997.
- MARTONNE, E. Geografia e História (Prefácio). In: VIDAL DE LA BLACHE, P. *Princípios de geografia humana*. Trad. Fernando Martins. Lisboa: Cosmos, 1946.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MEGALE, J. *Geografia e Sociologia: introdução ao estudo de Max. Sorre*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1979.
- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F; KOSEL, S. (org.). *Elementos da epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.
- _____. *Geografia e meio ambiente*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MERLEAU-PONTY, M. *A Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *O olho e o espírito*. Trad. Paulo Neves e Maira E. G. G. Pereira. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- _____. *A estrutura do comportamento*. Trad. Márcia V. M. de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MITHEN, S. *A pré-história da mente*. São Paulo: Unesp, 1998.
- MONOD, J. *O acaso e a necessidade*. Trad. Alice Sampaio. Petrópolis: Vozes, 1971.

- MONTEIRO, C. A. F. *A questão ambiental do Brasil: 1960-1980*. Série “Teses e Monografias” nº 42, São Paulo, Instituto de Geografia da USP, 1981.
- _____. Geografia e Ambiente. *Orientação*, nº 5, São Paulo, 1984.
- _____. A questão ambiental na Geografia do Brasil. *Cadernos Geográficos*. UFSC, nº 5, 2003.
- MORAIS, J. O Humanismo e o homo sapiens. *Crítica Marxista*, nº 21, 2005.
- MORAES, A. C. *Geografia: pequena história crítica*. 15ª ed. São Paulo, Hucitec, 1995.
- _____. *Meio ambiente e Ciências Humanas*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Capitalismo, Geografia e meio ambiente*. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MOREIRA, R. Marxismo e Geografia. *Geographia*. Niterói. Ano 6, nº 11, 2004.
- _____. *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Pensar e Ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. *O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *O pensamento geográfico brasileiro, vol. 2: as matrizes da renovação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. *O que é Geografia*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MUMFORD, L. *A condição de homem*. Trad. V. Reis. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1958.
- NAME, L. A natureza como o Outro de diferentes partes: uma discussão sobre Ratzel e alteridade. *Biblio 3W*. Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 854, 2010.
- NEVES, W. E no princípio... era o macaco! *Estudos avançados*, São Paulo, v. 20, n. 58, 2006.
- _____. *Antropologia Ecológica*. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. Evolução darwiniana e Ciências Sociais. *IEA/USP*. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/nevesevolucaodarwiniana.pdf>>, 2007.
- OLIVA, A. *Filosofia da Ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- OLIVEIRA, G. *A história do conceito de éter*. 1997. Acesso em março de 2010. <<http://www.orgonizando.psc.br/artigos/or-nr.htm>>.
- ORTEGA y GASSET, J. *Meditação da técnica*. Trad. e prólogo de L. W. Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.
- _____. *El hombre y la gente*. Madrid: Revista de occidente, 1959.
- PERDIGÃO, P. *Liberdade e existência*. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- PETRONE, P. Pasquale Petrone e a Geografia na USP (entrevista). *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 8, nº22, 1994.

- PINKER, S. *Como nossa mente funciona*. Trad. Laura T. Mota. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PINTO, A. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- PONTUSCHKA, N. O conceito de estudo do meio transforma-se... In: VESENTINI, J. (org.). *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2004.
- QUINTANA, M. *A vaca e o hipogrifo*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. *Caderno H*. São Paulo: Globo, 2006b.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAPCHAN, E; NEVES, W. Chimpanzés não amam! Em defesa do significado. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 2, 2005.
- RATZEL, F. Antropogeografia. Trad. Fátima Murad. In: MORAES, A. (org.) *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- RECLUS, E. A complexidade da produção do espaço geográfico. In: ANDRADE, M. *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- REGNER, A. O conceito de natureza em A origem das espécies. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2001.
- ROCHA, J. M. A ciência econômica diante da problemática ambiental. *Redes*. Santa Cruz do Sul, vol. 9, nº 3, 2004.
- RODRIGUES, A. Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: SILVA, J. B; LIMA, L. C; DANTAS, E. W. C. *Panorama da geografia brasileira II*. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. A abordagem ambiental unifica as geografias? In: MENDONÇA, F; LOWEN-SAHR, C; SILVA, M. (org.). *Espaço e tempo*. Curitiba: ADEMADAN, 2009.
- ROSS, J. Os fundamentos da geografia da natureza. In:____ (org.). *Geografia do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- SALVI, R. *O Tempo na Geografia Humana Brasileira como uma Categoria do Método*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- SANTOS, D. Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino da geografia. *Caderno Prudentino de Geografia*, nº 17, 1995.
- _____. *A reinvenção do espaço*. São Paulo: Unesp, 2002.
- _____. Um objeto para a Geografia. *Terra Livre*, v. 1, 2008.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

- _____. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 59, 1982.
- _____. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*. São Paulo, nº 5, 1988.
- _____. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano IV, nº 6, 1999.
- _____. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2003.
- _____. *A natureza do espaço*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. A Questão do Meio Ambiente. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.1, n.1, 2006, www.interfacehs.sp.senac.com.br.
- SARTRE, J-P. *O ser e o nada*. Trad. Paulo Perdigão. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade. In: _____. *Situações I*. Trad. Cristina Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2005b.
- _____. *Questão de método*. Trad. Bento Prado Júnior. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. *A Náusea*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. *O Existencialismo é um Humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- _____. *O Imaginário*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *Crítica da razão dialética*. Trad. Guilherme Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SCHAFER, M. *A afinação do mundo*. São Paulo: Unesp, 1997.
- SCHELER, M. Diferença essencial entre o homem e o animal. In: *A situação do Homem no Cosmos*. Trad. Arthur Morão. Lisboa: Texto&Grafia, 2008.
- SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'E GA*, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.
- SEMPLE, E. *Influences of geographic environment*. New York: Henry Holt and Company, 1911.
- SILVA, A. A. *Conexidade: complexo geográfico, Vidal de La Blache, Pierre Monbeig*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SILVA, A. C. *Cinco paralelos e um meridiano*. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

- _____. A renovação geográfica do Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 60, 1984.
- _____. As categorias como fundamento do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M. & SOUZA, M. *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.
- _____. *De quem é o pedaço?* São Paulo: Hucitec, 1986b.
- _____. A geografia humana e a abordagem naturalista. SOUZA *et al* (org.) *O novo mapa do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. A aparência, o ser e a forma. *GEOgraphia*. Niterói, ano II, nº 3, 2000.
- SILVA, F. Conhecimento e identidade histórica em Sartre. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 26, n. 2, 2003.
- SILVEIRA, M. Uma situação geográfica: do método a metodologia. *Território*, ano IV, nº 6, 1999.
- _____. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *GEOUSP*. São Paulo, nº 19, 2006.
- SKINNER, B. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 1992.
- SLOTERDIJK, P. *Regras para o parque humano*. Trad. José O. A. Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SORRE, M. *Geografia* (org. MEGALE, J.). Trad. Januário Megale, Maria França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. A Geografia Humana (introdução). *Geographia*, Niterói, ano V, nº 10, 2003.
- SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- SUERTEGARAY, D. Espaço geográfico uno múltiplo. In: SUERTEGARAY, D; BASSO, L; VERDUM, R. (org.). *Ambiente e lugar no urbano*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
- _____. Notas sobre Epistemologia da Geografia. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis, nº 12, 2005.
- _____. O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em Geografia no Brasil. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 16, 2005b.
- _____. Questão Ambiental: produção e subordinação da natureza. In: SILVA, J. B; LIMA, L. C; DANTAS, E. W. C. *Panorama da geografia brasileira II*. São Paulo: Annablume, 2006.

- STODDART, D. Darwin impact on Geography. *A.A.A.G.* v. 56, nº 4, 1996.
- THOMAS, K. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TISSIER, J-L. La géographie dans le prisme de l'environnement (1970-1990). In: ROBIC, M-C(org.). *Du milieu a l'environnement*. Paris: Economica, 1992.
- TRICART, J. Variações do ambiente ecológico. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 246, p. 5-16, jul./set. 1975.
- _____. *A Terra planeta vivo*. Lisboa: Presença, 1978.
- TUAN, Y-F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- UEXKÜLL, T. A teoria da Umwelt de Jakob von Uexküll. Trad. Eduardo Araújo. *Galáxia*, n. 7, abril de 2004.
- UNWIN, T. *The place of Geography*. London: Longman Group, 1992.
- VARGAS, G. Naturaleza y medio ambiente. *Revista Geográfica Venezolana*. vol. 46(2), 2005.
- VÁSQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VATTIMO, G. *Introdução à Heidegger*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1989.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. *Princípios de geografia humana*. Trad. Fernando Martins. Lisboa: Cosmos, 1946.
- _____. A geografia na escola primária. Trad. Angel Rêgo. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano I, nº 1, 1943.
- _____. Geografia Geral: os gêneros de vida na Geografia Humana. Trad. Maria Sader e Simone Batista. *Geographia*, Niterói, ano 7, nº 13, 2005.
- _____. As condições geográficas dos fatos sociais. Trad. Guilherme Ribeiro. *GEOgraphia*, Niterói, ano 9, nº 18, 2007.
- VIEIRA, P. A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990). *BIB*. Rio de Janeiro, nº33, 1992.
- VIOLA, E; LEIS, H. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92. In: VIOLA, E. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.
- VENTURA, R. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, vol. V. Rio de Janeiro, junho de 2008.
- WALLACE, A. On the tendency of varieties to depart indefinitely from original type. *Soc. Lineann of London*, 1858.

WOOLDRIDGE, S. W. ; EAST, W. G. *Espírito e propósitos da Geografia*. Trad. Thomaz N. Neto. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

XAVIER DA SILVA, J. X. A pesquisa ambiental no Brasil: uma visão crítica. In: BECKER, B. et al (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro: HUCITEC, 1995.